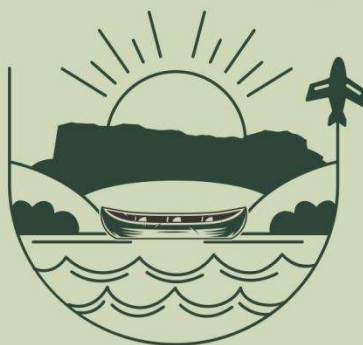


EPTEN



Encontro de Ensino e Pesquisa
em Turismo do Extremo Norte

*Turismo no Contexto Amazônico:
pesquisa em tempos de adversidades*
Artigos Completos

Luciana de Souza Vitória
Leila Marcia Ghedin
Karla de Oliveira
Organizadoras



Grupo de Estudo e Pesquisa em
Turismo, Tecnologia,
Educação e Cultura



INSTITUTO FEDERAL
Roraima

Luciana de Souza Vitória

Leila Marcia Ghedin

Karla de Oliveira

Organizadoras

**Turismo no Contexto Amazônico:
pesquisa em tempos de adversidades**

Artigos Completos



Reitora do IFRR

Nilra Jane Filgueira Bezerra

Pró-Reitora de Ensino

Aline Cavalcante Ferreira

Pró-Reitora de Extensão

Roseli Bernardo Silva dos Santos

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Romildo Nicolau Alves

Pró-Reitor de Administração

Emanuel Alves de Moura

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Sivaldo Souza Silva

Diretora-Geral do *Campus* Amajari

Pierlangela Nascimento da Cunha

Diretora-Geral do *Campus* Boa Vista

Joseane de Souza Cortez

Diretor-Geral do *Campus* Boa Vista Zona Oeste

Isaac Sutil da Silva

Diretora-Geral do *Campus* Novo Paraíso

Vanessa Rufino Vale Vasconcelos

Diretor-Geral do *Campus* Avançado Bonfim

Moacir Augusto de Souza

Núcleo de Editoração e Divulgação Científica

Ana Paula Santos de Oliveira

Grupo de Estudo e Pesquisa em Turismo, Tecnologia, Educação e Cultura-GEPTTEC

Leila Marcia Ghedin (Líder)

Luciana de Souza Vitório (Vice-líder)

ORGANIZADORAS

Luciana de Souza Vitório

Leila Marcia Ghedin

Karla de Oliveira

CORPO EDITORIAL

Dra. Diana Priscila Sá Alberto

Ma. Elizabete Melo Nogueira

Dra. Georgia Patrícia da Silva Ferko

Dr. Iury Teixeira de Sevilha Gosling

Ma. Jordana de Souza Cavalcante

Dra. Karla Cristina Damasceno de Oliveira

Ma. Leila de Sena Cavalcante Duarte

Dra. Leila Marcia Ghedin

Ma. Luciana de Souza Vitório

Dra. Márcia Teixeira Falcão

Dra. Maria das Neves Magalhães Pinheiro

Ma. Maria Neusa de Lima Pereira

Ma. Rosijane Evangelista da Silva

Ma. Vanessa Tonelli da Silva

Me. Vitor Lopes Resende

SUPERVISÃO EDITORIAL – GEPTTEC/IFRR

Dra. Leila Marcia Ghedin

Dra. Karla Cristina Damasceno de Oliveira

Todo conteúdo presente nesta obra é de inteira responsabilidade dos autores.

© todos os direitos desta edição reservados ao GEPTTEC/IFRR

Editorial

Comitê Editorial

Editora-Chefe: Leila Marcia Ghedin

Editora Superintendente: Karla de Oliveira

Editora Coordenador: Luciana de Souza Vitória

Diagramação e Projeto Gráfico: Maristela Ghedin

Arte da Capa: Loren Caroline Ferreira Dinelli

Revisão Editorial: Maristela Ghedin

Revisão de Texto: Os autores

Apoio Técnico: Hariane Henriques dos Santos, José Cleiton Santos Queiroz e Loren Caroline Ferreira Dinelli.

Linhas de Pesquisa: 1. Educação e Turismo; 2. Gestão de Empreendimentos Turísticos; 3. Patrimônio e Identidade Social; 4. Planejamento e Gestão de Destinos Turísticos; 5. Turismo e Desenvolvimento Regional na Amazônia; 6. Turismo e Sustentabilidade.

Órgão Financiador: Grupo de Estudo e Pesquisa em Turismo, Tecnologia, Educação e Cultura - GEPTTEC.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do Instituto Federal de Roraima - IFRR)

T938 Turismo no contexto amazônico: pesquisa em tempos de adversidades / organizado por Luciana de Souza Vitória, Leila Marcia Ghedin, Karla de Oliveira. – Boa Vista: GEPTTEC/IFRR, 2022.

184 p. : il. color.

Inclui bibliografias.

ISBN 978-65-00-47973-7

1. Turismo - Amazônia. 2. Turismo de pesca. 3. Etnoturismo. I. Vitória, Luciana de Souza (org.). II. Ghedin, Leila Marcia (org.). III. Oliveira, Karla de (org.).

CDD – 338.4791811

PREFÁCIO

Pesquisadores e estudantes de diversas partes do país responderam ao convite feito pelo Encontro de Pesquisa em Turismo do Extremo Norte – EPTEN, organizado pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Turismo, Tecnologia, Educação e Cultura - GEPTTEC do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR.

A primeira edição do evento contou com a apresentação de pesquisas que versaram sobre gestão, etnoturismo, eventos, políticas públicas, marketing, sustentabilidade, lazer, gênero e outros temas relacionados ao Turismo porque, como diz Kid Abelha, “*temos pressa e tantas coisas nos interessam*”, porque afetam a forma como nossa área e campo de estudo se relaciona com a sociedade, com as comunidades e com o mundo, porque afetam a nossa própria compreensão do mundo.

Esta publicação traz, para a gente “roraimar”, uma pesquisa sobre a “casinha”, **a Casa do Neuber: um espaço de valorização da identidade cultural do estado de Roraima** e a proposta de analisar a sua contribuição para a manutenção dos elementos identitários do estado de Roraima.

O trabalho da professora Diana Alberto analisa como as viagens realizadas na Amazônia, pelas cientistas Heloísa Alberto Torres e Emília Snethlage entre os anos de 1905 e 1930, trazem detalhes importantes para refletir sobre alguns elementos do Turismo, como meios de hospedagens e utilização de guias, descritos em relatórios e cartas de campo utilizados durante suas excursões científicas, auxiliam na compreensão do Turismo moderno.

A pesquisa de Diémison Albuquerque, Elane Moreira, Alessandra Arnoud e Helena Barbosa aborda o turismo de lazer que se realiza no Distrito de Mosqueiro (Belém/PA), precipuamente na Praça Cipriano Santos. O estudo analisa como o equipamento se constitui em espaço de lazer para seus frequentadores e sua contribuição para o fomento ao turismo.

Os Efeitos do turismo de pesca esportiva realizado no baixo Rio Branco, Comunidade de Terra Preta, Caracará/RR são analisados no artigo de Daniel Negrão, Geórgia Ferko e Thiago Alves, que identificou os impactos positivos e negativos do turismo de pesca na comunidade ribeirinha. A pesca esportiva também é o tema do trabalho de Nicolas Saraiva e Luciana Vitória, com a proposta de verificar – a partir da legislação vigente e dos dados obtidos sobre a atividade - se a prática da pesca esportiva é especista, ou seja, se ela abusa de animais não humanos.

A proposta que Márcia Falcão e Maria Ruivo nos trazem aborda a potencialidade da geodiversidade como elemento para o desenvolvimento do etnoturismo no estado de Roraima. O artigo apresenta os resultados de estudos realizados na Terra Indígena Raposa Serra do Sol e destacam os atrativos relacionados à geodiversidade e agregados a cultura dos povos originários. As ações realizadas para um processo de georreferenciamento realizado no Geoparque Cachoeiras do Amazonas, na cidade de Presidente Figueiredo, é apresentado no artigo **Geoturismo em Presidente Figueiredo (AM): Georreferenciamento do Geoparque Cachoeiras do Amazonas**. Na obra, aspectos turísticos e geológicos do Geoparque são analisados sob a perspectiva patrimonial e educacional.

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão, tripé sobre o qual se alicerçam as universidades e institutos federais se efetiva, nesta publicação, com o trabalho de Marcelo dos Santos e do Professor Temilson Costa, do Instituto Federal do Ceará, *Campus Baturité*. O artigo apresenta o relato da experiência de um bolsista voluntário na disciplina Planejamento e Organização de Eventos e de como esta vivência incentivou a participação de outros estudantes em projetos de monitoria voluntária.

Por fim, mas não menos importante, apresentamos o artigo **Turismo Pedagógico: coletânea de atividades para *city tour* histórico-cultural em Boa Vista-RR**, que reúne atividades que contribuem para o desenvolvimento de roteiros atrativos e educativos.

Num momento de “ressurgimento” do Turismo, após o período de dois anos de poucas viagens e encontros em decorrência da pandemia de Covid-19, atrair o interesse de estudantes e pesquisadores sobre a pesquisa em turismo no Extremo Norte do país foi compensador e com o apoio de amigos de outras paragens, melhor ainda. Por isso, te convido a aprender mais sobre nós, roraimandos e roraimados. Boa leitura!!

Karla de Oliveira

APRESENTAÇÃO

O EPTEN é o evento anual do Grupo de Estudo e Pesquisa em Turismo, Tecnologia, Educação e Cultura (GEPTTEC), pertencente ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Consideramos essa obra mais uma conquista da área de Turismo do IFRR e do GEPTTEC, tendo em vista a íntima relação entre o curso de turismo e o desenvolvimento histórico do IFRR. O primeiro curso de nível superior ofertado pelo Instituto foi o curso de Tecnologia em Gestão de Turismo, em 2003. Como consequência disso, a então Escola Técnica Federal de Roraima (ETFRR) se transformou em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (CEFET-RR). Esse marco levou o GEPTTEC a ser um grupo de pesquisa genuinamente do Instituto, pois foi o primeiro grupo cadastrado no CNPq e certificado pelo IFRR.

Foi por meio do GEPTTEC que houve a elaboração do curso Lato Sensu em Planejamento e Gestão de Empreendimentos e Destinos Turísticos Sustentáveis que foi a primeira pós-graduação ofertada à comunidade pelo Campus Boa Vista-IFRR, na modalidade presencial e sem o auxílio financeiro de programas federais de bolsas de incentivo ao ensino e à produção científica. Como resultado da produção científica do referido curso, o GEPTTEC produziu dois livros, um em 2018, “Destino Roraima: olhares sobre a gestão do turismo” e outro em 2022, “Estudos de Turismo nas Terras de Makunaima”.

Dando continuidade a ideia de se ter uma rotina de produção científica para os grupos de pesquisa, o GEPTTEC, por meio de seus pesquisadores, organiza e entrega à sociedade esse e-book com as produções do EPTEN 2021, que nessa edição trouxe o tema “Turismo no Contexto Amazônico: pesquisa em tempos de adversidades”. O evento foi composto por dois painéis e quatro grupos temáticos envolvendo turismo, gestão, desenvolvimento, cultura, lazer e temas emergentes em turismo. O presente e-book é composto pelos artigos completos dos trabalhos apresentados na primeira edição do Encontro de Ensino e Pesquisa do extremo Norte – EPTEN 2021. A seleção aconteceu por meio de um convite do GEPTTEC aos autores que apresentaram seus resumos no referido evento, os quais decidiram se enviariam ou não seus trabalhos referente a sua participação no evento. Dessa forma, recebemos como retorno nove artigos que compõem o presente e-book.

Assim, o e-book abre seu primeiro capítulo com uma reflexão importante relacionado ao turismo e o estudo de gênero para a formulação de uma nova perspectiva investigativa nessa área.

O capítulo 2 e 3 trazem a cultura como ponto primordial para o desenvolvimento de atividades turísticas e pedagógicas. Os capítulos 4 e 5 versam sobre a pesca esportiva, enquanto um traz à tona uma reflexão sobre o especismo, o outro ressalta os efeitos deste tipo de turismo nas comunidades ribeirinhas. Os capítulos 6 e 7 se relacionam com o geoturismo. O sexto enfatiza a geodiversidade do etnoturismo em terras indígenas e o sétimo destaca georeferenciamento de atrativos naturais para o desenvolvimento do turismo. O capítulo 8 versa sobre o uso de praças urbanas como espaço de turismo e lazer para os moradores e turistas. E o capítulo 9 relata a experiência com bolsistas voluntários no ensino remoto envolvendo o planejamento e organização de eventos.

Diante de todo o exposto, deixamos aqui um convite à comunidade - acadêmica, profissionais da área de turismo e leitores em geral interessados no tema - a conhecerem os os estudos apresentados no EPTEN 2021 e presentes nesta obra. Desejamos uma excelente leitura.

As Organizadoras.

SUMÁRIO

GÊNERO E TURISMO: MULHERES CIENTISTAS NA AMAZÔNIA.....	10
“CASA DO NEUBER”: UM ESPAÇO DE VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DO ESTADO DE RORAIMA.....	26
TURISMO PEDAGÓGICO: COLETÂNEA DE ATIVIDADES PARA CITY TOUR HISTÓRICO-CULTURAL EM BOA VISTA-RR.....	51
A INTERSEÇÃO ENTRE PESCA ESPORTIVA, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESPECISMO.....	77
EFEITOS DO TURISMO DE PESCA ESPORTIVA REALIZADO NO BAIXO RIO BRANCO, COMUNIDADE DE TERRA PRETA, CARACARAÍ/RR.....	92
POTENCIAL DA GEODIVERSIDADE PARA O ETNOTURISMO INDÍGENA EM RORAIMA.....	113
GEOTURISMO EM PRESIDENTE FIGUEIREDO (AM):GEORREFERENCIAMENTO DO GEOPARQUE CACHOEIRAS DO AMAZONAS.....	125
LAZER E TURISMO NA PRAÇA CIPRIANO SANTOS (PRAÇA MATRIZ) - ILHA DE MOSQUEIRO/BELÉM – PA.....	144
BOLSISTAS VOLUNTÁRIOS NO ENSINO REMOTO: UMA EXPERIÊNCIA NA DISCIPLINA PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS DO IFCE - CAMPUS BATURITÉ.....	166
SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	184

GÊNERO E TURISMO: MULHERES CIENTISTAS NA AMAZÔNIA

Diana Priscila Sá Alberto¹

1 INTRODUÇÃO

O estudo do turismo tem passado por diferentes vieses interdisciplinares nos últimos 20 anos, e o estudo do gênero têm tomado parte de debates importantes quanto a formulação de uma nova perspectiva das investigações do fenômeno turístico. Entender como o gênero pode auxiliar na compreensão deste torna-se importante, pois, os tempos atuais apresentam o feminino como força motriz nas mudanças das identidades sociais, econômicas, políticas e culturais na pós-modernidade (HALL, 2005). Logo, ampliar esse debate faz-se mister em publicações como essas.

Refletir sobre as viagens de exploração da Amazônia, principalmente, a partir do final do século XIX e começo do XX, é adentrar em um universo ainda pouco discutido: a de mulheres cientistas na Amazônia. Nesse contexto os homens viajantes são os que mais surgem nas narrativas históricas desse movimento global pela busca de conhecimentos acerca de outras áreas no mundo. Há uma relação díspares entre as histórias de homens e mulheres que empreenderam deslocamentos pelo globo e eu narraram suas atividades, oferecendo à história das ciências subsídios para o conhecimento global (RAJ, 2017).

Com relação às mulheres estas tiveram um papel fundamental nas expedições científicas entre meados do século XVIII até início do século XX. Mulheres como Octavie Coudreau (1867-1938) e Elizabeth Agassiz (1822-1907) foram as primeiras em estar a frente de viagens importantes. Mesmo ainda não tendo status de “naturalistas/cientistas”, essas mulheres abriram portas para outras como Emília Sneathlage e Heloísa Alberto Torres. As viagens que essas duas cientistas empreenderam trazem detalhes importantes para refletir como elementos da atividade turística surgem em suas narrativas.

Os debates atuais acerca do turismo têm trazido elementos significativos para a ampliar a possibilidade de discussões sobre esse fenômeno que surge no final do século XIX como atividades importantes econômicas. E por esse motivo, por entendê-lo apenas como

¹ Docente da Faculdade de Turismo da Universidade Federal do Pará e doutoranda do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia PPHIST/IFCH/UFGA

essa atividade ligada ao capital, os seus desdobramentos enquanto fenômeno social e cultural ficaram de fora de algumas reflexões, tais como da história. Assim, compreende-se para além do gênero, a disciplina história como fio condutor para que o turismo possa também ser estudado na atualidade.

A partir dessa apresentação inicial, este trabalho propõe apresentar como duas cientistas, Emília Snethlage (1868-1929) do Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG e Heloísa Alberto Torres (1895-1977) do Museu Nacional do Rio de Janeiro – MNRJ passaram pela Amazônia realizando suas pesquisas de campo entre 1905 e 1930. Como os seus estudos e relatórios trazem subsídios significativos para a compreensão do que hoje tem-se como conceito e configuração do turismo moderno. As narrativas delas, seja em relatórios, cartas de campo e estudos produzidos, apresentam detalhes de suas excursões, com o uso de equipamentos que hoje são denominados estruturantes para o turismo, tais como: hospedagem, alimentação, transportes, guias locais etc.

Justifica-se esse debate a partir da escrita da tese de doutoramento em andamento, onde Emília e Heloísa são as mulheres cientistas que realizaram importantes produções científicas na Amazônia no começo do século XX, e foram expoentes na formação da história das ciências na região amazônica. O estudo do turismo também merece ter como base outras vertentes de conhecimento como o gênero e a história. Estas duas cadeiras científicas ao longo da pesquisa de doutorado tem trazido elucubrações importantes de como olhar essa atividade social e econômica de outras maneiras. E por fim, esse artigo tem possibilidade de ampliar novas linhas de discussões entre as formações dos cursos de turismo pelo Brasil.

A metodologia utilizada para este trabalho foi pautada na leitura de referenciais sobre gênero e turismo, tendo como alguns pontos a introdução de uma teoria da história e da história das ciências. Essa literatura tem auxiliado a escrita da tese e por isso, faz-se aqui nesse trabalho um recorte desse referencial teórico. A leitura dessas bibliografias ajudou a compreender como o fenômeno turístico pode ser visto por outras lentes de conhecimento.

Como o estudo da tese está sendo realizado no campo da história, foram nas fontes sobre a trajetória histórica dessas duas mulheres que se conseguiu o principal elemento para compreender a possível relação entre o gênero e o turismo. A pesquisa historiográfica utiliza-se das fontes para ladrilhar o conhecimento desses fatos (PINSKY, 2015). Fontes, como os recortes de jornais, os relatórios do MPEG e do MNRJ, as cartas, foram os principais dados onde surgiram as narrativas dessas mulheres. Essa documentação está no acervo do arquivo

da Biblioteca Nacional Digital, pesquisa de campo que foi iniciada em março de 2018 até novembro de 2021. O recorte temporal para este resumo foi de 1905 a 1930.

O artigo está dividido nessa introdução e seguida do desenvolvimento do tema a partir da construção do referencial teórico em que são apresentados marcos conceituais da história, com breve ênfase na história das ciências. Depois do estudo do gênero como elemento que está ligado a pesquisa historiográfica sobre Emília Snethlage e Heloísa Alberto Torres, por meio de suas viagens e a relação com o turismo. Ao final algumas conclusões sobre essas primeiras reflexões acerca da proposição do tema em construção na tese de doutoramento.

2 REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE: HISTÓRIA, GÊNERO E O TURISMO

A história mostrou como as mulheres conseguiram ampliar caminhos em uma “floresta densa”, metaforicamente essa floresta era a sociedade, em destaque, a Ocidental. Autoras como Perrot (1988) trazem em suas discussões como personagens são excluídos da historiografia, entre eles as mulheres. Elas estavam nas sombras de suas casas, na rua, nos espaços como praças e lavadouros públicos, fazendo parte de momentos históricos importantes, como a luta dos trabalhadores ingleses meados do século XVII e XVIII. A história social tem nas mulheres figuras que desempenharam papéis que construíram a história do feminino configurando-se assim, como elemento teórico para a história em termos gerais.

Autores como Hobsbawm (2015) expressam que as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais reverberaram significativamente sobre as mulheres. Mesmo com um foco mais específico na Europa, os contextos surgem como reflexos para outros países, e o Brasil é um desses que receberam influências eurocêntricas significativas e, que auxiliam a compreender que o próprio caminho entre o masculino e o feminino foi uma história a parte na formação da sociedade do fim do século XVIII até o começo do XX. Os acontecimentos ocorridos na Europa e, conseqüentemente, tardiamente nas Américas e outros continentes, demonstrados nos estudos de Hobsbawm, deixam claro os avanços no estudo da história das mulheres e sua relação com o gênero.

A questão do conceito de gênero na história traz discussões admiráveis de autoras como Butler (2017), Pedro (2005) e Scott (1995), onde estas possuem uma construção da disparidade entre as palavras sexo e gênero, assim como, apresentam o feminino e suas constituições sociais e culturais. A escolha por essas autoras coloca-se nesse trabalho como

uma posição objetiva para escrever e pensar essas duas mulheres cientistas: Emília e Heloísa como expoentes da ciência brasileira. Assim, suas teorias têm a oferecer caminhos novos a pensar o gênero livre de um binarismo. As possibilidades de fomentar essa construção de uma ciência feminina esteve pautada em bases masculinas, mas que foram feitas por estratégias pensadas por diferentes mulheres.

Outras leituras como as de Tilly (1994) e Soihet e Pedro (2007) foram fundamentais para que se pudesse enxergar as mulheres na história. Seus textos ofereceram bases para compreender que elas fizeram sim parte da construção social e cultural de uma época, mas a força do masculino foi e, ainda é presente, principalmente no cenário científico. A trajetória de mulheres na ciência também pode servir de base para investigar como as mulheres relacionam-se com as viagens e, conseqüentemente, como essas discussões podem ser pensadas na inquirição do estudo do turismo.

As novas perspectivas teóricas que envolvem a investigação do estudo do turismo têm trazido reflexões importantes acerca de novas vertentes teóricas que podem auxiliar na ampliação do debate sobre o fenômeno. Panosso Netto e Nechar (2014) expressam que muitas redes de conhecimento foram criadas, e isso acarretou uma não unidade quanto as investigações, conseqüentemente, surgiram diversos paradigmas de turismo. E a partir desses paradigmas nasceram as escolas turísticas, entre elas: a positivista (cientificista), a sistêmica, a marxista, a fenomenológica, a hermenêutica e a teoria crítica. A partir dessa reflexão tornou-se significativo investigar a relação da história e do gênero.

No livro “Filosofia do turismo” de Panosso Netto (2005) este faz uma reflexão importante sobre a fenomenologia como conceito para entender que a experiência pode ser um elo a pensar o fenômeno turístico. Assim, entende-se que as viagens de Emília e Heloísa podem ser vistas como elementos fenomenológicos, e que há possibilidades de pensar junto as fontes que elas já poderiam utilizar os equipamentos que constituem a cadeia do turismo, tais como: os transportes, os guias locais, a hospedagem.

A literatura sobre as viagens e o turismo deixa evidente que o deslocamento humano ganhou outras proporções ao longo da história da humanidade. A viagem é a busca pelo conhecimento seja sobre si, ou sobre o outro. Segundo a obra “A viagem” de Trigo (2013) nota-se como a construção teórica sobre os deslocamentos humanos, que podem surgir de diferentes vieses, como do desejo de conhecer, do medo, etc. está em torno da busca pelo desconhecido até chegar ao cotidiano das viagens de turismo. A viagem é uma escolha, é um

deslocamento físico. Dessa maneira a escolha que essas duas cientistas fizeram por suas profissões e pelas viagens que realizaram tiveram papel fundamental em suas histórias.

Nessa configuração a história das ciências surge como referencial que tem possibilidades de conectar as viagens de exploração e o turismo. Nesse contexto verificou-se durante a produção da tese que há indícios significativos que marcam uma possível teoria entre história das ciências e o turismo. E como escreve Ginzburg (1989) são sinais que as fontes também trazem para despertar para essas reflexões entre o fenômeno turístico, o gênero e a história do conhecimento na Amazônia feita por mulheres. Quanto a história das ciências utiliza-se esta no plural, por compreender que a ciência possui uma historicidade (CONDÉ, 2017), e por isso, não vê-se somente uma “ciência”, mas diversas ciências. No caso das cientistas, Emília Snethlage era ornitóloga e Heloísa Alberto Torres antropóloga.

Ao ampliar o debate do gênero na ciência tem-se as obras de Trindade *et. al.* (2016) e Schiebinger (2001) que são leituras importantes para contextualizar onde as mulheres surgem na história das ciências. Percebe-se como elas estavam marcadas nesses cenários, quais suas contribuições e seus papéis. Ao longo da escrita da tese e para este trabalho verificou-se uma parte importante das experiências de Emília e Heloísa em que se pôde relacioná-las a essa teoria.

Quanto a história das ciências e seus desdobramentos no Brasil e na Amazônia tem-se algumas leituras que são cânones do assunto. Destarte, destaca-se o livro de Lopes “O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX” (2009). A obra auxilia a entender como a ciência entrou nas pautas de discussões políticas do Brasil e, assim tem-se a configuração do território científico nacional e a formação das primeiras instituições, em especial os museus. Essas leituras pontuam uma historicidade do conhecimento científico produzido em território brasileiro e onde Heloísa Alberto Torres, primeira mulher o MN, fez sua carreira na ciência.

Com relação a Amazônia destaca-se o livro “Coruja de Minerva – O Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)” de Sanjad (2010), que faz uma alusão importante de como a ciência na Amazônia surge com essa instituição que trouxe ares de desenvolvimento para a região. O papel do MPEG no estado e na região amazônica contam como a produção de conhecimento científico foi um dos pilares do desenvolvimento desse território. De pesquisa da fauna e flora, passando pelas iniciais investigações das primeiras populações ameríndias, o Museu Goeldi representou e representa um espaço de construção na

história das ciências. E a obra é também seminal nas escritas acerca da passagem de E. Snethlage, como primeira mulher a trabalhar nessa instituição, e da relação dessa cientista com a própria construção da ciência na Amazônia.

A seguir são apresentados alguns apontamentos sobre a vida dessas duas cientistas. Um pouco de suas histórias profissionais, como elas ascenderam aos dois espaços de pesquisa mais importantes, no que concerne o cenário científico brasileiro. As trajetórias de Emília e Heloísa confundem-se com a história das ciências no Brasil e na Amazônia. E essas mulheres deixaram um legado de conquistas, mas também de lutas para manterem-se em espaços onde o masculino predominava, como os territórios dos museus de história natural e científicos.

A partir das reflexões acima nota-se como o turismo, que se configura como um produto social e histórico pode se relacionar com as práticas científicas por essas mulheres. O turismo ainda é uma área/atividade que está construindo uma base teórica e metodológica, por ser um campo de estudos recente, se comparada com outras disciplinas, como a própria história. Assim, esse trabalho busca ampliar o debate no meio acadêmico.

3 EMÍLIA SNETHLAGE E HELOÍSA ALBERTO TORRES: MULHERES NAS VIAGENS CIENTÍFICAS

Para apresentar essas duas cientistas o conceito de identidade é importante para delinear como Emília e Heloísa deixaram marcas nas ciências naturais e humanas. Nessa discussão entende-se a identidade delas como experiências concretas de como a ciência poderia e pode ter as mulheres como personagens principais no conhecimento científico naquele período (HALL, 2005). O sujeito da ciência pós-moderna enfrenta obstáculos para delinear seu campo de atuação, e para as mulheres foram muito mais difíceis.

A integração entre as viagens e o turismo unem-se quando as expedições de campo empreendidas por Emília Snethlage e Heloísa Alberto Torres oferecem informações importantes ligadas ao processo dinâmico da construção de um conhecimento científico feito por elas na Amazônia, e no Brasil. Nas suas viagens de campo observa-se que o turismo pôde ser investigado em elementos como: o transporte, a hospedagem, a alimentação, tais estruturas que configuram a atividade turística e sua composição como produto social. Barretto (2003) e Panosso Netto (2005) dão bases conceituais para afirmar que esses elementos fazem parte da constituição da dinâmica turística e de conceitos que envolvem seus estudos.

A primeira parte das viagens é contada pela chegada da alemã Emília Snethlage no Brasil, especificamente em Belém do Pará, no ano de 1905. Ela veio para ficar no cargo de assistente de zoologia e trabalhar ao lado do naturalista suíço Emílio Goeldi (1859-1917). Snethlage era recém-formada em seu pós-doutorado em Ciências Filosóficas, que mais tarde denominar-se-ia Ciências Naturais (ALBERTO, SANJAD, 2019). Emília foi a primeira mulher a ser contratada no funcionalismo público no Pará.

Emília Snethlage pode ser particularizada enquanto uma mulher cientista. Dentro de uma perspectiva das referências sobre ela e de pesquisa de campo realizada, Snethlage surge na historiografia da ciência como uma mulher que tinha noção de sua posição de cientista em um universo masculino. As obras acerca dela e as conversas com pesquisadores demonstram que sua marca “masculina” vai além da abreviação de seu primeiro nome. Mas, sim na ênfase dada as suas conquistas na ornitologia a nível nacional e internacional, e em outras áreas como a geografia e a etnografia.

A história de vida de E. Snethlage, ver figura 1 a seguir, começa na cidade Kraatz, na antiga Prússia, pois, quando ela nasceu em 1868 a Alemanha não era unificada (KITCHEN, 2013). Ela vivia com seus irmãos e seu pai, sua mãe morreu quando ela era muito pequena. Então, seu cotidiano na pequena cidade estava em torno de suas primeiras “pesquisas”, quando criança ela tinha um herbário e colecionava plantas e os resultados de suas análises enviava ao professor Rudolf Blasius (1842-1907), com uma tradição na ornitologia, ele lia seus artigos quando ainda tinha apenas 11 anos de idade.

Figura 1 – Emília Snethlage quando chegou ao MPEG início do século XX



Fonte: Acervo do site do MPEG (BRASIL. MPEG, 2020).

Emília Snethlage iniciou uma série de viagens para diferentes áreas da região amazônica pelo Museu Goeldi logo que chegou, e desde o ano de 1906 se tem registro de suas primeiras excursões de exploração. Junghans escreveu uma dissertação de mestrado sobre Emília em 2009, e nesse trabalho ela “[...] analisa a trajetória profissional da naturalista alemã [...]” (p. 6). O trabalho da autora apresenta o caminho a qual Emília lançou-se como primeira mulher a realizar pesquisas sobre a ornitologia, a geografia e até a etnografia amazônica.

O olhar que Junghans (2009) lança sobre Emília diz respeito ao trabalho de colecionismo das aves que Snethlage coletou ao longo dos 17 anos da qual esteve no Museu Goeldi, local esse de produção do conhecimento científico onde Emília estava inserida. Ainda segundo ela, o trabalho desenvolvido por Emília foi a construção de sua imagem de mulher cientista e viajante. Espaços como o gabinete e o campo foram explorados na dissertação de Miriam deixando claro como esses locais serviram de condicionantes para que ela pudesse compreender quem foi Emília, uma mulher cientista e como suas pesquisas foram concebidas e as tornaram referência no estudo ornitológico na Amazônia e no Brasil no início do século XX.

Emília Snethlage atuou no Museu Emílio Goeldi de 1905 a 1922. Nesse período ela foi assistente na seção de zoologia, depois passou ser coordenadora da mesma seção. Também foi uma das responsáveis pelo parque zoobotânico, e em chegou a ser diretora do MPEG quando o então diretor na época, Jacques Huber morreu repentinamente de uma complicação de apendicite. Ela alcançou esses lugares a partir de sua competência e seu profissionalismo, garantindo ao Museu Goeldi espaço nas mais diversas discussões internacionais sobre estudos faunísticos, botânicos e etnográficos (ALBERTO; SANJAD, 2019).

Mas, o que marcou a carreira dela foram suas inúmeras viagens para a pesquisa em regiões da Amazônia ainda praticamente sem estudos, como as regiões do Xingu, Tocantins. Emília realizou viagens para diferentes regiões do estado do Pará: nordeste, região bragantina; nos rios Tapajós, e na região do Xingu e do Tocantins (SANJAD; SNETHLAGE; JUNGHANS; OREN, 2013). Snethlage foi uma das primeiras mulheres a realizar pesquisa etnográfica no Museu Goeldi, suas análises acerca das tribos Xipaias e Curuaé são os primeiros trabalhos em que ela sai da sua zona de conhecimento das ciências naturais e adentra no campo etnográfico. E são nessas narrativas que se encontram os elementos para discutir uma possível relação das viagens dessas cientistas com o turismo.

Para ilustrar essa relação dos elementos que congregam a estrutura turística e os fatos apresentados nas viagens de Emília, destacam-se, por exemplo, a alimentação. Como em qualquer viagem, seja turística ou não, a alimentação é parte importante. Pois, as pessoas viajam também para comer. Atualmente a gastronomia é um dos segmentos que mais crescem no mundo, e a história tem demonstrado que a alimentação faz parte da formação sociocultural de um povo². E mesmo Emília não tendo objetivo de viajar para “comer” ou degustar uma culinária indígena, ela também comungava do cardápio dos seus guias, como descreve nesse trecho: “N’este tempo estavam descobertas muitas praias tanto á margem como em forma de ilhas que nos forneceram abundante quantidade de ovos de tracajá³”⁴.

As viagens podem tornar-se elementos de conhecimento para compreender o fenômeno turístico, quando se encontram dados como esses, em sua essência histórica é possível abrir novas possibilidades de entender como os deslocamentos humanos podem ser investigados como fenômenos sociais, econômicos, políticos, culturais e até científicos. Além da alimentação outros subsídios podem ser analisados, como a hospedagem e a roteirização nessas fontes. Dessa maneira, tem-se em cartas de Heloísa Alberto Torres quando esta esteve no Marajó.

Filha de um intelectual muito conhecido no Brasil no começo do século XX, Alberto Torres, sua filha Heloísa herdou seu engajamento nas discussões científicas e até políticas. Heloísa Alberto Torres, figura 2, tornou-se uma antropóloga conhecida quando o resultado da sua viagem de campo culminou na obra sobre a cerâmica no Marajó a “Arte Indígena da Amazônia, publicada em 1940. Heloísa ingressou ainda muito jovem no Museu Nacional e já trabalhava com figuras conhecidas como Prof. Dr. Roquette-Pinto. Em 1925 ela entra como primeira professora substituta no MNRJ, e daí em diante assume a direção da seção de etnografia e antropologia do Museu até chegar a ser diretora em meados da década de 1930 (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015).

² No livro de Assunção (2012) no capítulo sobre Alimentos e sabores do Brasil este demonstra que alimentação brasileira foi uma produção cultural ampla, que integrou diversos hábitos alimentares, tais como dos habitantes originários, dos africanos e das tradições portuguesas. Tudo isso, atualmente é tomado pelo Turismo como elemento para criar os segmentos e parte do mercado turístico.

³ Tracajás são uma espécie de cágado da Amazônia, mas eles estão em outras partes do Brasil, de acordo com Brasil. ICMBIO (2021, p. 1): “*Podocnemis unifilis* ocorre no Brasil, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Guiana, Guina Francesa e Suriname. No Brasil, ocorre em todos os estados da Região Norte e nos estados de Goiás e Mato Grosso, na região Centro-Oeste. A espécie vive em uma ampla variedade de habitats, tais como: grandes rios, lagos, lagos de meandros, pântanos, brejos e lagoas, e em rios de águas brancas, claras e pretas”.

⁴ Sneath [1910] 1913, p. 65.

Figura 2 – Heloísa Alberto Torres no Museu Nacional do Rio de Janeiro



Fonte: Acervo do Blog da Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres (SITE CCHAT, 2019)

D. Heloísa, como ficou conhecida no MNRJ, foi a primeira mulher diretora do Museu Nacional, a vida profissional dela voltou-se para a gestão e as redes de sociabilidade que ela criou ao estar a frente dessa importante instituição científica (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015). As viagens de Heloísa também trazem dados para indicar que suas pesquisas ao Marajó na década de 1930 foram momentos importantes para a sua carreira. E, em alguns documentos como suas cartas de campo, podem ser vistos como ela escrevia sua trajetória em campo.

Heloísa escreveu para sua família quando empreendeu a viagem ao norte do Brasil. Na época seu pai já era falecido e a ligação com sua mãe, D. Maria José, era muito significativa, e assim, ela historiava sua pesquisa. E nessas narrativas são identificadas informações que também ligam suas viagens de campo com uma possível relação com o turismo. A realização da viagem de Heloísa A. Torres no arquipélago do Marajó traz em sua essência não somente a história arqueológica da região, mas pode também abrir possibilidade de investigação do turismo na região.

A seguir tem-se um trecho de uma das cartas em que ela descreve como tem sido sua rotina de trabalho. A carta de Heloísa para sua mãe, enquanto estava realizando a pesquisa de

campo no Marajó (Chaves/Marajó, 28/09/1930), que está no livro de Corrêa; Mello (2008, p. 34) demonstra significativos elementos que podem ser ligados ao turismo:

Minha mamãe, Tua heroica filha tem andando a cavalo que não é vida. A primeira vez – foi na Mexiana – andei 4 ½ h, dormi numa fazenda e, no dia seguinte, montei às 5 h da manhã para fazer outro tanto [...]. Cheguei ontem de manhã à fazenda e parto hoje à noite de barco para a Fazenda Montenegro. Depois de amanhã, às 5 horas montamos, para chegar às 10 horas ao Pacoval do Cururu. Provavelmente demorarei lá até o dia 13 de outubro. [...] Ao jantar fui muito festejada e até champagne ouve.

Com base na descrição acima dois pontos podem ser enfatizados: ela descreve um breve roteiro sobre suas atividades. Indicando que a viagem tinha um itinerário, e como qualquer viagem turística é importante preparar um roteiro de viagens. Também é expresso os meios de transportes que ela utilizou ao longo da excursão. E por fim, destaca-se como a motivação em estar em um local fora do seu habitual transforma as pessoas que chegam e as que recebem.

Então, pode-se observar que mais um ponto sobre a relação história e turismo surge nessa discussão. A produção dos roteiros turísticos fazem parte da estrutura que envolve a configuração dos dados para a atividade. Assim, tem-se a definição de roteiro turístico do Dicionário de Turismo e Termos técnicos (FALCÃO, 2016, p. 623): “Itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística”.

Os estudos relacionados ao turismo em sua prática apontam que o roteiro turístico deve conter esses elementos, para que o turista possa usufruir melhor de sua viagem. Além disso, a roteirização garante aos empreendimentos, aos trabalhadores da área e o setor público organizarem melhor seus equipamentos e os espaços onde a atividade vai se desenvolver (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008). E Heloísa ao narrar sua viagem deixa explícito como foi sua trajetória em campo. E com isso a história dessa cientista amplia o debate como a atividade pode ser investigada por outras perspectivas (ALBERTO; PACHECO, 2019).

Ao olhar essas mulheres e suas trajetórias científicas projetam-se novas perspectivas sobre a análise do turismo. Primeiro de saber que as mulheres, mesmo que pouco expressas, elas estavam presentes na história e na ciência. E segundo, em refletir que esse tema merece fazer-se atualizado e trazer mais ainda indagações para outras pesquisas futuras do fenômeno turístico. Auxiliando assim, nessa produção acerca de estudos sobre mulheres na ciência, a

qual encontra-se em importante processo de construção e tendo o turismo também como viés de averiguação.

Entre o estudo do turismo e do gênero se fez oportuno trazer para essa esfera essas reflexões entre a história e a história das ciências. Essas duas disciplinas se mostraram importantes para integrar a viagem e o turismo. E para que suas aplicações sejam importantes expoentes reflexivos, as viagens científicas de Emília Snethlage e Heloísa Alberto Torres despontaram dentro do universo masculino da ciência brasileira, e avançaram trazendo elementos da infraestrutura turística. Conclui-se que o desdobramento de suas viagens em campo podem ampliar a investigação do turismo na Amazônia.

Esse trabalho representa muitas reflexões acerca das mulheres cientistas que empreendem viagens no século XXI. Análises que tem sido feitas quanto ao estudo das mulheres na ciência e em outras profissões podem trazer debates significativos para o estudo do gênero, da história das ciências e do turismo. Notou-se ao longo das leituras e da escrita que a historiografia das mulheres na ciência possui um desabrochar das mulheres em seres pensantes na revolução sociocultural que vem acontecendo neste século, e isso reverberará no turismo.

A historiografia das mulheres na história, na ciência, no gênero e no turismo podem levantar questões aos novos movimentos políticos e sociais, ao apresentar as estratégias dessas mulheres cientistas. As fontes, tais como os jornais, os romances, demonstraram, a visão de Emília Snethlage enquanto mulher, cientista e viajante; e de Heloísa Alberto Torres enquanto mulher, cientista e diretora como novas expertises para compreender a relação das viagens de científicas e o turismo. O material apresentado para este trabalho, extraído da tese, trouxe uma integração importante entre a teoria e as fontes que acabaram por contar com uma descrição das feminilidades dessas mulheres em campo. E suas narrativas sobressaem do típico relatório de pesquisa, para uma escrita íntima que ganha aspectos de uma possível viagem turística.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido artigo proporcionou ampliar o leque de possibilidades de investigação no turismo junto a história e ao gênero. Duas novas áreas em que a atividade turística tem alcançado espaço para ser analisada. A identidade do feminino vem lutando para manter-se no território das pesquisas e no turismo isso não vem sendo diferente.

Alguns resultados apontam que Emília e Heloísa realizaram importantes excursões científicas na região Amazônica e seus trabalhos reverberaram no campo científico nacional e internacional. A participação delas na construção da história das ciências no Brasil, em especial, na Amazônia constituem material importante para continuidades de investigações. As suas escritas deixaram indícios de que o estudo do turismo na região pode ser investigado por meio dessas expedições científicas.

Também se destacam que o estudo entre o gênero e o turismo se faz importante, pois, as mulheres tem um papel fundamental nas profissões ligadas a atividade. Elas estão nos equipamentos hoteleiros, elas estão no comando de muitas agencias e operadoras de viagens, e por fim, muitas turismólogas empreendem viagens científicas importantes para suas pesquisas, sejam nos centros de nível superior, como nos espaços técnicos onde o estudo do turismo se faz presente. Tem-se notado nos últimos anos que as mulheres da ciência e do turismo estão também na linha de frente dessas realizações.

Ampliar a produção científica do fenômeno turístico tem sido uma das principais diretrizes de homens e de mulheres na área. E a interdisciplinaridade já discutida a muito tempo no turismo tem sido fundamental para ampliar o leque de disciplinas que podem auxiliar a atividade a alcançar novos horizontes. Assim, a investigação do turismo, amparado no estudo do gênero e da história, ganha mais uma perspectiva epistemológica para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Diana; SANJAD, Nelson. Emília Snethlage (1868-1929) e as razões para comemorar os 150 anos de nascimento. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 14, n. 3, p. 1047-1070, 2019.

ALBERTO, Diana P. Sá; PACHECO, Agenor Sarraf. Gênero e ciência em conexão: sinais da experiência de Heloísa Alberto Torres na Amazônia. In: SILVA, Jerônimo da S.; SOUSA, Reginaldo C (Orgs.). *Gênero e diversidade sexual: entre histórias, lugares e práticas de liberdade*. Marabá, PA: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2019, p. 87-101.

ASSUNÇÃO, Paulo de. *História do Turismo no Brasil entre os séculos XVI e XX – viagens, espaço e cultura*. Barueri, SP: Manole, 2012.

BARRETTO, Margarita. *Manual de iniciação ao estudo do Turismo*. 13 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

BRASIL. INSTITUTO CHICO MENDES PARA BIODIVERSIDADE. *Quelônios*. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/faunabrasileira/estado-de-conservacao/7426-repteis-podocnemis-unifilis-tracaja>. Acesso em: 28 de Out de 2021.

BRASIL. MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Acervo Fotográfico do Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo Emília Snethlage*, Belém, 2020.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. 15 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p 17-70.

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. *Um papel para a história: o problema da historicidade da ciência*. Curitiba: Ed. UFPR, 2017.

CORRÊA, Mariza; MELLO, Januária (Orgs.). *Querida Heloísa/ Dear Heloísa – cartas de campo para Heloísa Alberto Torres*. Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU. São Paulo: UNICAMP, 2008.

FALCÃO, Luís A. C. *Termos técnicos do meio turístico – conceitos, definição, siglas e tipologias*. São Borjas, 2016. Disponível em: <<https://futuroturismologo.blogspot.com>>. Acesso em 10 de Ago de 2020.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais – morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOBSBAWN, Eric. *A Era dos Impérios 1875-1914*. 19 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

JUNGHANS, Miriam. *Avis Rara: A Trajetória Científica da Naturalista Alemã Emília Snethlage (1868-1929) no Brasil*. 150 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz FIOCRUZ, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

KITCHEN, Martin. *História da Alemanha moderna – de 1800 aos dias atuais*. São Paulo: Cultrix, 2013.

LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. *Teoria do Turismo – Conceitos, Modelos e Sistemas*. São Paulo: Alpeh, 2008.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a Pesquisa Científica: Os Museus e as Ciências Naturais no Século XIX*. 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Unb, 2009.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adélia. *Heloisa Alberto Torres e Marina de Vasconcelos – pioneiras na formação das ciências sociais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015.

PANOSSO NETTO, Alexandre. *Filosofia do Turismo – Teoria e epistemologia*. São Paulo: Aleph, 2005.

PANOSSO NETTO, Alexandre; NECHAR, Marcellino C. Epistemologia do Turismo: escolas teóricas e propostas críticas. *Revista Brasileira em Pesquisa em Turismo*. São Paulo, 8 (1), p. 120-144, jan./mar. 2014.

PEDRO, Joana. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na categoria histórica. *História*, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História – operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes Históricas*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

RAJ, Kapil. “Thinking Without the Scientific Revolution: Global Interactions and the Construction of Knowledge”, *Journal of Early Modern History*, v. 21, 2017, p. 445-458.

SANJAD, Nelson R. *A Coruja de Minerva – O Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz: 2010.

SANJAD, Nelson; SNETHLAGE, Rotger Michael; JUNGHANS, Miriam; OREN, David Conway. Emília Snethlage (1868-1929): um inédito relato de viagem ao rio Tocantins e o obituário de Emil-Heinrich Snethlage. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 8, n. 1, p. 195-221, jan./abr. 2013.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril, p. 11-30, 2005.

SITE BLOG DA CASA DE CULTURA “HELOÍSA ALBERTO TORRES”. *Acervo fotográfico*. Disponível em: <http://casadeculturaheloisaalbertotorres.blogspot.com>. Acesso em: 03 de Mar. 2029.

SNETHLAGE, Emília. A travessia entre o Xingu e o Tapajós. *Boletim do Museu Goeldi de Historia Natural e Ethnographia*, Belém, v. 7, p. 49-92, 1913a [1910].

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana M. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*. v. 27, n. 54. São Paulo, p. 281-300, 2007.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História social. *Cadernos Pagu* n. 3, p. 29-62, 1994.

“CASA DO NEUBER”: UM ESPAÇO DE VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DO ESTADO DE RORAIMA

Hariane Henriques dos Santos¹
José Cleiton Santos Queiroz²
Loren Caroline Ferreira Dinelli³
Leila Marcia Ghedin⁴

1 INTRODUÇÃO

O conceito de cultura é uma das abordagens primordiais quando se trata de ciências sociais e ciências humanas, a ponto de a Antropologia, quanto ciência, se constituir como tal quase somente em torno de sua compreensão, tão amplo, delicado e abrangente que é. De acordo com Velho e Castro (1978), desde o século XIX, a antropologia apropria-se do estudo da cultura sob a ótica de distintos eixos conceituais, tais como cultura/sociedade, cultura/personalidade e cultura/civilização, resultando em distintas e, por vezes, contraditórias concepções, difundindo a ideia, em tempos atuais, de que uma não pode estar desassociada da outra, tamanho seu empenho em compreender todos os aspectos que a compõem.

De forma simplória e empírica, compreendemos que a cultura abrange todas as realizações materiais e os aspectos sociais manifestados na convivência de determinado grupo social, ou seja, tudo aquilo produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos até ideais e crenças (TYLOR, 1871 *apud* LARAIA, 2006). A cultura, desse modo, pode ser compreendida como todo complexo de saberes e habilidades humanas empregadas socialmente, além de todo comportamento adotado de modo independente dos aspectos biológicos.

No Turismo, que consiste em fenômeno social de grande abrangência, a cultura exerce papel fundamental, uma vez que motiva o deslocamento de visitantes dispostos a vivenciar experiências distintas de suas atividades cotidianas. Dentre os segmentos utilizados pelo

¹Graduada em Gestão de Turismo (IFRR). <http://lattes.cnpq.br/1566284739787663>. harianehsantos@gmail.com

²Graduado em Gestão de Turismo (IFRR). <http://lattes.cnpq.br/2631527949561426>. cleitonqueiroz@gmail.com

³ Mestranda em Turismo (UFRN). <http://lattes.cnpq.br/9233117065570566>. lorendinelli@gmail.com

⁴ Doutora Educação em Ciências e Matemática (UFMT). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. IFRR. <http://lattes.cnpq.br/0620027566423386>. leilaghedin@ifrr.edu.br

Ministério do Turismo - MTur para desenvolver estratégias de oferta e comercialização de produtos turísticos no Brasil, portanto, o Turismo Cultural é responsável pela valorização e promoção dos elementos significativos para um povo, contribuindo para a continuidade e o sentimento de pertencimento dos anfitriões, ao passo que permite ao visitante o conhecimento de novos hábitos e costumes (BRASIL, 2010)

A partir dessa compreensão, propôs-se, nesse trabalho, um estudo sobre a identidade cultural roraimense, que é composta por notória diversidade sociocultural, tendo como base a literatura existente e a análise das atividades desenvolvidas pelo empreendimento “Casa do Neuber”, gerido pelo artista roraimense Neuber Uchôa¹ e seus familiares.

Desse modo, o estudo teve como pretensão entender o papel desempenhado pelo empreendimento “Casa do Neuber” na difusão cultural e no amparo a identidade do estado de Roraima, mediante a seguinte questão norteadora de pesquisa: Qual a contribuição da “Casa do Neuber” para a manutenção dos elementos identitários do estado de Roraima?

A escolha do tema da pesquisa, de grande relevância científica e sociocultural, deve-se ao desejo dos pesquisadores de registrarem cientificamente o trabalho realizado pelo artista Neuber Uchôa e seus familiares na difusão da história e da cultura do estado de Roraima que, embora possua pouco tempo de criação, apresenta grande riqueza material e imaterial, tamanhas as contribuições dadas pela miscigenação que marca a composição histórica e social do estado.

Para responder à pergunta norteadora, o trabalho teve como objetivo geral analisar a contribuição da “Casa do Neuber” para a manutenção dos elementos identitários do estado de Roraima e, como objetivos específicos: i) Identificar os elementos que compõem o patrimônio histórico e cultural do estado de Roraima; ii) Investigar quais espaços públicos e/ou privados se propõem a divulgar a cultura roraimense; iii) Analisar a contribuição das atividades culturais desenvolvidas pelo artista Neuber Uchôa e seu empreendimento, “Casa do Neuber”, para a manutenção da identidade cultural do estado de Roraima.

2 CULTURA, IDENTIDADE E TURISMO CULTURAL

Acredita-se que uma das primeiras definições de cultura tenha sido fornecida por Edward Tylor, que a conceituou, de um ponto de vista antropológico, como o “complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou

¹ A citação do nome do artista roraimense no trabalho foi assegurada por meio de uma autorização que está em poder dos autores.

hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (TYLOR, 1871 *apud* LARAIA, 2006, p. 25).

Dessa forma, entende-se que todos os povos são detentores de cultura que, de acordo com Ávila (2009, p. 19), consiste no “conjunto de ideias, técnicas de fazer objetos e utensílios, hábitos, valores e atitudes de distintos grupos sociais”.

Complementando este entendimento, é justo destacar que, conforme expresso no Artigo 1º da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, elaborada em 2002:

a cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras (UNESCO, 2002, p. 3).

Percebe-se, assim, que a humanidade difunde seus conhecimentos através do tempo, criando, recriando ou perpetuando elementos que simbolizam toda sua historicidade e seus valores, sendo crucial adotar mecanismos que propiciem a manutenção de suas identidades culturais.

Manuel Castells (2008, p. 22) entende que a identidade consiste na “fonte de significado e experiência de um povo”. Para o autor, a construção individual ou coletiva da identidade cultural consiste no processo de internalização de atributos culturais, de experiências, de elementos sociais, biológicos, geográficos e históricos e a forma como o sujeito ou um grupo de sujeitos percebem esses processos, resultando em uma significação simbólica que os representa e diferencia diante dos demais.

É possível inferir, desse modo, que a identidade cultural consiste no que cada sujeito, individualmente ou coletivamente, tem de diferente e característico, que singulariza sua espécie desde seu nascimento até a sua morte, passível de mutação, dando o sentido de pertencimento e pode ser representada ou expressada por intermédio de símbolos, de música, da culinária, de artefatos manuais, artes plásticas, danças, literaturas, lendas, histórias, arquitetura, bem como por meio de outras interações sociais destes sujeitos, resultando, analogicamente, em sua impressão digital.

No que diz respeito ao turismo, Pérez (2009) e Ruschmann (2012) acreditam não ser possível dissociá-lo da cultura, pois o fenômeno turístico, de acordo com esses autores,

consiste em uma expressão que proporciona intercâmbio cultural entre distintos grupos sociais no decorrer de suas manifestações.

Ávila (2009), ao relacionar cultura e turismo, aponta o turismo como um fenômeno complexo, que envolve fatores econômicos, ambientais e socioculturais, oportunizando, dentre outros aspectos, o contato entre pessoas e culturas distintas, ocasionando diversos impactos sobre as comunidades anfitriãs.

De acordo com o MTur, que segmenta as atividades turísticas conforme suas demandas, a fim de ordenar estratégias de *marketing*, para a oferta de produtos turísticos que desenvolvam atividades culturais, atribui-se a denominação de Turismo Cultural que, segundo ele,

compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (BRASIL, 2006, p. 13).

Visando simplificar o entendimento do segmento, Barretto (2003, p. 22) conceitua turismo cultural como “aquele que tem como objetivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo homem”, onde os visitantes têm como motivação principal as ações humanas e não os recursos naturais de determinada localidade.

Ritchie e Zins (*apud* RUSCHMANN, 2012) elencam como aspectos culturais mais relevantes no processo de escolha do destino turístico pelo visitante: o artesanato, o idioma, as tradições, a gastronomia local, as artes cênicas e/ou plásticas, a música, a história regional, a arquitetura, as manifestações religiosas, os sistemas educacionais adotados, o vestuário, suas atividades de lazer, os tipos de trabalho e as técnicas utilizadas pela comunidade receptora.

Ruschmann (2012) acredita que, dentre as contribuições positivas que o turismo cultural pode trazer à comunidade receptora, estão o prestígio ao artesanato produzido localmente, o enaltecimento da herança cultural, o fortalecimento do orgulho étnico e a valorização e a conservação do patrimônio histórico local.

É justo reconhecer, no entanto, que o turismo não traz somente aspectos positivos, pois, como qualquer outra atividade econômica, causa impactos nas localidades, seja no meio ambiente natural ou no social, como esclarece Ignarra ao afirmar que um relevante impacto cultural negativo consiste na “especialização na recepção de turistas, fazendo com que as manifestações culturais sejam produzidas exclusivamente para serem mostradas aos visitantes” (1999 *apud* Rezende; Rezende, 2005, p. 6).

Rezende e Rezende (2005, p. 6) acrescentam como impactos negativos a aculturação, a alteração do modo de vida local, de seus valores e de sua arquitetura. Dessa forma, é possível perceber que o turismo cultural pode ter duas faces distintas e, por isso, requer planejamento adequado, para que atue como ferramenta de fortalecimento da cultura local, incrementando a economia da localidade, a fim de seus resultados sejam otimizados.

3 RORAIMA E SEU PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

A cultura consiste em fruto de uma construção histórica que reflete os aspectos sociais de determinada comunidade ou localidade, diferenciando-a das demais e assegurando-lhe suas particularidades e a riqueza histórica de seu povo, por meio de legado transmitido de geração em geração (ÁVILA, 2009; IPHAN, 2012).

De acordo com o Art. 216, da Constituição da República Federativa do Brasil:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Com base na legislação vigente, exalta-se a extrema relevância da conservação e manutenção do patrimônio cultural brasileiro, que deve ter seu usufruto assegurado às populações presentes e às futuras para que o legado histórico e cultural existente não seja perdido ou negligenciado.

Pensando em uma perspectiva local, Roraima é um estado novo que completará 34 anos, em 2022. Já sua capital - Boa Vista - tem sua criação datada em 1890. Segundo Galdino (2017), Boa Vista se originou da sede de uma fazenda estabelecida no século XIX. Em 1926, o antigo povoado Freguesia de Nossa Senhora do Carmo passou a ser município, adotando o nome da antiga fazenda: Boa Vista.

Com extensão territorial de 224.273,831 km² (IBGE, 2018), o estado de Roraima está localizado no extremo norte do Brasil, abriga 15 municípios e tem como ponto culminante o Monte Roraima. Faz fronteira com a República Bolivariana da Venezuela, com a República

Cooperativista da Guiana - antiga Guiana Inglesa - e com estados brasileiros Amazonas e Pará (RORAIMA, 2014 *apud* NASCIMENTO *et al.*, 2016).

Nascimento, Freitas e Farias (2014 *apud* NASCIMENTO *et al.*, 2016) afirmam que tal qual alguns outros estados amazônicos, Roraima é formado pela combinação de três elementos que ajudam a criar a identidade do estado, sendo eles: o indígena, o europeu e o mestiço de origem nordestina. Os indígenas são os maiores responsáveis pela grande diversidade cultural roraimense, em termos de lendas, crenças, artes, danças e artesanatos. Da contribuição dos migrantes nordestinos, tem-se a influência de práticas culinárias, sociabilidades e da música enquanto a influência europeia é advinda dos primeiros colonizadores que incutiram na sociedade seus costumes e aspectos culturais, comportamentais e religiosos.

Roraima possui expressiva quantidade de patrimônio arqueológicos, resultantes da diversidade cultural herdada dos migrantes advindos de outros estados e dos países vizinhos, bem como das distintas etnias indígenas que instituem a identidade do povo roraimense. De acordo com o portal eletrônico do IPHAN (2017), o estado possui um único bem tombado em âmbito federal, que são as Ruínas do Forte de São Joaquim do Rio Branco, localizadas no município de Bonfim, além disso, outros bens são tombados em âmbito estadual e municipal desde 2009.

Dados esses e outros elementos, que consistem em fragmentos de representatividade significativa para a história e para o meio de vida do povo roraimense, compreende-se que a cultura configura-se como a digital de um povo, assegurando às gerações presentes e às futuras o legado de suas lutas e seus aprendizados.

4 MOVIMENTOS CULTURAIS E LITERÁRIOS BRASILEIROS

É impensável abordar cultura e elementos identitários em um contexto local sem enfatizar, ainda que de forma sucinta, a trajetória de marcos históricos que contribuíram efetivamente para a construção das atuais formas de manifestações socioculturais disponíveis nas sociedades contemporâneas.

Na Grécia Antiga, por volta do ano de 380 a.C., Platão descreveu, em “O Banquete”, uma reunião de celebração na qual estavam presentes vários personagens ilustres de Atenas, incluindo Aristófanes, Sócrates, o próprio Platão e vários filósofos e estudiosos de distintas áreas do conhecimento. Durante o banquete servido no encontro, propôs-se uma competição

para a criação de discursos sobre o amor, que seriam submetidos à avaliação de todos para eleição, ao final, de um vencedor (PLATÃO, 1991).

Em “O Banquete”, Platão inaugura um gênero literário posteriormente entendido como diálogo filosófico, escrito em prosa. A obra tem como objetivos principais exaltar a filosofia e reabilitar a figura de Sócrates que, na visão de Platão, dedicou toda sua vida a Atenas e, mesmo assim, foi sentenciado à morte. Assim como na ocasião descrita em “O Banquete”, eram comuns àquela época reuniões entre distintos senhores relacionados às mais variadas ciências, a fim de discutir sobre assuntos diversos que consistiam no conhecimento e aprendizado disponível na época.

Com o decorrer do tempo, o hábito de reunir-se ou movimentar-se no sentido de difundir conhecimento e cultura, tal qual ocorrido nas reuniões descritas por Platão, tomou proporções maiores, agregando pessoas das mais variadas classes sociais.

De acordo com Estabel e Moro (2014), no Brasil, alguns movimentos literários, sociais e culturais foram responsáveis por mudanças de comportamentos, ideologias, para a afirmação de novas tendências e pensamentos, criando e recriando elementos de forte representatividade em suas gerações, tais como: Barroco, Arcadismo ou Neoclassicismo, Romantismo, Realismo, Naturalismo, Parnasianismo, Simbolismo, Modernismo, Bossa Nova, Jovem Guarda, Tropicalismo, Mangue ou Manguebeat ou Manguebit.

Dos movimentos literários aos movimentos musicais que marcaram distintas gerações, é possível acompanhar as mudanças de paradigmas e comportamentos reveladas pelos grupos de pessoas que, mediante agrupamentos em movimentos, contribuíram para a formação de uma nova consciência artística, social e cultural.

Na região norte, de acordo com Pereira *et al.* (2017), um dos movimentos de grande representatividade manifestou-se na cidade de Manaus, no estado de Amazonas, onde artistas de vários segmentos culturais formaram, em 22 de novembro de 1949, o Clube da Madrugada. Descontentes com o estilo conservadorista da época, seus integrantes buscavam uma renovação artística, com encontros na Praça Heliodoro Balbi, mais conhecida como Praça da Polícia, com reuniões que ocorriam sempre em altas horas da madrugada. O Clube também almejava contribuir para que o Amazonas participasse do eixo nacional, inspirando, desse modo, a comunidade local, especialmente nos âmbitos cultural e educacional.

Cerca de 30 anos após a criação do Clube da Madrugada, no estado do Amazonas, que teve forte inspiração ideológica do Movimento Modernista, o estado de Roraima contou com a formação do Movimento Roraimeira, a partir da idealização e do empenho efetivo do Trio Roraimeira.

5 O MOVIMENTO RORAIMEIRA

No estado de Roraima, devido a grande miscigenação que caracteriza a composição social de sua população, marcada por forte migração, até pouco tempo atrás difundia-se o senso comum de inexistência de cultura tradicional ou de uma arte própria, contudo, na década de 1980, eclodiu-se no estado o Movimento Cultural Roraimense, visando refletir a problemática da identidade cultural roraimense, a partir da produção artística regida por elementos da vida e das paisagens locais (OLIVEIRA *et al.*, 2009).

Idealizado pelo poeta, cantor e compositor Eliakin Rufino, no ano de 1984, o Movimento Roraimense emergiu de sua parceria com os cantores e compositores Neuber Uchôa e Zeca Preto que, com forte influência dos movimentos Modernista e Tropicalista, contribuíram significativamente para a construção da identidade do povo roraimense (RUFINO, 2016).

O Movimento Roraimense, de acordo com Rufino (2016), tornou-se uma expressão cultural amazônica “reconhecida por cientistas sociais como um dos expoentes máximos na construção da identidade roraimense, que uniu artes plásticas, dança, literatura, culinária, fotografia e música”, acreditando que por meio dele foi possível esboçar uma fisionomia cultural para o povo de Roraima, mesmo com toda a sua diversidade social, propiciando um referencial para o roraimense, que pôde utilizar-se da produção Roraimense para retratar e difundir a cultura local.

6 EMPREENDIMENTO “CASA DO NEUBER”

De acordo com o website do Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira (2018), do Instituto Cultural Cravo Albin, Neuber Uchôa deu início a sua carreira musical em 1983, na capital roraimense, Boa Vista. Desde então, gravou diversos discos independentes com composições com temáticas regionais que exploram a musicalidade amazônica, especialmente no que se refere aos elementos indígenas, que consistem na maior expressividade cultural do estado de Roraima.

Com o intuito de abrir as portas de sua casa para receber amigos e apreciadores de seu trabalho, Neuber Uchôa deu início em 06 de julho de 2012 ao empreendimento “Casa do Neuber”, administrado por ele e seus familiares, onde sua própria casa servia de palco para

atrações artísticas locais, acompanhadas de bebidas geladas e iguarias da gastronomia roraimense.

De acordo com publicação na rede social Facebook, na página pessoal do artista Neuber Uchôa, a “Casa do Neuber” é fruto da ideia de transformar a sala de visita de sua residência em um bar, com o intuito de celebrar e oferecer o que havia de melhor em termos de hospitalidade, atenção e carinho aos amigos, fãs e visitantes, além de fornecer petiscos e iguarias que o artista aprendeu a fazer com sua avó e sua mãe, de quem herdou o apreço pela culinária (UCHÔA, 2012).

Desse modo, propôs-se com essa pesquisa analisar, sob a ótica do turismo cultural e da necessidade de conservação do patrimônio cultural roraimense, qual a contribuição do empreendimento “Casa do Neuber” para a manutenção dos elementos que representam a identidade do estado de Roraima.

7 METODOLOGIA

Para o atendimento dos objetivos da pesquisa, utilizou-se alguns elementos da pesquisa etnográfica que, segundo Minayo (1992 *apud* LIMA *et al.* 1996, p. 22), compreende “o conjunto de reflexões que se abrigam sob seu próprio nome, além do interacionismo simbólico, da história de vida e da história oral”. De acordo com Segovia Herrera (1988 *apud* LIMA *et al.* 1996, p. 23), o método etnográfico “tem a finalidade de desvendar a realidade através de uma perspectiva cultural”.

É justo destacar, também, que para Gerhardt e Silveira (2009, p. 41) a pesquisa etnográfica “pode ser entendida como o estudo de um grupo ou povo”. As autoras também acrescentam que as características da pesquisa etnográfica são:

o uso da observação participante, da entrevista intensiva e da análise de documentos; a interação entre pesquisador e objeto pesquisado; a flexibilidade para modificar os rumos da pesquisa; a ênfase no processo, e não nos resultados finais; a visão dos sujeitos pesquisados sobre suas experiências; a não intervenção do pesquisador sobre o ambiente pesquisado; a variação do período, que pode ser de semanas, de meses e até de anos; a coleta dos dados descritivos, transcritos literalmente para a utilização no relatório (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 41).

Além de etnográfica, a pesquisa também fez uso dos métodos exploratório e descritivo. A pesquisa exploratória, de acordo com Dencker (1998), procura aprimorar ideias ou descobrir intuições e caracteriza-se pelo planejamento flexível que, em geral, envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes e análise de exemplos

similares, enquanto a descritiva possui o objetivo primário descrever os fenômenos de forma sistemática (DENCKER, 1998).

A pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizou-se de instrumentos metodológicos como a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, permitindo a obtenção e a organização de informações relevantes sobre o objeto estudado, mediante exame de literatura científica pertinente e de dados são coletados *in loco*.

Como instrumentos para a coleta de dados, que foi realizada nos meses de março, abril, maio, outubro e novembro de 2019, foram utilizados questionários, observação direta e observação participante e, a fim de aprofundar o conhecimento científico acerca das atividades desenvolvidas por Neuber Uchôa em sua carreira artística e no empreendimento “Casa do Neuber”, optou-se pela utilização da entrevista semiestruturada como instrumento metodológico. Segundo Severino (2007, p. 124), a entrevista é a “técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitados aos sujeitos pesquisados”. Desta forma, a escolha deste instrumento nos possibilitou a interação com o sujeito pesquisado facilitando a captação de informações precisas sobre o artista e seu empreendimento.

Para o atendimento aos objetivos da pesquisa, contou-se ainda com a utilização de questionários, tendo como critério para a seleção dos respondentes a identificação de profissionais que se destacam na produção, atuação ou difusão da cultura roraimense, dentro e fora do meio acadêmico.

Dos 19 questionários propostos pelos pesquisadores, 17 foram entregues aos possíveis respondentes e 12 retornaram respondidos, sendo esse o quantitativo da amostra da pesquisa, que contou com a contribuição de jornalistas, artistas locais, promotores culturais, poetas, músicos, *performer* e docentes.

A pesquisa recebeu tratamento descritivo por meio do *software* Microsoft Word, para onde foram transcritas a entrevista coletada, bem como os questionários aplicados, propiciando as análises que serão apresentadas no decorrer desse estudo.

8 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em Boa Vista, na capital do estado de Roraima, está inserido o objeto de estudo da pesquisa realizada, que consiste no empreendimento de iniciativa privada “Casa do Neuber”, administrado pelo artista roraimense Neuber Uchôa e seus familiares.

A “Casa do Neuber”, que atualmente não dispõe de espaço físico, foi inicialmente instalada na Av. Ville Roy, no bairro São Vicente, em Boa Vista/RR, onde Neuber Uchôa e seus filhos residiam e, posteriormente, esteve sediada na Rua Paulo Pereira, no bairro São Francisco, em Boa Vista/RR, mantendo a gestão de seu idealizador, Neuber Uchôa, e de seus amigos e familiares.

De acordo com a pesquisa de campo, foi possível notar que, por motivos diversos, a Casa não atingiu o nível de sustentabilidade necessário para manter-se em funcionamento no segundo endereço, necessitando cessar temporariamente suas atividades em espaço próprio e passando a desenvolvê-las em espaços alternativos em parcerias com outros empreendimentos, como o Porto do Babazinho² e com temporada em andamento, até o encerramento da pesquisa, em janeiro de 2020, no Centro de Convenções Jardins Casa Grande, situado no centro de Boa Vista/RR.

A fim de ampliar o conhecimento acerca da carreira de Neuber Uchôa e das atividades desenvolvidas em seu empreendimento, realizou-se, em 20 de maio de 2019, entrevista com o artista roraimense, proporcionando as informações contidas a seguir.

De acordo com o artista, que nasceu no dia 23 de janeiro de 1959, em Boa Vista-RR, filho de pais separados desde quando ele tinha 3 anos de idade, sua mãe é roraimense e o pai era nordestino. Seus pais tiveram dois filhos, sendo Neuber o mais velho e seu irmão mais novo falecido há mais de 10 anos. Para ele, sua mãe é a maior incentivadora de sua carreira e sempre presente e o ajudando no que pôde em todos os momentos.

Quando pequeno, Neuber escutou muito rádio e as estações que sintonizava eram provenientes do Caribe especialmente de Cuba; além disso, Neuber costumava passar as férias na fronteira com a Guiana, advindo dessas memórias sua influência musical, que ajudou a formar seu estilo musical.

De acordo com as informações obtidas por meio de entrevista semiestruturada, o artista Neuber Uchôa começou sua carreira de compositor ainda bem jovem e, neste início de carreira, considera a canção “Arrasta-te” como a primeira música mais séria. Aos 20 anos de

² Empreendimento privado de alimentação e entretenimento localizado às margens do Rio Branco, em Boa Vista/RR.

idade, o artista já participava de festivais culturais, fazendo sua primeira participação com a música “Ave”, também de sua autoria.

Neuber aponta ainda que mais tarde, em outro festival de música, teve Eliakin Rufino e Zeca Preto como adversários, cada um com composição própria. Nesse momento, Zeca Preto apresentara a música “Roraimeira”, despertando um sentimento diferente em todos e apontando para o surgimento da ideologia regionalista que culminaria no Trio Roraimeira e, conseqüentemente, no Movimento Roraimeira.

Um marco musical na carreira de Neuber Uchôa foi a música “Casinha de Abelha”, feita para ser cantada por todos os gêneros, foi um sentimento de liberdade dedicado ao seu povo, popularmente difundida no estado por pessoas das mais variadas faixas etárias, contendo elementos que representam a cultura roraimense.

Neuber salientou, durante a entrevista, que tentou trilhar outros caminhos profissionais, mas a música foi sempre mais forte e, por esse motivo, decidiu seguir seu dom, com suas composições solo ou por meio de parcerias diversas, com destaque para o Trio Roraimeira, que enriquece e enaltece as belezas e particularidades do estado de Roraima, com todos os seus sons, sabores, texturas e aromas.

O Movimento Roraimeira eclodiu após um encontro de artistas roraimenses em apresentação viabilizada pelo poeta Eliakin Rufino no Teatro Amazonas, em Manaus, evento esse que o artista chamou de “nossa Semana de Arte Moderna”. Nesse momento, em que vários segmentos da arte roraimense foram representados, por intermédio da música, da pintura e da dança, não foi difícil para os artistas perceberem que, de acordo com Neuber, o regionalismo é uma coisa universal e não só local.

Já no processo criativo do Trio Roraimeira, Neuber e Zeca Preto compuseram a música “Makunaimando”, a fim de participar de mais um festival, compartilhando com o povo o prazer mútuo de cantar Roraima, despertando, até naqueles que não nasceram no estado, um sentimento especial de orgulho e pertencimento.

Cada integrante do Trio Roraimeira mantinha sua carreira independente simultaneamente às atividades do grupo, contudo, em todo o seu desempenho profissional e pessoal, buscava uma identidade própria para Roraima, permitindo, assim, a composição de diversas canções que manifestam o regionalismo e seu amor por Roraima e toda as suas particularidades.

A entrevista permitiu compreender ainda, em conformidade com Oliveira *et al.* (2009), que mediante o trabalho do Roraimeira, e de sua notória atuação no campo cultural, educacional e social, Neuber, Eliakin e Zeca tiveram suas carreiras consolidadas no estado e

entenderam que não precisavam inserir mais nada, só unir todas as diferentes culturas existentes, para assim criar nossa identidade cultural roraimense, pautada nas peculiaridades sociais e naturais do estado.

Ainda de acordo com a entrevista concedida, Neuber destacou o projeto paralelo por ele abraçado com grande afeto e de grande destaque cultural, o Bloco do Mujica, que consiste em um bloco de carnaval que nasceu na Avenida Ville Roy, apoiado pela “Casa do Neuber”, e possui um compromisso social, de respeito à diversidade e à cultura local.

Após o conhecimento da história pessoal e artística de Neuber Uchôa, oportunizada pela descontraída entrevista generosamente concedida pelo artista aos pesquisadores, optou-se pela aplicação de questionário com perguntas abertas, de caráter qualitativo, a atores sociais do meio acadêmico, produtores culturais e artistas locais, a fim de aprofundar a investigação e responder com mais propriedade aos objetivos específicos da pesquisa.

Cabe ressaltar que todos os sujeitos que, gentilmente, contribuíram com a pesquisa, assim como o artista Neuber Uchôa, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, contudo, optou-se por preservar suas identidades a fim de dar maior enfoque às informações prestadas, coletivamente, em prol do objetivo comum.

9 ELEMENTOS IDENTITÁRIOS DE RORAIMA

Visando identificar os elementos que compõem o patrimônio histórico e cultural do estado de Roraima, indagou-se aos 12 respondentes que colaboraram com os questionários, aqui representados por R1, R2, R3, R4, R5, R6, R7, R8, R9, R10, R11 e R12, de acordo com a ordem cronológica de devolução dos questionários por eles preenchidos, quais os elementos que, em sua opinião, compõem o patrimônio histórico e cultural do estado Roraima, resultando nos dados dispostos a seguir.

A análise das respostas transpostas permitiu observar que para os respondentes R1, R4, R7, R8, R9, R11 a formação, a representatividade social do estado e o modo de vida de seu povo, com destaque, segundo o R3, para ancestralidade dos povos indígenas, consiste em um dos elementos identitários de Roraima.

A historicidade do povo apresentada pelos respondentes está compatível com o conceito de identidade cultural apontada por Castells (2008), onde os reflexos das vivências sociais de determinado grupo formam sua identidade, com força maior que suas características biológicas ou naturais.

Para R2, R4, o patrimônio material e imaterial de Roraima, figurados, de acordo com R7, por garimpeiros, fazendeiros e militares, embora haja críticas a respeito da exploração cometida por ambos os grupos, segundo o respondente, representados pelas edificações Monumento aos Garimpeiros, localizado no centro cívico de Boa Vista, e Monumento aos Pioneiros, localizado no centro histórico da capital. R12 e R8 acrescentam a arquitetura representada pelo conjunto de prédios do centro histórico de Boa Vista, como a catedral, a Paróquia Matriz de Nossa Senhora do Carmo, e a Igreja de São Sebastião, além do patrimônio arqueológico representado pela Pedra Pintada e por todos os demais sítios arqueológicos do estado, como a Cachoeira do Bem Querer.

Para R1, R3, R4 e R8, as belezas naturais ou o patrimônio natural do estado, tais como: o Monte Roraima, o Uiramutã, o Lago do Caracaranã e o Rio Branco, consistem em outro elemento identitário roraimense.

As artes plásticas e os artesanatos indígenas são apontados pelos respondentes R5, R7, R8, R10 com destaque para a pintura rupestre, a rede capitiana, a panela de barro e para a arte indígena contemporânea de Jaider Esbell.

A produção artística local é indicada por R2 e R12, especialmente representadas pela dança indígena apontada por R5 e R7, com ênfase para o Parixara, sua literatura oral, indicada por R7 e R10, com relevância para a história de Makunaíma, e a literatura escrita, com notoriedade para o poema “Cavalo Selvagem”, do poeta e roraimeira Eliakin Rufino, tombado como patrimônio público estadual no ano de 2008, pela Assembleia Legislativa.

R8 aponta ainda a fotografia de Jorge Macedo, Wakil Carmo, J. Pavani, A. Brillhante e as produções audiovisuais de Alex Pizano e de Thiago Briglia.

Para R1, R3, R5, R8, R10, R11 a culinária representa um elemento identitário roraimense, tendo o R5 apontado a forte influência gastronômica das culturas indígenas, nortistas e nordestinas nessa composição alimentar local, com realçamento para a damurida, a paçoca com banana, a carne de sol, os queijos coalho e de manteiga, o buriti, o murici, o caju, a bebida mocororó e o cogumelo Yanomami, listados por R8.

Para R1, R3, R5, R6, R7, R10 a música regional, com destaque para musicalidade do Trio Roraimeira, por meio de canções como “Makunaimando”, de Neuber Uchôa e Zeca Preto; “Roraimeira”, de Zeca Preto; “Cidade do Campo”, de Armando de Paula e Eliakin Rufino e “Caxiri na Cuia”, de Bento Macuxi, além da contribuição venezuelana com o ritmo merengue e da guianense com o ritmo reggae da banda Guy-Bras, figuram-se como outro elemento identitário regional. A atuação e representatividade do Trio Roraimeira é apontada com ressaltos pelos respondentes R5 e R6.

A análise dos resultados obtidos nesse momento permite inferir que os elementos que representam a identidade cultural roraimense, sejam eles nos aspectos sociais, naturais e, até mesmo, econômicos – por meio de produção de artefatos para a venda, são advindos da formação miscigenada da população roraimense, que possui forte influência da cultura indígena, devido à sua ancestralidade e por serem os primeiros nativos da região, com contributos de migrantes nortistas, nordestinos e das culturas caribenhas e guianenses, facilitadas pelo intercâmbio sociocultural propiciado pela tríplice-fronteira.

Embora para alguns seja difícil definir uma cultura tipicamente roraimense (OLIVEIRA *et al.*, 2009), foi possível notar com a pesquisa aplicada, que o estado possui elementos próprios, no âmbito do patrimônio natural, cultural, social, material e imaterial, além de exibir considerável acervo de produção cultural por intermédio de indivíduos que são motivados, em grande parte, pelo sentimento de pertencimento e orgulho suscitado pelo Movimento Roraimeira e sua temática local e regionalista.

10 ESPAÇOS PÚBLICOS E/OU PRIVADOS QUE SE PROPÕEM À DIVULGAÇÃO DA CULTURA RORAIMENSE

Ao refletir sobre quais espaços públicos e/ou privados se propõem a divulgar a identidade roraimense, R1 aponta os espaços Galeria Edinel Pereira, Porto do Babazinho, Centro de artesanato e “Casa do Neuber” itinerante como espaços utilizados para a divulgação da cultura local, o questionado afirma também que residências de artistas e amantes da arte também são espaços de divulgação da cultura roraimense o que corrobora com a opinião do R10.

Os respondentes R2, R7, R8, R9 e R11 indicam que os bares representam um espaço de divulgação da cultura do estado. Em consenso os R2, R8 e R11 dizem que os restaurantes também divulgam a cultura através dos pratos típicos da região. Associados a isso o R7 e o R10 acrescentam os pontos de alimentação.

Dentre as respostas, as bibliotecas são lembradas como espaço de divulgação da cultura de Roraima pelos R2 e R9. O R2 cita também as livrarias e as universidades públicas como espaços de divulgação da cultura do estado, reforçam a opinião dos questionados R7, R8 e R12 que especifica a instituição e os espaços da Universidade Federal do Estado de Roraima - UFRR. O R7 além de citar a instituição antes mencionada especifica também o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

R2, R9, R10 e R11 indicam que as praças são espaços públicos que divulgam a cultura roraimense, já o R7 acrescenta que elas servem de espaços para eventos independentes e privados como por exemplo o Festival Jandaia Sol e o Tomarock. O R10 acrescenta as áreas públicas de lazer.

O R5 relata que a “Casa do Neuber” é em sua opinião o único espaço que conseguiu reunir artistas e os elementos culturais locais em um só ambiente, de acordo com as opiniões do R7 que cita o espaço e com a do R6 que complementa afirmando que a casa é um espaço que transpira arte e tem cultura à flor da pele.

Para o R6, o Teatro Carlos Gomes foi um espaço que divulgou a cultura local, o mesmo respondente acrescenta que o Espaço do SESC Roraima pode ser considerado um fomentador da identidade do povo residente em Roraima, os R7, R8 e R12 concordam com o último espaço citado e acrescentam o Teatro Municipal.

O R7 cita os seguintes espaços: Espaço Usina, Café e Cultura, Espaço Paricá, Galeria Jaider Esbell, Pátio Roraima Shopping e Roraima Garden Shopping, o R12 concorda com os dois últimos espaços citados.

Os R7, R8 e R12 mencionam as boates. O R8 termina complementando o seu ponto de vista citando o Museu, a Casa da Cultura e as escolas. Já o R9 adiciona os auditórios, as companhias de teatro, e as companhias de dança como espaços que se dedicam a exposição da cultura do estado.

O respondente R11, complementa com os seguintes espaços: Palácio da Cultura, Feira do produtor rural, Mercados Romeu Caldas, Mercado São Francisco, centro histórico, o Parque Anauá e os espaços que valorizam a música regional.

O R3 comenta que existem vários espaços públicos, mas em seu ponto de vista a cultura roraimense não possui a devida visibilidade, essa opinião está de acordo com a concepção do R4, além disso o respondente faz um comentário sobre as festas públicas e a falta de contratação de artistas regionais.

Para complementar as informações obtidas com os questionários, encontrou-se durante a pesquisa bibliográfica complementar, concomitantemente com a pesquisa de campo, mapeamento realizado por Magalhães e Albuquerque (2015 *apud* LEVINO; LÍRIO, 2016), contribuindo com os dados obtidos junto aos respondentes do questionário.

No material supracitado, os autores trazem edificações destinadas a práticas culturais. Sendo assim, é possível mencionar ainda os seguintes espaços: Teatro Jaber Xaud; Cine Sesc; Biblioteca Palácio da Cultura; Anfiteatro da Praça Cultura; Auditório Alexandre Borges; Centro Amazônico de Fronteira – CAF/UFRR; Centro de Artesanato, Turismo e Geração de

Renda Velia Coutinho, em consonância com a opinião do R1; Espaço de Arte e Cultura União Operária/UFRR; Anfiteatro da Orla Taumanan; Parlatório da UFRR; Centro Multicultural da Orla Taumanan; Praça Jorge Manoel da Silva, popularmente conhecida como Mirandinha, e o Palácio da cultura Nenê Macaggi, também mencionado pelo R11 no questionário aplicado.

A partir do resultado obtido por meio dos questionários, e com base no material produzido por Magalhães e Albuquerque (2015 *apud* LEVINO; LÍRIO, 2016) elaborou-se o quadro 1, a fim de sistematizar as informações obtidas em atendimento ao objetivo de investigação proposto, excetuando-se o Teatro Carlos Gomes, que está desativado há bastante tempo.

Quadro 1 - Espaços públicos e/ ou privados que se propõem a divulgar a cultura roraimense.

	Tipo de Espaço	Espaço
Público	Teatro	Teatro Municipal de Boa Vista
	Espaço Cultural	Palácio da Cultura Nenê Macaggi
	Instituição de Ensino Superior	Instituto Federal de Roraima – IFRR
	Instituição de Ensino Superior	Universidade Federal de Roraima – UFRR
	Instituição de Ensino Superior	Auditório Alexandre Borges
	Instituição de Ensino Superior	Centro Amazônico de Fronteira – CAF/UFRR
	Instituição de Ensino Superior	Parlatório da UFRR
	Feira/ Mercado	Feira do São Francisco
	Feira/ Mercado	Mercado Romeu Caldas
	Parque	Parque Anauá
	Praça	Anfiteatro da Praça Cultura
	Praça	Praça Jorge Manoel da Silva (Mirandinha)
	Centro de Artesanato	Centro de Artesanato, Turismo e Geração de Renda Velia Coutinho
	Espaço Cultural	Espaço de Arte e Cultura União

		Operária/UFRR
	Espaço de lazer	Anfiteatro da Orla Taumanan
Misto	Espaço audiovisual	Cine Sesc
	Teatro	Teatro Jaber Xaud
Privado	Bar/ Restaurante; Espaço Cultural	Casa do Neuber
	Galeria de Arte	Galeria Jaider Esbell
	Galeria de Arte	Galeria Edinel Pereira
	Bar/ Restaurante	Porto do Babazinho
	Espaço Cultural	Espaço Usina, Café e Cultura
	Bar; Espaço Cultural	Espaço Cultural Paricá
	Shopping Center	Roraima Garden Shopping
	Shopping Center	Pátio Roraima Shopping

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Após a análise dos dados dispostos no Quadro 1, é possível perceber que, embora os respondentes da pesquisa tenham mencionado os espaços disponíveis no quadro, além de outros, que nele não constam, para alguns dos sujeitos, estes espaços são insuficientes e não conseguem suprir à demanda de espaços por atores sociais associados à cultura local, sendo necessária, muitas vezes, a utilização de espaços alternativos, como bares, boates, praças e residências, para a manifestação de expressões artísticas e culturais.

Notou-se ainda que nenhum dos sujeitos mencionou quaisquer espaços culturais ou quaisquer outros similares propícios para manifestações culturais nos demais municípios do estado de Roraima, apontando possível debilidade na promoção cultural nos municípios interioranos.

11 ANÁLISE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO EMPREENDIMENTO “CASA DO NEUBER” A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE ARTISTAS E PRODUTORES CULTURAIS LOCAIS

Com o propósito de analisar a contribuição das atividades culturais desenvolvidas pelo artista Neuber Uchôa e seu empreendimento, “Casa do Neuber”, para a manutenção da identidade do estado de Roraima, optou-se por agregar às informações prestadas pelo próprio

artista no momento da entrevista concedida, a percepção dos docentes, produtores culturais e artistas locais que colaboraram com o questionário acerca de sua atuação artística e empreendedora.

Como resultados, observou-se que para R1, R4 e R9 o empreendimento consistia em valioso espaço de valorização da música roraimense, permitindo sua renovação, pela disseminação entre públicos mais jovens. R2 ressaltou que sobre o valor da ação de divulgar, fomentar e promover as expressões artísticas locais, tendo sido acrescentado por R3 e R5 que o empreendimento conseguia reunir diversidade artística e cultural, por intermédio de expressões distintas.

R6 e R10, indicaram a contribuição para a valorização cultural mediante do sentimento de pertencimento propiciado pelo empreendimento, que contribui para o orgulho da cultura local.

R11 acredita que por falta de espaços culturais geridos pelo poder público o empreendimento “Casa do Neuber” promove a cultura local por meio da arte, manifestada pela música, poesia, gastronomia típica, protagonizada por vários artistas do cenário artístico roraimense, com isso os frequentadores do espaço, por se identificarem e valorizarem a cultura local, são beneficiados.

Na percepção do R12, o empreendimento era de grande importância, por se tratar de espaço único no que diz respeito à valorização da música autoral, em conformidade com a entrevista concedida por Neuber Uchôa, que demonstrou grande satisfação ao declarar que sua casa, quanto residência e quanto empreendimento artístico e comercial, sempre esteve aberta para artistas locais, independentes e suas composições.

Ressalta-se ainda que, para R7, Neuber Uchôa destaca-se por promover a cultura roraimense, seja mediante do Movimento Roraimeira, ou por meio da “Casa do Neuber”, que conforme apontam os resultados obtidos, cumpre com maestria ao que se propôs desde sua idealização, que é abrir as portas à regionalidade roraimense, permitindo que sua difusão seja acessível a artistas, visitantes e à comunidade local, carinhosamente chamada, pelo artista, de aldeia.

Os resultados permitem inferir, ainda, que a “Casa do Neuber” contribui para o propósito apontado pela Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2002) por viabilizar o reconhecimento e a facilitação da cultura local à geração atual e às futuras, por meio da difusão artística entre o público das mais distintas faixas etárias.

Posteriormente, questionou-se aos respondentes se, em sua percepção, a “Casa do Neuber” consistia em um espaço de valorização e promoção da cultura Roraimense, indagando, ainda, se seu trabalho artístico havia sido contemplado pelas atividades desenvolvidas pelo empreendimento.

R2 ressalta a integração artística proporcionada pelo artista Neuber Uchôa em seu empreendimento que, para além de bar ou restaurante, consolidou-se como espaço cultural com produções artísticas locais distintas disponibilizadas para visitantes e para a comunidade local.

Dos doze sujeitos que contribuíram com a pesquisa, 07, que são artistas, revelaram ter tido, de alguma forma, seus trabalhos expostos e desenvolvidos, contribuindo para a promoção de suas atividades, bem como contribuindo financeiramente por via de venda de elementos por eles produzidos e/ou contratações artísticas, pelo próprio empreendimento e por seus frequentadores.

O acolhimento dos anfitriões, apontada pelo respondente R1, e o intercâmbio sociocultural propiciado entre estes e frequentadores consiste também em um dos diferenciais da Casa que, fosse em seu espaço físico ou em suas ações itinerantes, mantém sua ideologia de abrigar e partilhar do que o estado tem de melhor, por intermédio da vivência regionalista do artista Neuber Uchôa e seu orgulho de ser roraimense.

Foi possível notar ainda que um único sujeito respondeu não ter tido seu trabalho diretamente contemplado no empreendimento, contudo, concorda com todos os outros 11 respondentes que a “Casa do Neuber” contribuiu em muito para o fomento e a promoção da cultura local, dando oportunidades a novos artistas de tornarem seus trabalhos conhecidos e reconhecidos pelo público frequentador do empreendimento.

Ainda de acordo com os questionários, para R10 e R11, que atuam na docência do ensino superior, e para o R1, que exerce o jornalismo, a “Casa do Neuber”, quanto empreendimento privado, foi um espaço de total expressão da cultura roraimense, na atualização dos movimentos intelectuais e culturais, sempre empenhada na difusão da identidade cultural local, por intermédio da valorização do artesanato, da pintura, da música, poesia, literatura e gastronomia, sendo estes também os elementos apontados pelos respondentes como elementos identitários do estado de Roraima.

A análise dos questionários aplicados, bem como dos demais dados obtidos no decorrer da pesquisa, permitem compreender, portanto, a valiosa contribuição dada pelo artista Neuber Uchôa e seus familiares para a manutenção da identidade cultural roraimense,

por meio da disponibilização de espaço apto a abrigar as mais distintas formas de manifestações culturais produzidas no estado de Roraima e suas fronteiras.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu a compreensão de cultura como todo o elemento característico de uma coletividade, consistindo na digital que associa um povo aos seus modos de fazer, ideias, hábitos, valores, música, arte, entre outros.

Em Roraima, devido à grande miscigenação que marca a história e a formação social do estado, por muito tempo difundiu-se a ideia errônea de inexistência de identidade cultural própria, tendo em vista a existência de diversos elementos resultantes da chegada de migrantes, até que o Movimento Roraimeira, dotado de um grande sentimento de pertencimento e amor pelo estado de Roraima, liderado por Neuber Uchôa, Eliakin Rufino e Zeca Preto, teve a sensibilidade de compreender que esta miscigenação resultou em características sociais próprias e comuns, propiciando a compreensão da identidade cultural roraimeira.

O artista Neuber Uchôa, junto a seus familiares, que possuem dom artístico nato e são fascinados pelos encantos culturais, naturais e sociais roraimeiros, inspirados na ideologia regionalista do Movimento Roraimeira, e respaldados na alegria em receber amigos em sua residência, idealizaram o empreendimento “Casa do Neuber” para receber amigos e demais amantes deste regionalismo para celebrar a cultura roraimeira.

Como resultados do atendimento ao primeiro objetivo específico da pesquisa, que consistiu em identificar os elementos que compõem o patrimônio histórico e cultural do estado de Roraima, obteve-se: i) a representatividade social do estado e o modo de vida de seu povo, especialmente representados pela ancestralidade dos povos indígenas; ii) as edificações Monumento aos Garimpeiros, Monumento aos Pioneiros, a Catedral Cristo Redentor, a Paróquia Matriz de Nossa Senhora do Carmo, a Igreja de São Sebastião, além do patrimônio arqueológico representado pela Pedra Pintada e por todos os demais sítios arqueológicos do estado, como a Cachoeira do Bem Querer; iii) o patrimônio natural do estado, representado pelo Monte Roraima, o Uiramutã, o Lago do Caracaranã e o Rio Branco; iv) as artes plásticas e os artesanatos indígenas, com destaque para a pintura rupestre, a rede capitiana, a panela de barro e a arte indígena contemporânea de Jaider Esbell; v) a produção artística local, representada pela dança indígena Parixara, a literatura oral, como a história de Makunaíma e a literatura escrita, como o poema “Cavalo Selvagem”; vi) a fotografia de Jorge Macedo, Wakil

Carmo, J. Pavani, A. Brilhante e as produções audiovisuais de Alex Pizano e de Thiago Briglia; vii) a culinária com forte influência das culturas indígenas, nortistas e nordestinas, com destaque para a damurida, a paçoca com banana, a carne de sol, os queijos coalho e de manteiga, o buriti, o murici, o caju, a bebida moco-roró e o cogumelo yanomami; e viii) a música regional, com destaque para a produção musical do Trio Roraimeira e para as canções “Makunaimando”, “Roraimeira”, “Cidade do Campo” e “Caxiri na Cuia”; além da contribuição venezuelana com o ritmo merengue e da guianense com o ritmo reggae da banda Guy-Bras.

Como resultado do segundo objetivo específico da pesquisa, que consistiu em investigar quais espaços públicos e/ou privados se propõem a divulgar a cultura roraimeira, obteve-se como espaços públicos: i) os espaços disponibilizados pelo Instituto Federal de Roraima e pela Universidade Federal de Roraima, tais como o Auditório Alexandre Borges, o Centro Amazônico de Fronteira – CAF, o Parlatório e o Espaço de Arte e Cultura União Operária; ii) Praças, parques, mercados e feiras públicas como a Feira do São Francisco, o Mercado Romeu Caldas, o Parque Anauá, o Anfiteatro da Praça Cultura, a Praça Jorge Manoel da Silva, o Centro de Artesanato, Turismo e Geração de Renda Velia Coutinho e o Anfiteatro da Orla Taumanan. Como espaços público-privados, a pesquisa apontou os espaços sob gestão do SESC/RR, tais como o Cine Sesc e o Teatro Jaber Xaud e como espaços privados: i) “Casa do Neuber”; ii) Galeria Jaider Esbell; iii) Galeria Edinel Pereira; iv) Porto do Babazinho; v) Espaço Usina, Café e Cultura; vi) Espaço Cultural Paricá e vii) os shopping centers Roraima Garden Shopping e Pátio Roraima Shopping.

O atendimento ao terceiro e último objetivo específico, que responde à questão norteadora da pesquisa, que equivaleu a analisar a contribuição da “Casa do Neuber” para a manutenção da identidade cultural do estado de Roraima, permitiu comprovar, a relevância da “Casa do Neuber” para a valorização e promoção dos elementos representativos para o estado de Roraima, devido às suas atividades que consistem, essencialmente, em divulgar e difundir a cultura regional através da música, culinária, artes visuais, bem como por ceder espaço a todos os artistas nascidos em Roraima ou aqueles que advêm de suas fronteiras com os países Venezuela e Guiana.

O empreendimento “Casa do Neuber”, conforme informações concedidas por meio da entrevista realizada com o artista Neuber Uchôa e com os sujeitos que contribuíram com os questionários, foi e continua sendo muito mais que um estabelecimento comercial e vai muito além de um negócio econômico, agregando a função de divulgar e promover manutenção da identidade cultural do estado de Roraima.

A pesquisa apontou que o empreendimento, que permanecia sem espaço físico próprio até a finalização da pesquisa, consiste em um generoso projeto onde artistas locais e independentes se reúnem para divulgar seus trabalhos e onde o público, local ou visitante, pode apreciar a dançurida preparada por Neuber Uchôa, além de outras iguarias regionais. Outra função importante do empreendimento apontada pela pesquisa é a transmissão de conhecimentos e valores culturais entre gerações distintas, com a participação de artistas jovens que iniciam suas carreiras na “Casa do Neuber” e participação de frequentadores das mais distintas faixas etárias.

Acredita-se, por fim, que a generosidade despreziosa do artista Neuber Uchôa deve ser enaltecida e reconhecida, tamanha a resistência cultural contida em suas ações pessoais e profissionais, que confundem-se entre si, tamanha sua dedicação à exaltação das belezas naturais, sociais e culturais roraimenses, seja por meio de suas canções, de sua disponibilidade para dialogar com novos artistas e tecnologias e/ou de sua dedicação, por intermédio do empreendimento e projeto de vida “Casa do Neuber”, à valorização e manutenção dos elementos identitários roraimenses.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, M. A. (org.). **Política e planejamento em cultura e turismo**. Ilhéus: Editus, 2009.

BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papyrus, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 23 set. 2018.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo cultural: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 23 set. 2018.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2). São Paulo: Paz e Terra, 2008.

DENCKER, A. de F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DICIONÁRIO CRAVO ALBIN DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA. **Neuber Uchôa**. Disponível em: <<http://dicionariompb.com.br/neuber-uchoa>>. Acesso em: 06 out. 2018.

ESTABEL, L. B.; MORO, E. L. da S.. **Biblioteca:** conhecimentos e práticas. Porto Alegre: Penso, 2014.

GALDINO, L. K. A. **Roraima:** da colonização ao estado. Boa Vista: UERR edições, 2017.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Roraima.** 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/panorama>>. Acesso em: 02 jan. 2020.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio cultural imaterial:** para saber mais. Brasília, DF: IPHAN, 2012.
IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **IPHAN – Roraima.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/532/>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

LARAIA, R. de B. **Cultura:** um conceito antropológico. 19 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LEVINO, Selmar de S. A.; LÍRIO, Flávio C. (org.) **Panorama Cultural de Roraima.** Boa Vista: Editora da UFRR, 2016.

LIMA, C. M. G. de; DUPAS, G.; OLIVEIRA, I. de; KAKEHASHI, S. Pesquisa etnográfica: iniciando sua compreensão. **Rev. latino-am.enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 4, n.1, p. 21-30, janeiro 1996. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v4n1/v4n1a03>>. Acesso em: 22 set. 2018.

NASCIMENTO, J. S. do; SILVA, S. S. da; NASCIMENTO, C. H. C.. Diagnóstico da gestão cultural do governo do estado de Roraima. In: LE LEVINO, Selmar de S. A.; LÍRIO, Flávio C. (org.) **Panorama Cultural de Roraima.** Boa Vista: Editora da UFRR, 2016.

OLIVEIRA, R. da S.; WANKLER, C. M.; SOUZA, C. M. de. **Identidade e poesia musicada:** panorama do Movimento Roraimeira a partir da cidade de Boa Vista como uma das fontes de inspiração. *Acta Geográfica (UFRR)*, v. 3, p. 27-37, 2009.

PEREIRA, A.; SILVA, J.; BENTES, M. S. T.; LOPES, J. da S. O Clube da Madrugada e o movimento literário amazonense. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 5, n. 01, p. 49-57, 2017. Disponível em:

<https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/HID_EaD/article/view/1781/877>. Acesso em: 09 jan. 2020.

PÉREZ, X. P. Turismo cultural. Uma visão antropológica. El Sauzal (Tenerife. España): **ACA y PASOS**, RTPC. 2009. Disponível em:

<<http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoeedita/PSEedita2.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

PLATÃO. **O Banquete.** Trad. José Cavalcante de Souza. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1991.

REZENDE, C. F.; REZENDE, D. C. de. Impactos do Turismo: Uma Análise Sob a Ótica da População Receptora. **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**. 2005. Disponível em: http://www.anpad.org.br/eventos.php?cod_evento=1&cod_edicao_subsecao=30&cod_evento_edicao=9&cod_edicao_trabalho=170#>. Acesso em: 23 fev. 2020.

RUFINO, E. **Idealizador do Movimento Roraimera, Eliakin dedica novo livro ao público infanto-juvenil**. Boa Vista, Amazônia Real, 12 abr. 2016. Entrevista a Janaína Souza.

RUSCHMANN, D. V. De M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.
SOUZA, C. M. de. Lugar e identidade nos poemas Quentura e Roraima de Eliakin Rufino. In: **XIII Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada**, 2013, Campina Grande. ANAIS ABRALIC INTERNACIONAL. Campina Grande: Editora Realize, 2013. v. 1. p. 2317-157X. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/revistas/abralicinternacional/trabalhos/Completo_Comunicacao_oral_idinscrito_1275_fe7592b1ce5e3e29af4a3c6808a76863.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2019.

UCHÔA, N. **Casa do Neuber**. Boa Vista, 05 mai. 2012. Facebook: neuber.uchoa. Disponível em: <https://m.facebook.com/100000181415957/posts/451907971491913/>. Acesso em: 26 out. 2019.

UCHÔA, N. F. M. Neuber Uchôa, Cruzando Fronteiras. Entrevista concedida a JB Fernandes. **Amazoom**, Roraima, 02 set. 2019. Disponível em: <<https://www.redeamazoom.org/single-post/2019/09/02/Neuber-Uch%C3%B4a-Cruzando-Fronteiras>>. Acesso em: 14 dez. 2019.

UNESCO. **Declaração universal da UNESCO sobre a diversidade cultural**. UNESCO: 2002. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf>. Acesso em 23 set. 2018.

VELHO, G.; CASTRO, E. V. de. O conceito de cultura e o estudo das sociedades complexas: uma perspectiva antropológica. Artefato: **Jornal de Cultura**, ano 1, n. 1, 1978.

TURISMO PEDAGÓGICO: COLETÂNEA DE ATIVIDADES PARA CITY TOUR HISTÓRICO-CULTURAL EM BOA VISTA-RR

Vanessa Gomes Bezerra de Brito¹
Ana Paula Batista de Souza²
Leila Márcia Ghedin³

1 INTRODUÇÃO

O turismo compreende uma gama de serviços e está diretamente relacionado ao deslocamento de pessoas. Esse deslocamento pode ser motivado por diversos interesses e esse contato torna possível a compreensão dos elementos que fundaram e compõem uma determinada região. Existem alguns pontos turísticos no centro histórico da cidade de Boa Vista que possibilitam compreender um pouco da sua história e de seu desenvolvimento. No entanto, esse conhecimento ainda é pouco compartilhado e valorizado. Criar um roteiro para city tour que dê destaque a esses pontos turísticos e que possa auxiliar na compreensão, valorização e aprendizagem, fortalece o entendimento do quão importante é reconhecer na cidade esses elementos que fizeram parte de sua construção.

Essa percepção voltada ao ensino e aprendizagem é conhecida como Turismo Pedagógico e objetiva a prática do conhecimento. Ao mesmo tempo está diretamente relacionada ao Turismo Social por proporcionar entendimento e descobertas, distanciando, assim, as diferenças limitantes e sociais, pois tem por base as experiências/vivências as quais possibilitam o contato de diferentes etnias, nacionalidades e culturas. O Turismo e seus segmentos tornam acessíveis aquilo que é importante para o desenvolvimento da vida individual e em sociedade.

A presente pesquisa buscou mostrar o que é o conceito de Turismo, Turismo Pedagógico, Turismo Social, city tour e roteiros. E, por meio desse conhecimento, contribuir com a elaboração de um roteiro de city tour, esse servirá de base para a criação de uma coletânea de atividades histórico-culturais sobre a cidade de Boa Vista e, dessa forma, auxiliar

¹ Discente do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo. IFRR.

² Discente do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo. IFRR.

³ Professora e Pesquisadora do IFRR da área de turismo. Orientadora do trabalho. Doutora em Educação em Ciências e Matemática. Mestra em Planejamento Turístico, Mestra em Ensino de Ciências na Amazônia. Licenciada em Pedagogia. <http://lattes.cnpq.br/0620027566423386>. E-mail: leilaghedin@ifrr.edu.br.

as pessoas que desejam conhecer um pouco a respeito da cidade. Por conseguinte, integrá-los ao breve conhecimento do que é turismo, contar um pouco da história de alguns dos pontos históricos que estão presentes no percurso do roteiro elaborado pelas autoras e despertar neles o interesse pelo conhecimento da localidade em que residem.

A ideia desse trabalho surgiu através de um encontro no google meet no dia 15 de julho de 2021. A professora orientadora sugeriu algumas ideias para dar continuidade ao trabalho de conclusão de curso, visto que a ideia anterior não seria mais viável devido ao fechamento das escolas, resultante da pandemia de Covid-19 que se prolonga desde o começo do ano de 2020. Como essa sugestão era algo muito próximo ao trabalho anteriormente elaborado, ela foi prontamente adotada.

A finalidade deste trabalho é a criação de um roteiro para city tour que possa auxiliar educadores e demais pessoas interessadas em aprender um pouco mais sobre alguns dos pontos turísticos históricos existentes na cidade de Boa Vista - RR, além da reunião de algumas atividades que possam ser executadas durante o passeio e que foram apresentadas em uma coletânea. Em vista disso, foi necessário o levantamento de um importante questionamento, responsável pela construção da ideia deste trabalho: Quais atividades promoveriam a eficiência e a eficácia de um city tour em Boa Vista, que além de ressaltar a história dos pontos turísticos da cidade, tornasse o passeio atrativo e de aprendizado?

Para responder a esse questionamento buscou-se como objetivo geral, reunir atividades que promovam a eficiência e a eficácia de um city tour em Boa Vista que, além de ressaltar a história dos pontos turísticos da cidade, torne o passeio atrativo e de aprendizado. Da mesma forma, foram elaborados como objetivos específicos, a identificação dos pontos turísticos comuns, que contam um pouco da história de Boa Vista, nos roteiros de city tour já existentes; a criação de um roteiro para um city tour histórico; o mapeamento dos conhecimentos relacionados à história de Boa Vista e de alguns dos pontos turísticos selecionados; a elaboração e a indicação de atividades que farão parte do roteiro e poderão ser desenvolvidas ao longo do city tour histórico, fazendo parte de uma coletânea.

Como contribuição à pesquisa foram reunidos autores de obras diversas, que abordam a temática Turismo. Essa revisão de material literário, bem como análise de dados e comparação de informações, estabeleceu este trabalho como pesquisa bibliográfica e documental, qualitativa e quantitativa de caráter exploratório.

Em vista dos objetivos acima mencionados, obteve-se como resultado desta pesquisa a Coletânea de Atividade para City Tour, um material de apoio com o propósito de auxiliar o contato entre ensino e sociedade, bem como colaborar com a comunidade e com as instituições de educação que veem no Turismo, mais precisamente no city tour, uma ferramenta prática de conhecimento e de aprendizagem.

2 TURISMO

De acordo com a Organização Mundial do Turismo, o turismo é a soma de relações e de serviços resultantes de uma mudança de residência temporária e voluntária, motivado por razões alheias a negócios e profissionais: “compreende as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (OMT, 2001, p. 38).

O termo turismo surgiu no século XVII na Inglaterra, referindo-se a um tipo especial de viagem. A palavra *tour* é de origem francesa, como muitas outras palavras que foram importadas do francês para o inglês e que definem conceitos ligados à riqueza e à classe privilegiada. [...] O pesquisador suíço Arthur Haulot acredita que a origem da palavra está no hebraico *Tur* que aparece na Bíblia com o significado de viagem de reconhecimento (BARRETO, 2004, p. 43).

Conforme BARRETO (2004), *tour* é uma palavra francesa, que tem sua origem na palavra *Tur* do hebraico. A palavra *Tour* foi incorporada ao idioma inglês e assim compreendida como um passeio breve. BENVENISTE (2019) autor do livro “Turismo para Leigos e Curiosos” explica sobre essa terminologia em um de seus artigos:

Muitos acreditam que a palavra “*tour*” precede o inglês do século 18 como galicismo do francês “*tour*” (torre). O pensador Arthur Haulot apresentou a possibilidade de uma origem hebraica quando menciona a própria Bíblia (Números, capítulo 13, versículo 17) que conta a atuação de Moisés quando este envia um grupo de representantes ao país de Canaã para uma “visita” a fim de receber, posteriormente, informações sobre as condições topográficas, demográficas e agrícolas da região. “*Tur*” é hebraico antigo (e já não existe no hebraico moderno) e correspondia ao conceito de “viagem de descoberta, reconhecimento e/ou exploração”. (BENVENISTE, 2019, online)

Ainda, de acordo com o mesmo autor:

Segundo o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, a palavra turismo é uma adaptação do inglês “tourism”, através do francês “tourisme”. O verbete teria sido introduzido na língua portuguesa apenas no século 20. Sua definição oficial, de acordo com o dicionário Aurélio, nos diz que o termo se refere a “uma viagem ou excursão, feita por prazer, a locais que despertem interesse ou, até, ao conjunto de serviços necessários para atrair àqueles que fazem turismo (e dispensar-lhes atendimento por meio de provisão de itinerários, guias, acomodações, transporte, etc.) como, também, o próprio movimento de turistas”. (BENVENISTE, 2019, online)

Por conseguinte, é possível compreender que o termo turismo sofreu adaptações conforme era traduzido entre as várias línguas existentes. Entretanto, o sentido da palavra continua o mesmo: viajar. O turismo está fortemente atrelado ao tempo livre e como esse tempo é gasto, ou seja, as motivações pelas quais as pessoas são influenciadas a viajar, quer seja para outra cidade ou país, ou dentro da sua própria região. É importante destacar que, como atividade humana, colabora na qualidade de vida por estreitar distâncias sociais e culturais. De acordo com REIS:

O ser humano, sempre em busca de maneiras mais eficazes de sobrevivência e por conseguinte conhecimento, deslocou-se histórica e geograficamente pelo mundo. Em toda a sua história o deslocamento esteve intrínseco ao conhecimento, não necessariamente nessa ordem. Desde que o sujeito nômade se deslocava em busca de alimento, aprendia rotas, melhores caminhos, formas mais eficazes de caça, aprender não era seu objetivo primo, mas estava intrínseco em seu gesto. Em dado momento histórico, uma vez satisfeitas suas necessidades básicas, o conhecimento passou então a ser o objeto do deslocamento humano, tendo a Antiguidade por berço. (REIS, 2018, p. 17)

Ao desenrolar do tempo as peregrinações religiosas e viagens de exploração, assim como as de interesses comerciais foram somadas às viagens de caráter educacional. Diplomatas e famílias abastadas e motivadas a adquirir mais conhecimentos, enviavam seus membros familiares para aprender em viagens pela Europa. Esse modelo de viagem também conhecido como Grand Tour viabilizou o aprendizado e o contato social entre diferentes culturas e realidades: “o Grand Tour teve enormes repercussões nas concepções de viagem, nas experiências de turismo e nas indústrias culturais nascentes” (CISNE e GASTAL, 2010, p.5).

A atividade de deslocar-se de um lugar a outro, é comum ao ser humano desde os tempos remotos. No início era uma necessidade de sobrevivência, durante o decorrer da

história, como anteriormente mencionado, várias outras motivações foram adicionadas: religiosas, comerciais, guerras, migrações, conhecimento, etc. O contato com outras realidades e com novas experiências possibilitaram o desenvolvimento das civilizações ao longo dos anos.

Foi ao longo do século 20, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, que o turismo como o conhecemos hoje conseguiu se desenvolver em grande escala. Isso porque a aviação comercial ganhou força, o carro tornou-se o meio de transporte mais popular, abriram-se muitas estradas e também ocorreram importantes conquistas trabalhistas, como férias remuneradas. (REGULES, PATRONE [et al.] 2007, p. 26.)

Com o desenvolvimento industrial surgiram novas formas de trabalho, férias e novas condições de vida que permitiram às pessoas usufruir do seu tempo livre, de forma a incentivar ainda mais o crescimento do turismo. Essa evolução do turismo resultou em várias segmentações turísticas que possibilitaram a organização e planejamento dessa atividade, neste trabalho foram abordadas duas delas: o turismo pedagógico e o turismo social.

3 TURISMO PEDAGÓGICO

O turismo pedagógico auxilia na construção de valores que são perpetuados por meio de uma aprendizagem mais significativa, capaz de despertar o interesse nas pessoas a vivenciarem e conhecerem novos lugares e a participarem da construção daquele meio. Essa interação permite o desenvolvimento do conhecimento, conscientização e da valorização da sua própria cidade, características relevantes para a criação de indivíduos críticos e cientes que possam somar e fazer uso desse conhecimento sobre turismo.

O Turismo Pedagógico é uma prática de ensino que busca aproximar o aprendizado sobre o que é o Turismo, de todos aqueles que expressam interesse nesse modelo de Turismo educativo. BENI (2004) discorre sobre esse modelo que chama de Turismo Educacional:

Retomada da antiga prática amplamente utilizada na Europa e principalmente nos EUA por colégios e universidades particulares, e também adotada no Brasil por algumas escolas de elite, que consistia na organização de viagens culturais mediante o acompanhamento de professores especializados na própria instituição de ensino com programa de aulas e visitas a pontos históricos ou de interesse para o desenvolvimento educacional dos estudantes. (BENI, 2004, p. 430)

Em meados do século XVIII, os jovens de classe média alta tinham como tradição viajar pela Europa como um complemento da sua educação erudita. Esse costume era antigo desde 1600 e tornou-se crescente com o surgimento do tráfego ferroviário em grande escala e do itinerário fixo. Segundo PINTO (2010):

Destacam-se dois tipos de viagem de lazer que caracterizaram os primeiros tempos do turismo, ocorrido na Idade Moderna: o Petit Tour e o Grand Tour. O primeiro, um pequeno deslocamento, uma visita ao Vale do Loire, com retorno a Paris. O segundo, um grande e demorado deslocamento, uma viagem destinada à formação educacional de jovens aristocratas ingleses, que se estendia pela França, Suíça e Itália. Acompanhados dos mais conceituados mestres da época, deslocavam-se, vivenciando in loco, aprendendo sobre os mais variados conhecimentos: política, cultura, comportamento, gastronomia, história, geografia etc. (PINTO, 2010, p. 17)

O Turismo voltado ao viés educacional e de caráter pedagógico, esteve presente na formação de muitos jovens durante a Idade Moderna. O Petit Tour era um pequeno passeio, uma expressão comum aos franceses. Já o Grand Tour exigia um delicado planejamento, visto que os jovens que tinham acesso a essa atividade eram nobres daquela época, ansiosos por conhecimento e a fim de construírem sua sabedoria com base nas suas próprias experiências. Tal como destaca REIS (2018):

Os jovens aristocratas, aqueles que tinham acesso aos estudos acadêmicos, passaram a considerar o mundo pequeno demais para caber dentro de uma sala de aula. Ora, estudar Horácio e Virgílio, as obras de artes e os sítios antigos por eles descritos era uma coisa, agora vê-los e experienciá-los pessoalmente era algo que ultrapassava qualquer conteúdo acadêmico, algo muito além do que qualquer tutor poderia ensinar pois a experiência não pode ser ensinada, apenas vivida. Despontam-se assim o Grand Tour. (REIS, 2018, p. 22 e 23)

O Grand Tour deu início ao que hoje é conhecido por Turismo Pedagógico, uma atividade de ensino e compreensão que tem por objetivo levar pessoas a ter contato e interação com ambientes importantes para a história, quer sejam eles da sua cidade ou não, e vivenciá-los.

Essa modalidade de Turismo voltada ao ensino e aprendizagem e que principalmente ultrapassa os limites da escola e universidade, atraindo todas as pessoas independentemente de classe social é importante por despertar o interesse pela compreensão do espaço em que se vive. Ao mesmo tempo em que contribui para romper as barreiras da divisão social por oferecer o conhecimento a todos que buscam por ele. O que antes era acesso para poucos,

hoje encontra-se disponível. Nesse sentido, permite o encontro entre diferentes realidades, portanto, está diretamente atrelado ao viés social.

4 TURISMO SOCIAL

O turismo como atividade social está diretamente relacionado à qualidade de vida das pessoas. Portanto, pressupõe que quanto maior a renda financeira de um determinado indivíduo/grupo de pessoas, maior a oportunidade de conhecer lugares novos e diferentes. Essa oportunidade gera novas experiências, a adesão de mais conhecimentos e a sociabilidade entre os indivíduos. Para FINO e DA SILVA (2013, p. 1309) “o Turismo Social é um meio de democratizar o acesso às viagens e ao lazer, promovendo a igualdade social e a sociabilidade das classes menos favorecidas econômica e socialmente”.

O conceito de turismo social surgiu nas primeiras décadas do século XX com o objetivo de proporcionar férias e lazer ao maior número de pessoas e, mais recentemente, agregou o estímulo ao respeito às diferenças culturais, além de incentivar as viagens daqueles que, pelos mais variados motivos, não fazem parte do perfil de clientes da indústria turística tradicional. (DALBONE, 2021, online)

Visto como uma necessidade, em decorrência das jornadas de trabalho extenuantes durante a revolução industrial, o período dado aos trabalhadores para desfrutar de suas férias era a melhor maneira de proporcionar um lazer organizado. Essa conquista, foi determinada por um “movimento social dos mais relevantes em diversos países, foi realizado pelos trabalhadores, que reivindicaram a diminuição da jornada de trabalho, progressivamente conquistada por meio de pressões e lutas” (CHEIBUB, 2011, p. 03).

Em curso há vários anos, a evolução do turismo social que engloba os movimentos de centenas de milhões de pessoas, tem feito progressos consideráveis em muitos aspectos: legislações, aumento de acesso ao turismo de segmentos menos favorecidos, facilidades de financiamentos de aquisições de equipamentos técnicos, esforço permanente de melhoramentos e de adaptações do que já existe. (ROSA, 2002, p. 32)

Conseqüentemente, consolidado por meio do turismo, os períodos de lazer e recreação ganharam amplitudes cada vez maiores com o desenvolvimento dos meios de transporte, da criação e consolidação de leis trabalhistas, dentre outros fatores que possibilitaram o contato a uma atividade que anteriormente era acessada por poucos.

[...]as “novas” tecnologias, que a partir de meados do século XX contribuíram significativamente na chamada 2ª revolução dos transportes: a proliferação das rodovias e a massificação do automóvel e do avião de passageiros (cada vez mais veloz e com maior capacidade) foram cruciais ao “diminuírem” as distâncias, facilitando o acesso das pessoas aos mais variados espaços de lazer e intensificando o fluxo turístico mundial. (CHEIBUB, 2011, p. 04).

Considerado como um fenômeno social, o turismo através de seus vários segmentos, possibilita o contato de realidades extremamente opostas. Esse deslocamento de pessoas proporciona a troca de experiências, um novo olhar e conhecimento sobre as diferentes realidades, além de movimentar a economia.

Pode-se dizer que o turismo é um fenômeno social que surgiu como atividade organizada no século XIX, tendo se projetado como fenômeno de massa a partir da Segunda Guerra Mundial. O processo de urbanização, a regularização do trabalho com a conquista gradativa do tempo livre, e a melhoria dos meios de transporte foram alguns dos fatores que contribuíram para a inserção dessa atividade como propulsora de desenvolvimento em vários países do mundo. (RICCO, 2011, p. 44)

Tal contato pode ser motivado por inúmeros interesses, desde motivos culturais ou educacionais, até mesmo, o desejo de mudança causado pelo desgaste da vida cotidiana.

Para assim se constituir, o turismo independe de outro fenômeno social: o tempo livre institucionalizado. Ou seja, como fenômeno, o turismo tem essência (o ócio) e um conjunto de manifestações que se relacionam e atuam entre si, de ordem ideológica, política, econômica, social, psicológica e físico-ambiental. (RICCO, 2011, p. 45)

Portanto, em virtude do tempo livre e do interesse em aproveitar esse tempo de maneira eficaz, este trabalho deteve-se em criar um roteiro para um city tour que fosse acessível para educadores e todas as demais pessoas que tivessem curiosidade em conhecer e aprender um pouco mais sobre alguns dos pontos turísticos existentes na cidade de Boa Vista

– RR. Além do city tour, uma coletânea também foi criada. Nela estão disponíveis histórias, curiosidades e brincadeiras que poderão ser utilizadas no decorrer da realização do city tour.

Esse modelo de city tour busca diminuir a distância entre pessoas que possuem condições financeiras diferentes, pois todas poderão usufruir do mesmo modo: quer utilizem esse roteiro em um passeio em grupo, em família, com acadêmicos ou mesmo somente para uma pessoa. A intenção é motivá-los a conhecerem um pouco da cidade em que residem através de alguns dos pontos turísticos existentes.

Compreende-se, portanto, que por intermédio do turismo social e do conhecimento adquirido por meio de atividades como o city tour é possível ter uma perspectiva diferente e essa perspectiva possibilita um maior entendimento da realidade e conhecimento das características formadoras da cidade em que se vive, bem como aprendizados e lições de cidadania.

[...]o turismo social envolve ações de integração social, com roteiros culturais que favorecem o aprendizado, valorizam o patrimônio local, resgatam a história e a compreensão da realidade atual. Ao mesmo tempo, a atividade reforça os vínculos com as sociedades locais, que encontram na atividade uma ferramenta para impulsionar a economia e o desenvolvimento humano (SESC, 2011, p. 22).

Qualquer que seja o aspecto analisado, o turismo tem importante papel socializador, pois permite o encontro entre pessoas de diferentes culturas. Esse contato favorece a sociabilidade das pessoas, o que estimula e contribui para o entendimento entre populações de diferentes regiões, maior conhecimento sobre os outros e seus costumes e sobre si próprio. O turismo estimula e provoca emoções positivas, ao mesmo tempo em que possibilita ao homem desfrutar de mundos desconhecidos. Essa vivência resulta em uma nova percepção sobre a própria realidade.

No decorrer do tempo é possível perceber o processo de desenvolvimento do Turismo, bem como a conexão criada através desse contato. Antes, o que era uma atividade própria da sobrevivência humana e da busca de alimentos e melhores condições de vida; passou pela migração de cunho religioso com as peregrinações e as viagens de interesse educacional, para um modelo de viagem voltada ao lazer e ao uso do tempo livre.

O Turismo tem como característica marcante o deslocamento de pessoas incentivadas por inúmeros interesses, dentre eles a vontade de aprender, de conhecer e de experienciar. Nem sempre essa experiência estará aberta a todos. Existem muitos lugares que requerem

maior autonomia e condição econômica elevada. Contudo, a atividade de deslocar-se não precisa sempre estar relacionada a viajar para outro país ou para outra cidade. Conhecer a história local também pode ser algo riquíssimo. Realizar o Turismo na própria cidade, em pontos turísticos públicos acessíveis a todos mantém viva a memória da cidade e proporciona a compreensão do significado de aspectos antes nunca conhecidos.

Essa atividade que ao mesmo tempo aproxima e ensina está ligada ao Turismo Social como uma integração social que melhora a convivência entre as pessoas; e ao Turismo Pedagógico pela aquisição de conhecimentos. Ambos, Turismo Social e Turismo Pedagógico, integram o conjunto de atividades que formam o Turismo.

Visitar pontos turísticos locais através de roteiros bem elaborados possibilita ao visitante conscientizar-se sobre a relevância destes, histórica e culturalmente. Esse reconhecimento de algo que ao mesmo tempo está próximo e disponível, contribui para a valorização e desenvolvimento dessa identidade regional.

O Turismo aliado ao Turismo Social e ao Turismo Pedagógico encaixam-se perfeitamente como engrenagens que incentivam a educação e o conhecimento, através da experiência, do ensino e da descoberta, quer seja ela de lugares antes nunca vistos pelas lentes minuciosas de quem está pela primeira vez usufruindo deste contato ou daqueles que revisitam um ponto turístico só que agora com uma nova perspectiva.

5 CITY TOUR E ROTEIRO: DEFINIÇÕES

Com esse entendimento sobre Turismo, Turismo Pedagógico e Turismo Social e como a finalidade deste trabalho foi a criação de um roteiro para um city tour, considerou-se necessário esclarecer o que é city tour e o que é um roteiro. Para Carvalho (2016):

Ao analisar a definição da expressão *city tour*, é possível afirmar que trata-se de um termo técnico proveniente da Língua Inglesa que, na Língua portuguesa, significa passeio turístico por uma cidade. Em outras palavras, um passeio turístico geralmente é realizado em uma determinada cidade para apresentar os principais atrativos relacionados ao Turismo existentes nela. Essa excursão possui roteiro e programação predeterminados e tem como objetivo promover o acolhimento e a ambientação do turista na localidade por meio de visitas contemplativas e exploratórias [...]. (Carvalho 2016, p. 130 e e131)

Segundo Carvalho (2016), denomina-se city tour um passeio turístico pela cidade com o propósito de apresentar os atrativos que se destacam na região, através de um roteiro e programação cuidadosamente elaborados, a fim de possibilitar que o turista aproveite o passeio, ao mesmo tempo em que se divirta, adquira conhecimento, aprendizados e experiências. De acordo com SILVA (2013) city tour:

São roteiros menores que têm o trajeto menor para mostrar a cidade e seus atrativos diferenciais. São chamados de visitas à cidade, tornando mais fácil a localização do turista no espaço urbano (passeios com explicações contextualizadas sobre vários aspectos locais, principalmente histórico-culturais). Esta prática facilita o consumo do produto turístico e estimula o tempo maior de permanência do turista na cidade. (SILVA, 2013, p. 76)

Para SILVA (2013) city tour é um conjunto de atividades que fazem parte de um roteiro que compõem um passeio curto. Portanto, compreende-se que o roteiro integra um city tour e é necessário para que o mesmo aconteça.

Podemos entender roteiro turístico como um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística das localidades que formam o roteiro. (Brasil, 2007, p. 13)

Conforme SILVA e COSTA (2010, p. 29) “podemos concluir que os roteiros são itinerários de visitação organizados nos quais se encontram as informações detalhadas de uma programação de atividades turísticas, mediante um planejamento prévio”. Em vista disso, a realização de um city tour envolve uma organização antecipada; a criação de um roteiro que desperte o interesse do turista em participar desse trajeto. Compreende-se, portanto, que o objetivo principal do roteiro de acordo com RICHTER (2016, p.16) “é oferecer ao consumidor/turista a maior gama de informações sucintas, mostrar o local que será visitado e seus principais diferenciais, estimulando no turista seu interesse para conhecer cada atrativo”.

Por conseguinte, em virtude da proposta deste trabalho, criou-se um roteiro com a intenção de identificar alguns dos pontos turísticos que fazem parte da história da cidade de Boa Vista - RR e que pudessem ser contemplados através de um city tour.

Os Pontos turísticos são lugares de visitação abertos ao público que agregam valor aos passeios, oferecem atividades, lazer, experiências etc., além de contribuir com o fluxo turístico da localidade.

[...]locais de visitação turística com relevância histórica/cultural e/ou natural, mas que não apresentam condições para se constituírem em negócios, oferecendo somente possibilidade de contemplação. Exemplos: estátuas, praças, fachadas de casarões, monumentos, marcos históricos, obeliscos, mirantes, paisagens etc. (SEBRAE, s.d., p. 22)

Assim sendo, foi elaborado um roteiro a partir da coleta de informações de city tours já existentes, disponíveis na internet e também utilizados por agências e guias de turismo. O roteiro para city tour foi construído da maneira mais simples possível, e não menos cuidadosa, a fim de que esteja disponível para todos aqueles que demonstrem interesse em participar de tal atividade.

Da mesma maneira, as atividades desenvolvidas para serem realizadas nesse modelo de city tour ou em outros city tours com perspectiva semelhante, foram organizadas e apresentadas na coletânea. A coletânea é um instrumento necessário, pois o desenvolvimento de atividades durante o percurso torna o city tour mais descontraído, agrega conhecimentos e deixa o passeio mais atrativo, quer seja um passeio acadêmico, em família ou de apenas uma pessoa.

Conforme SILVA (2013) e com base nesse entendimento de que o city tour consiste em uma visita à cidade por meio de um passeio curto, classifica-se o modelo de city tour apresentado neste trabalho, como sendo um city tour motivacional de caráter histórico. Assim, para SILVA (2013, p. 76) o city tour motivacional é “direcionado ao público com interesses específicos e não para o público em geral. Os atrativos são selecionados por possuírem características similares, e os roteiros podem ser históricos, culturais, de compras, e outros”. Essa classificação deve-se ao fato que o city tour, bem como o roteiro apresentado, apoiaram-se em alguns dos pontos turísticos que contam a história da cidade de Boa Vista, Roraima.

6 O CADASTUR COMO FERRAMENTA BASE PARA A PESQUISA

Para a elaboração do roteiro do city tour deste trabalho, foram levantadas informações sobre as agências de turismo existentes em Roraima e guias de turismo atuantes no estado. Junto aos guias e agências buscou-se informações sobre a quantidade da oferta de city tour na cidade de Boa Vista e quais são os pontos turísticos históricos comuns entre eles, no roteiro de city tour oferecido. As informações relacionadas a quantidade de agências e guias foram levantadas com base em uma averiguação no site do Cadastur.

Para a apresentação de informações referentes a roteiros para city tour em Boa Vista foram analisados e coletados dados em páginas na internet. Além disso, foi realizado contato por meio da rede social *WhatsApp* com guias de turismo e agências de turismo, a fim de depurar as informações obtidas no referido site. Por intermédio desse contato, foram selecionados os guias de turismo e agências de turismo que demonstraram interesse em participar da pesquisa respondendo ao questionário.

O Cadastur é um “sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo” (ABAV, s.d., online). E foi um dos instrumentos usados para o levantamento de dados para a presente pesquisa. O Cadastur é um selo de certificação que o Ministério do Turismo disponibiliza às empresas mediante fiscalização e uma série de normas, dentre as quais possuir CNPJ e ter como principal atividade o turismo.

Esse selo dá credibilidade ao segmento do turismo no mercado. A empresa passa a ser fiscalizada de modo a garantir que as suas atividades continuem sendo executadas de forma correta, e que as pessoas que contratam os serviços dessa empresa tenham a segurança, a garantia e a qualidade oferecidas pelo certificado.

Além das agências de turismo, guias de turismo também ofertam city tour. O guia de turismo pode trabalhar junto à agência de turismo ou de forma autônoma. “O guia de turismo é o profissional que acompanha e explica os atrativos” (ABGTUR, s.d., online). A responsabilidade do guia é conduzir o turista durante a viagem ou passeio, fornecendo informações importantes sobre os lugares visitados.

Para CARVALHO (2016), o guia de turismo é um profissional que deve estar capacitado e regulamentado pelo Ministério do Turismo:

[...] profissional liberal, com profissão reconhecida e regulamentada por lei e que, ao estar devidamente cadastrado no Ministério do Turismo, ocupa-se das atividades de acompanhar, orientar e transmitir informações de interesse turístico sobre as diversas áreas de conhecimento para viajantes e turistas em viagens, passeios e visitas. (Carvalho 2016, p. 34 e 35)

O Cadastur foi uma ferramenta de extremo valor para a fundamentação e orientação deste trabalho. A partir dos dados coletados da plataforma foi possível elaborar uma estimativa de agências de turismo e guias de turismo existentes no estado. Essas informações contribuíram para o processo de averiguação referente a atividade do city tour juntamente a esses guias e aos representantes dessas agências. Além dos roteiros disponibilizados por guias e agências, mediante contato e autorização, também foram analisados roteiros em blogs, canais do Youtube e demais páginas de internet relacionadas. Isso possibilitou desenvolver o roteiro do city tour histórico deste trabalho.

7 HISTÓRIA DOS PONTOS TURÍSTICOS DE BOA VISTA PRESENTES NO ROTEIRO DO CITY TOUR HISTÓRICO

Foi dado continuidade a pesquisa discorrendo sobre a história de Boa Vista, bem como, de alguns dos lugares que fizeram parte da construção e desenvolvimento da cidade e, principalmente, que integram o roteiro do city tour elaborado neste trabalho. Em vista disso, foram coletadas e reunidas certas informações que possibilitam essa compreensão e estão disponíveis a seguir.

No século XIX, tudo o que existia na região, hoje conhecida como Boa Vista, era uma fazenda chamada de Fazenda Boa Vista do Rio Branco, que ficava localizada às margens do rio Branco. Essa ocupação foi resultado da transferência do antigo povoado de São Joaquim, que abrigava o Forte de São Joaquim. Sobre isto, Ramalho (2012, p. 33) destaca que “dentre as fazendas particulares criadas, ainda na primeira metade do século XIX, está a Fazenda Boa Vista. Fundada em meados de 1830, na margem direita do rio Branco. É tida como o embrião da cidade de Boa Vista”.

Com o tempo, formou-se um pequeno povoado às redondezas da fazenda, que por alguns anos foi o único em toda a região do Alto Rio Branco, ficou conhecido como a Freguesia Nossa Senhora do Carmo. “Em 1890, o povoado foi elevado à condição de vila e em 1926 passou a ser município, adotando o nome da antiga fazenda, Boa Vista. Com a criação do Território Federal de Roraima, em 1940, a cidade foi escolhida para ser a capital (IBGE, s.d., online)”.

Assim, em 1943, Boa Vista tornou-se a capital do Território Federal do Rio Branco, o qual foi criado, oficialmente, em 13 de setembro de 1943, através do Decreto-Lei nº 5.812, posteriormente retificado pelo de nº 5.839, de 21 do mesmo mês e ano, com território desmembrado do estado do Amazonas (RAMALHO, 2012, p. 40).

A intenção do governo na época era o de preencher espaços de fronteiras pouco ocupados, “acreditava-se que essas medidas integrariam a região ao restante do país e possibilitariam o seu desenvolvimento, além de garantir a proteção das fronteiras do Brasil” (RAMALHO, 2012, p. 38) e para isso, em 1944 o governador e capitão Ene Garcez convidou o então engenheiro civil Darci Aleixo Derenusson, para elaborar um plano urbanístico para Boa Vista.

O plano urbanístico da cidade de Boa Vista, idealizado pelo primeiro governador do Território Federal do Rio Branco (1944), capitão Ene Garcez dos Reis, e planejado pelo engenheiro e urbanista Darci Aleixo Derenusson, tomando como referência o traçado urbano embrionário pré-existente, foi iniciado em 1944, sendo as obras de implantação mais intensificadas entre os anos de 1947 e 1950. O desenho do engenheiro Derenusson se deu sobre a pequena aglomeração composta por três ruas paralelas ao Rio Branco e pelo porto fluvial, para o qual convergiam as fachadas dos edifícios mais significativos. (FETEC, 2011, p. 23)

O plano foi entregue em 1946 às autoridades, e a proposta trazia um traçado urbanístico com formato radial à cidade. Em que todas as principais avenidas de Boa Vista partiam do Centro Cívico, assim sendo, as principais avenidas do centro da cidade dirigiam-se para um ponto em comum. “A forma radial concêntrica em seu partido urbano, lembra o Arco do Triunfo de Paris, França, adaptando à nova realidade de uma cidade com raízes orgânicas, mantendo o traçado espontâneo no eixo embrionário” (MORALES, FERKO E COSTA, 2019, p. 27).

Por muitos anos Boa Vista manteve sua estrada fluvial, um porto às margens do rio Branco que possibilitou o acesso da cidade com as demais regiões e estados. De acordo com Freitas (2000):

Até a década de 70 a região sul do Estado era conhecida apenas na parte referente às margens do rio Branco. O rio Branco é a única estrada fluvial que liga Boa Vista a Manaus, Caracará e Santa Maria do Boiaçu são as principais localidades ao longo do rio. Todo transporte, para o abastecimento de Boa Vista e do território Federal, era feito pelo rio Branco. (FREITAS, 2000, p. 125.)

Havia um porto fluvial principal onde eram descarregadas boa parte das mercadorias que chegavam a Boa Vista e com o desenvolvimento urbano ao longo dos anos, o cimento era um dos materiais mais usados e transportados.

O Antigo Porto Fluvial era a porta de entrada e saída de pessoas e mercadorias. O local ganhou destaque à medida que a vila crescia. Somente em 1947, o Governador Capitão Clóvis Nova da Costa percebeu a importância da localidade como porto de escoamento da economia e mandou construir uma rampa de concreto revestido de cimento para possibilitar as cargas pesadas nas subidas e descidas para abastecimento local. A partir desse evento, os moradores denominaram esse espaço de Porto do Cimento. (MORALES, FERKO E COSTA, 2019, p. 24)

O porto passou a ser chamado de Porto do Cimento e por lá chegavam os cimentos usados nas construções das primeiras casas e da primeira capela, localizada ao lado da fazenda Boa Vista do Rio Branco. A fazenda foi a sede e a partir da qual surgiu a cidade de Boa Vista.

O porto fluvial que estava localizado na orla do Rio Branco foi denominado de Porto do Cimento pelos moradores devido à construção de concreto que ligava o leito do rio até a rua Floriano Peixoto, durante a implantação do plano urbanístico. A estrutura simples do Porto limitava-se apenas a uma rampa, porém tornou-se símbolo de representatividade e pertencimento da população. (MORALES, FERKO E COSTA, 2019, p. 20)

Apesar da importância do Porto do Cimento como porta de entrada de mercadorias, inclusive de novos habitantes e como via de acesso e desenvolvimento da cidade, logo a necessidade de deslocamento por via terrestre seria preenchida através da construção da BR-174.

Fora de uso, a necessidade do Porto do Cimento deu lugar ao encanto da Orla Taumanan.

Com a construção da BR-174 e o aeroporto, o Porto do Cimento entrou em desuso devido às novas alternativas de transporte e sucessivamente em colapso pelo abandono do poder público. Diante disso, assim como todo o centro histórico, o Porto do Cimento perdeu o prestígio de seus tempos áureos, estando a mercê do esquecimento da gestão pública. Na década de 1990, a prefeitura municipal, com o intuito de reviver o embrião da cidade, implantou intervenções como restauros, modernização de infraestrutura e a construção do complexo turístico OrlaTaumanan, caracterizando a nova utilização da margem do Rio Branco. (MORALES, FERKO E COSTA, 2019, p. 29)

Além de apresentar um pouco sobre a história de Boa Vista é importante destacar alguns pontos turísticos que foram determinantes para essa construção e que fazem parte do roteiro do city tour histórico objeto deste trabalho. Assim, o quadro 01 destaca os pontos turísticos históricos selecionados.

Quadro 01: Pontos turísticos históricos selecionados para o city tour

Ponto turístico histórico	Informações
Restaurante Meu Cantinho	[...]construída em 1830, pelo Capitão Inácio Lopes de Magalhães, como sede da primeira fazenda particular de pecuária à margem direita do Rio Branco, denominada Fazenda Boa Vista. O edifício original foi descaracterizado ao longo dos anos. Em 1996 sofreu uma reforma por ocasião do Projeto Raízes 7. Os proprietários do local fizeram nova reforma em 2004 e três anos depois o edifício sofreu uma intervenção nas fachadas, telhado e no piso, sendo totalmente retirado e trocado. Esse bem patrimonial foi tombado pela prefeitura através do Decreto nº 2614, de 15 de outubro de 1993. Hoje o local é um ponto turístico onde tanto o nome da antiga Fazenda Boa Vista quanto o nome do estabelecimento Meu Cantinho se encontram apenas na história da cidade. (SECULT-RR, 2021, online)
Praça Barreto Leite	Construída na gestão do governador Hélio Campos, em 1964, localiza-se no Centro Histórico de Boa Vista, de frente para um dos patrimônios naturais do estado de Roraima, o Rio Branco, e próxima ao porto de cimento, por onde se dava o fluxo das autoridades e pioneiros que aqui chegavam. (CAVALCANTE, 2018, online). A Praça Barreto Leite é uma homenagem ao capitão Fábio Barreto Leite, enviado como representante do governador do estado do Amazonas.[...] o local representa o marco da ocupação de Boa Vista. A praça foi em sua homenagem, por ser amigo dos munícipes e também, tinha sido um dos comandantes do forte São Joaquim do rio Branco. (DIAS, 2012, p. 59)

<p>Monumento aos Pioneiros</p>	<p>[...] o Monumento aos Pioneiros reproduz o perfil do Monte Roraima e conta sobre o largo período da história do antigo território com os elementos étnicos que formaram o povo roraimense, suas tradições e costumes locais. A obra retrata as primeiras famílias que vieram para o estado e os povos indígenas que aqui se encontravam. Situado no berço histórico do município, às margens do Rio Branco, na praça Barreto Leite, esse monumento integra o marco zero da colonização do Vale do Rio Branco. Segundo autores e historiadores, o nome Boa Vista do Rio Branco deriva da Fazenda Boa Vista – do Capitão Inácio Lopes de Magalhães – considerada ponto de origem da cidade, onde hoje funciona o Bar Meu Cantinho. (FETEC, 2011, p. 24.)</p>
<p>Orla Taumanan</p>	<p>A Orla Taumanan situa-se no centro histórico de Boa Vista e foi inaugurada em julho de 2004. O nome Taumanan significa Paz na língua indígena Macuxi. O local tem cerca de 6.500 metros quadrados e é considerado um dos principais pontos turísticos da capital de Roraima. Dispõe de praças de alimentação e espaços para concertos musicais, com vista panorâmica para a Ponte dos Macuxi e Praia Grande. O ponto turístico foi construído em duas plataformas, uma denominada Meiremê - arco-íris - situada na parte mais alta, voltada para a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo. A outra se localiza na parte mais baixa, denominada Weikepá - nascer do sol -, tem a sua estrutura voltada ao Monumento dos Pioneiros. (RORAIMA, 2015. Online)</p>
<p>Casa da Petita Brasil</p>	<p>A casa foi construída em 1882, por Bento Ferreira Marques Brasil, avô de Petita Brasil e foi passada de geração a geração. A edificação é rústica a começar pelo baldrame (porão da casa) feito de pedra jacaré (natural de Roraima), os traços da fachada remetem ao princípio das construções do estado com influências da arquitetura da colonização europeia do século XIX, vinda com os imigrantes nordestinos. Detalhes internos lembram as histórias do início da capital, inclusive com móveis antigos da época, vindo da França no mesmo período. (SECULT-RR, 2021, online)</p>
<p>Intendência</p>	<p>Em 1950, após um incêndio, o prédio da Intendência foi demolido. Em 1996, a réplica foi construída na Orla Taumanan por meio de ações da prefeitura; em 2004, a edificação foi restaurada em face de convênio com o Ministério do Turismo, passando a funcionar desde então como o Centro de Informações Turísticas, com a promoção de vários eventos culturais, artísticos, musicais e arte indígena e local. A locação errônea da réplica do Prédio da Intendência foi bem criticada pela população, sendo construída no lugar correto uma escadaria e um anfiteatro. (MORALES, FERKO E COSTA, 2019, p. 25)</p>
<p>Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo</p>	<p>A primeira capela da cidade foi fundada por frades carmelitas em 1725. Em 1856, os padres franciscanos em missão de catequese pelas regiões da Amazônia, “constroem uma capela maior para Nossa Senhora Carmo e, dois anos depois, em 1858, ela foi transformada em Igreja Matriz” (CONFEA, 2019, online). Em 1909, os padres Beneditinos assumiram a gestão da Igreja e com isso, uma grande reforma e construção foi feita. [...]uma das construções mais antigas do centro histórico da capital é a Igreja de Nossa Senhora do Carmo também criada no século XVIII, precisamente no ano de 1858. Os beneditinos receberam a paróquia, em 1909, e de 1914 a 1921, a nova igreja do Rio Branco foi erguida e teve como arquiteto e pintores os monges alemães beneditinos da Baviera. (IPHAN-RR, 2019, p. 24)</p>

<p>Centro de Artesanato</p>	<p>O Centro de Artesanato é um espaço que reúne produções artesanais que representam a cultura e identidade da região. Os visitantes podem conhecer mais da história da região e desfrutar da beleza das obras artesanais. [...]pertenceu às dependências do antigo Mercado Municipal, foi também um lugar com boxes em que os vendedores comercializavam carne. Em 1970, os comerciantes foram transferidos para o mercado Romeu Caldas, quando o prédio foi desocupado, a Cooperativa de Artesãos de Roraima resolveu solicitar ao governo a ocupação do edifício e conseguiram a instalação. (CORRÊA, 2016, p. 78).</p>
<p>Igreja de São Sebastião</p>	<p>O local foi construído após uma promessa de Guilhermina Bessa, que pediu ajuda ao santo, para que o gado da família fosse curado das doenças, que na época, assolavam o rebanho. Após a graça concebida, a família Bessa construiu a igreja no local, onde hoje é o Centro de Boa Vista. Na época, muitos fazendeiros também se apegaram a São Sebastião e em 1926 o santo tornou-se o padroeiro do município. Diante disso, como uma forma de agradecimento, todos os anos, no dia de São Sebastião, a população comemorava com um arraial, que cresceu e virou tradição, um momento que é celebrado até hoje na cidade. (OLIVEIRA, 2014, online)</p>
<p>Centro Cívico</p>	<p>Construída entre os anos 1970 e 1980 é “conhecida principalmente como Centro Cívico, a Praça está localizada no centro de Boa Vista. Ela abriga a sede dos Três Poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário. Todas as principais avenidas da capital saem da Praça em direção ao resto da cidade” (IBGE, 2021, online). Anteriormente denominada como Praça do Coreto, foi renomeada como Praça Joaquim Nabuco. O nome é uma homenagem a Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, figura relevante na história que teve “uma participação de extrema importância no movimento abolicionista brasileiro, que resultou na assinatura da Lei Áurea em 1888. Como deputado, atuou fortemente em favor da Abolição da Escravatura (BRASIL, 2020, online). [...]popularmente conhecido como Centro Cívico, que originalmente é chamado de praça Joaquim Nabuco (onde está localizada a sede do Governo do Estado - Palácio Senador Hélio Campos, o Monumento aos Garimpeiros, obras artísticas simbólicas, dentre tantas obras emblemáticas da cidade construídas nos anos 70 e 80). (MEDEIROS e COSTA, 2019, p. 44 e 45).</p>
<p>Coreto</p>	<p>O Coreto da Praça do Centro Cívico homenageia Raimundo Soares, o “Marreta”. Inaugurado em 1963 e se tornou o principal ponto cultural de Boa Vista. Este nome é em homenagem ao paraense que foi um dos principais promotores culturais de Boa Vista, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970. Envolvido com a música, promoveu e tocou em diversos carnavais no período. (CAVALCANTE, 2017, online)</p>
<p>Palácio Senador Hélio Campos</p>	<p>Atual Palácio Senador Hélio Campos, o Palácio possuía a denominação de Palácio 31 de Março durante a Ditadura Militar vigente no país entre 1964 e 1985. Após a re-democratização, recebeu a denominação de Palácio da Fronteira, denominação essa que foi logo mudada para Palácio Senador Hélio Campos, em homenagem ao aviador Hélio da Costa Campos, que governou o estado entre 1967 a 1974, e que foi eleito senador em 1991. (IBGE, 2019, online)</p>

<p>Monumento aos Garimpeiros</p>	<p>O monumento foi feito em homenagem aos garimpeiros que desenvolveram Roraima na época em que o garimpo com máquinas era permitido no estado (décadas de 1970 e 1980). A escultura feita por Walter Bastos de Melo e Francisco da Luz Moraes (conhecido como Japurá) representa a figura marcante do garimpeiro exaltando a época áurea do milagre do ouro e dos diamantes. O desenho e o molde da escultura foram levados para Manaus e de lá para o Rio de Janeiro, onde foi confeccionada em estrutura feita de borracha e alumínio, constituindo uma estrutura leve, mas de longa duração. Originalmente, era pintada na cor prateada. Posteriormente, foi repintada em tons róseo e dourado. (FETEC, 2011, p. 32.)</p>
<p>Catedral Cristo Redentor</p>	<p>Projetada em 1967 e inaugurada em 1972, a Catedral caracteriza-se pelo estilo moderno que contempla três símbolos: a harpa que simboliza os cânticos religiosos, o navio que simboliza a barca de São Pedro e a maloca referente ao nome das casas indígenas (SECULT-RR, 2021). Foi projetada pelo arquiteto italiano Mário Fiameni. A obra foi executada por Missionários da Consolata, os operários dessa obra foram os índios das etnias Macuxi e Wapixana. A construção só foi possível em virtude das muitas doações de moradores locais, de fazendeiros, de benfeitores do sul do país e de italianos. A igreja com suas linhas modernas representa um importante exemplar da arquitetura do séc XX. (GONÇALVES, 2013, p. 38 e 39)</p>
<p>Palácio da Cultura Nenê Macaggi</p>	<p>O Palácio da Cultura recebeu o nome da escritora Nenê Macaggi. Filha de Narcizo Lourenço Macaggi e de Maria de Paiva Macaggi. Ainda muito jovem se mudou para o Rio de Janeiro onde começou sua carreira jornalística no “Jornal do Brasil” e no “Jornal de Notícias”, além de escrever para algumas revistas semanais, dentre elas: “A Carioca”, “O Malho”, e “A Seleta”. Seus primeiros romances foram: “Chica Banana”, e “Água Parada” – ambos escritos em 1930; e “Contos de Dor e Sangue” (1940). A importância de Nenê Macaggi para a literatura roraimense, se intensificou quando ela começou a escrever sobre o cotidiano da vida do boavistense. Seu romance “A Mulher do Garimpo”, escrito na década de 1970, é considerado o marco inicial da produção literária em Roraima. Depois do falecimento de Nenê Macaggi, em 04 de março de 2003, o Conselho de Cultura solicitou que fosse redenominado o Palácio da Cultura com o nome de Maria Macaggi (Nenê Macaggi), sendo atendido pelo governador, à época Francisco Flamarion Portela, através do Decreto Estadual nº 5.975-E, de 27/09/2004. (RORAIMA, 2020, online)</p>
<p>Complexo Poliesportivo Ayrton Senna, Praça das Águas, Praça da Pirâmide e o Portal do Milênio</p>	<p>[...]a conclusão da BR 174 (Manaus/Boa Vista/ Venezuela) e a construção parcial da BR 210 (Perimetral Norte) também possibilitou um crescimento desordenado em direção a Boa Vista, o que exigiu a expansão de infraestrutura básica e de serviços nos anos 2000. (MELO e SOUZA, 2019, p. 146). Além disso, é também no ano 1993, que ocorre a construção do Complexo Poliesportivo Ayrton Senna na Avenida Êne Garcez, com 75.000 metros de área urbanizada, bem como, reformas em diversos equipamentos urbanos da cidade, construções de prédios públicos, serviços de drenagens, sistema de iluminação (VERAS, 2009, np). Do Centro Cívico, parte um dos principais espaços de lazer da cidade: o complexo de praças das Águas e Ayrton Senna. Trata-se de um eixo longitudinal que se estende até o aeroporto, com espaços públicos, restaurantes, centros de arte, monumentos, ambientes de convivência e prática esportiva. (MEDEIROS e COSTA, 2019, p. 45). A Praça das Águas, que faz parte do Complexo, foi inaugurada no ano de 2000. “A praça abriga o Portal do Milênio, inaugurado na virada do século XX para o século XXI. O Portal tem 16 metros de altura” (Roraima, 2021, online). Sobre a Praça da Pirâmide, que fica ao lado da Praça das Águas, é considerado um monumento histórico (BRASIL, 2017, online).</p>

<p>Parque do Rio Branco e Mirante Edileusa Lóz</p>	<p>O Parque, erguido às margens do Rio Branco, principal rio de Roraima, deu-se em uma área onde antes estava localizado o bairro Francisco Caetano Filho “Beiral”, uma zona que sofria com alagamentos provocados pelas chuvas e que, também, era conhecida pelo intenso tráfico de drogas e prostituição. (RORAIMA, 2021, online). Com uma área ampla e extensa, os visitantes podem usufruir de vários atrativos dentro do Parque do Rio Branco; as crianças podem se divertir na Selvinha Amazônica, tem espaço para caminhada pelos calçadões, ciclovia, área para piquenique, tem a praia banhada pelo rio Branco, para quem gosta de arte tem as pinturas de artistas regionais que podem ser apreciadas e por fim, os visitantes conseguem aproveitar uma vista panorâmica da cidade através do Mirante Edileusa Lóz. O mirante tem 120 metros de altura e possui esse nome em homenagem a Edileusa Lóz, ex-servidora da Prefeitura e ex-candidata à vice-prefeita da capital de Roraima que faleceu em outubro de 2020 em decorrência da Covid-19 (RORAIMA, s.d.).</p>
---	---

Fonte: Brito e Souza, 2021. Adaptação própria.

Com tudo isso, é importante destacar que conhecer alguns dos pontos turísticos de Boa Vista permite a compreensão dos elementos que caracterizam a história, a construção da cidade e o cotidiano das pessoas. Essa compreensão possibilita a aproximação do cidadão sobre a sua própria origem e a percepção de como a sua cidade foi construída e se desenvolveu ao longo dos anos. Reconhecer na paisagem existente essas características históricas estimula o interesse em fazer parte dessa narrativa, e fortalece o aprendizado sobre a importância de informar-se a respeito da história da sua própria cidade.

8 COLETÂNEA

Uma coletânea é a reunião de obras, textos e atividades, dentre outros, sobre determinado tema em uma só publicação ou livro. Define-se coletânea como um “conjunto que, num só volume, reúne trechos selecionados de diferentes obras: coletânea de leis; coletânea de poesias, de músicas” (COLETÂNEA, 2021, online). Por exemplo, o livro “Coletânea de Artigos Patrimônio Cultural de Roraima” (IPHAN-RR, 2019) que reúne em uma publicação, trabalhos de diversos autores que abordam o tema turismo. Com a finalidade de responder a questão de pesquisa e os objetivos geral e específicos supracitados foi organizada e apresentada uma coletânea de atividades que compoem o roteiro de city tour histórico-cultural para a cidade de Boa Vista, esse de caráter motivacional para ser executadas durante o passeio.

Esta coletânea pode ser utilizada em escolas e universidades, como ferramenta de ensino e aprendizagem. Bem como, para agregar conhecimentos a toda a comunidade

residente que manifeste o interesse em conhecer alguns dos pontos turísticos que fazem parte da história e da cultura da cidade de Boa Vista, além de curiosidades da região. Assim como, pode ser usado por pessoas que tenham curiosidade em fazer um city tour histórico-cultural pela cidade e, não puderam, ou não tiveram tempo para elaborar um roteiro. Na coletânea encontra-se o roteiro para city tour elaborado pelas autoras deste trabalho, além de um conjunto de atividades que podem ser feitas durante o passeio, no trajeto de um ponto turístico ao outro ou nas paradas realizadas.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi reunir atividades que promovam a eficiência e a eficácia de um city tour em Boa Vista que além de ressaltar a história dos pontos turísticos da cidade, tornassem o passeio atrativo e de aprendizado. Esse city tour foi elaborado de forma a tornar o passeio interessante, ao mesmo tempo em que através dele e da coletânea, os participantes possam adquirir conhecimentos sobre os elementos que fazem parte da cultura e história da região. Essa coletânea mostra-se como um diferencial, pois dentre todos os guias e agências entrevistados, o foco dos city tours realizados eram somente apresentar os pontos turísticos da cidade e falar sobre eles.

Para responder à pergunta da pesquisa foi necessário realizar o levantamento de dados sobre roteiros existentes disponíveis na internet e oferecidos por agências e guias de turismo em Boa Vista – RR, além de leituras e pesquisas de obras voltadas ao segmento do Turismo. Essa pesquisa foi a base para a construção do city tour presente neste trabalho, focado no centro histórico e em mais alguns dos pontos turísticos que fizeram e fazem parte do desenvolvimento da cidade de Boa Vista – RR.

Ressalta-se aqui portanto, a relevância deste trabalho de forma acadêmica, pedagógica, social e institucional por sua contribuição ao ensino frente às instituições que veem o city tour como uma ferramenta de aprendizagem, bem como a sociedade em si que com o auxílio de uma coletânea de atividades recreativas obtém uma perspectiva que possibilita um maior entendimento da realidade e conhecimento das características formadoras da cidade de Boa Vista, bem como aprendizados e lições de cidadania..

Em suma, apesar de todos os obstáculos referentes a pandemia de Covid – 19, a coleta de dados, a realização das entrevistas com guias e representantes de agências de turismo, as

dificuldades em torno da dependência da instabilidade da internet em Roraima para a execução de pesquisas bibliográficas, documentais, entre outras; foi possível concluir o objetivo deste trabalho e assim como efeito de todo esse processo que demandou dedicação e esforço, também agregar a experiência de aprendizagem tanto teórica, quanto prática.

REFERÊNCIAS

ABAV. **Como abrir uma Agência de Viagens.** Disponível em <<http://www.abav.com.br/rr/informacoes-uteis/como-abrir-uma-agencia-de-viagens>> acesso em 16 de set. de 2021.

ABGTUR. **Guias de Turismo.** Disponível em <http://www.abgtur.tur.br/_guia.htm> acesso em 17 de set. de 2021.

BARRETO, Margaritta. **Manual de iniciação ao estudo do turismo.** Campinas: Papirus, 1995.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo** - 10^o ed. atual. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

BENVENISTE, David Leslie. **Turismo... O que é o que é?** Artigo publicado no Brasilturis Jornal em 18 de jan de 2019. Disponível em <<https://brasilturis.com.br/turismo-o-que-e-o-que-e/>> acesso em 01 de set. de 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7 Roteirização Turística/ Ministério do Turismo.** Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007. 51 p.

BRASIL. **Pontos Turísticos de Boa Vista homenageiam o soldado Brasileiro.** Publicado em 23 de ago. de 2017. Disponível em <http://www.eb.mil.br/amazonlog17/noticias/-/asset_publisher/BsJDxIc4XCbS/content/1-bda-inf-sl-pontos-turisticos-de-boa-vista-homenageiam-o-soldado-brasileiro/8032597> acesso em 09 de out. de 2021

CARVALHO, Ártemis Barreto. **Teorias, Técnicas para Formação e Atuação do Profissional do Guia de Turismo.** [recurso eletrônico]. Aracaju: IFS, 2016. 202 p.

CISNE, Rebecca; GASTAL, Susana. **Turismo e sua História: Rediscutindo Periodizações.**artigo publicado em Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Saberes e Fazeres no Turismo: Interfaces. Universidade de Caxias do Sul. 9 e 10 de jul. de 2010.

CHEIBUB, Bernardo Lazary. **Turismo Social: reflexões a partir da História Institucional do Serviço Social do Comércio (Sesc RJ e SP) e da produção acadêmica Brasileira**

acerca do tema. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, jul. de 2011, 16 p.

COLETÂNEA. **Dicionário Online de Português. 2009 - 2021.** Disponível em <<https://www.dicio.com.br/coletanea/#:~:text=substantivo%20feminino%20Conjunto%20que%2C%20num,%2C%20objetos%3A%20colet%C3%A2nea%20de%20isqueiros>> acesso em 22 de set. de 2021.

CORRÊA, Regina Almeida. **O Processo de Preservação do Patrimônio Cultural em Boa Vista/RR: A Memória Histórica de um povo.** Universidade Federal do Amazonas – UFAM Instituto De Ciências Humanas e Letras – ICHL Programa de Pós-Graduação em História – PPGH. Manaus, 109 p., 2016.

DALBONE, Anderson. **O turismo social e sua Importância para o Desenvolvimento do Brasil.** Artigo Publicado em 07 de janeiro de 2021. SESC. Disponível em <<https://www.sesc.com.br/portal/noticias/turismo/o+turismo+social+e+sua+importancia+para+o+desenvolvimento+do+brasil>> acesso em 09 de set. de 2021.

DIAS, D, H, S. **O município de Boa Vista; Aspectos Históricos.** Editora Boa Vista Ltda, 2012.

DIOCESE DE RORAIMA. **Catedral Cristo Redentor/Bem vindo (a) à Paróquia Catedral Cristo Redentor!** Disponível em <<https://diocesederoraima.org.br/index.php/paroquias/catedral-cristo-redentor/>> acesso em 5 de out. de 2021.

FETEC-RR. **Inventário do Patrimônio Cultural de Boa Vista.** Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa Vista – FETEC. B. Vista, Ioris, 2011.

FINO, Patrícia Mariana; DA SILVA, Neide Cristina. **O Estudo do Turismo Social: Teoria e Prática no Ensino Superior.** Universidade do Algarve Faro, Tourism & Management Studies, vol. 4, 2013.

FREITAS, Aimberê. **Geografia e História de Roraima.** Ed. rev. e ampl. Boa Vista, DLM, 2000.

GONÇALVES, Eurinedes Oliveira. **Patrimônio Histórico de Boa Vista-RR Tombamento dos Prédios Construídos nos Séculos XIX E XX.** Universidade Federal De Roraima Centro De Ciências Humanas - CCH Departamento de História. Boa Vista, 2013.

IBGE. Biblioteca/Catálogo. **Série: Acervo dos Municípios Brasileiros - Boa Vista, Roraima.** 2019. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=441772&view=detalhes>> acesso em 09 de out. de 2021.

IPHAN-RR. **Coletânea de artigos patrimônio cultural de Roraima.** Carolina Viana Albuquerque, organização. – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF : 13 megabytes). – Boa Vista : IPHAN-RR, 2019. 240 p. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/COLET%C3%82NEA%20DE%20ART>>

[IGOS%20PATRIM%C3%94NIO%20CULTURAL%20DE%20RORAIMA.pdf](#)> acesso em 22 de set de 2021.

MORALES, Jefferson Eduardo da Silva; FERKO, GeorgiaPatricia da Silva; COSTA, Graciete Guerra da. **Requalificação da Orla do Rio Branco, Boa Vista - Roraima**. Revista Amazônia Moderna, Palmas, v.4, n.1, p.2-5, abr.-set. 140 p., 2019.

OLIVEIRA, Valéria. Portal G1-RR. **Igreja de São Sebastião completa 90 anos em festa tradicional em Roraima**. Portal de Notícias/Roraima/Rede Amazônica. Publicado em 20 de jan. de 2014. Disponível em <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2014/01/igreja-de-sao-sebastiao-comemora-90-anos-em-festa-tradicional-em-roraima.html>> acesso em 09 de out. de 2021.

OMT, Organização Mundial do Turismo. SANCHO, Amparo (Dir.) **Introdução ao Turismo**. Trad. Dolores Martin Rodriguez Corner, São Paulo: Roca, 2001.

PINTO, Débora Regina Garcia. **Fenomenologia do Turismo**. Coordenação Cassandra Ribeiro Joye. Fortaleza: IFCE/UAB, 2010. 65p.

RAMALHO, Paulina Onofre. **Lugar de Memória: o plano urbanístico de Boa Vista – RR**. Dissertação (Mestrado) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 99 p. 2012.

REIS, Diego Geovan. **O Grand Tour e o aprendizado ao longo da vida de Goethe**. - Diego Geovan dos Reis, Poliana Fabíula Cardozo. – Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018.

RICCO, Adriana Sartório. **O Turismo como Fenômeno Social e Antropológico**.ISSN on-line: 2237-2113 <http://revistas.es.estacio.br/index.php/destarte> DESTARTE, Vitória, v.1, n.1, p. 41-62, out., 2011.

RICHTER, Monika. **Elaboração de Roteiros: volume único** / MonikaRichter ... [et al]. - Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2016. 328 p.

RORAIMA. Prefeitura Municipal de Boa Vista. **Turismo**. Disponível em <<https://boavista.rr.gov.br/turismo/mirante-edileusa-loz>> acesso em 07 de out. de 2021.

RORAIMA. Prefeitura de Boa Vista. **Orla Taumanan: Um dos principais pontos turísticos da cidade é reinaugurado hoje**. Infraestrutura. SEMUC, 2015. Disponível em <<https://boavista.rr.gov.br/noticias/2015/11/orla-taumanan-um-dos-principais-pontos-turisticos-da-cidade-e-reinaugurado-hoje>>acesso em 08 de out. de 2021.

RORAIMA. **Palácio da Cultura comemora 27 anos de criação**. Portal do Governo de Roraima. Escrito por Raisa Carvalho. Publicado em 18 de ago. de 2020. Disponível em <<http://portal.rr.gov.br/index.php/component/k2/item/2166-palacio-da-cultura-comemora-27-anos-de-criacao>> acesso em 09 de out. de 2021.

RORAIMA. **O Estado de Roraima**. Arquivo de Domínio Público. 6 p. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/mre000018.pdf#:~:text=O%20nome%20>

[do%20Estado%20de,paisagem%20natural%20encontrada%20na%20regi%C3%A3o](#)> acesso em 11 de out. de 2021.

RORAIMA. Turismo. **Parque do Rio Branco**. Prefeitura de Boa Vista. Disponível em <<https://boavista.rr.gov.br/turismo/parque-do-rio-branco>> acesso em 09 de out. de 2021.

ROSA, José Armando Marques. **Turismo Social: Um estudo de caso na Costa da Lagoa – Florianópolis/SC**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, 8 de mai. de 2002, 61 p.

SEBRAE. **Caderno de Atrativos Turísticos – Entendendo o Atrativo Turístico**. Gráfica Zelo, s.d., 212 p. Disponível em <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/e6ab735ac11e71802d2e44cbce6d63f4/\\$File/SP_cadernodeatrativosturisticoscompleto.16.pdf.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/e6ab735ac11e71802d2e44cbce6d63f4/$File/SP_cadernodeatrativosturisticoscompleto.16.pdf.pdf)> acesso em 18 de out. de 2021.

SECULT-RR. **Boa Vista – Antiga Fazenda Boa Vista**. Ipatrimônio. Disponível em <<http://www.ipatrimonio.org/boa-vista-antiga-fazenda-boa-vista/#!/map=38329&loc=2.8145242743609353,-60.66845663154778,17>> acesso em 09 de out. de 2021.

SECULT-RR. **Boa Vista - Igreja São Sebastião**. Ipatrimônio. Disponível em <<http://www.ipatrimonio.org/boa-vista-igreja-sao-sebastiao/#!/map=38329&loc=2.8196457037301763,-60.6699736417516,17>> acesso em 09 de out. de 2021.

SECULT-RR. Patrimônio Cultural Brasileiro. **Centro de Artesanato**. Disponível em <<http://www.ipatrimonio.org/boa-vista-centro-de-artesanato/#!/map=38329&loc=2.8147657174627723,-60.66785357267896,17>> acesso em 07 de out. de 2021.

SESC (Serviço Social do Comércio). **Cadernos Sesc de Cidadania**. São Paulo, 2011.

SILVA, Renata. **Técnicas de elaboração de roteiros turísticos** / Renata Silva. Indaial: Uniasselvi, 2013.

SILVA, Glaubécia Teixeira da; COSTA, Cristiane Barroncas Maciel. **Roteiro turístico**. Curso Técnico em Hospedagem. Novo. - Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010. 66 p.

A INTERSEÇÃO ENTRE PESCA ESPORTIVA, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESPECISMO

Nicolas da Silva Saraiva¹
Luciana de Souza Vitória²

1 INTRODUÇÃO

A pauta dos direitos dos animais entrou em discussão não apenas na esfera pública, mas também na esfera acadêmica e legal, mais expressivamente a partir dos anos 70. Muitos conceitos foram revistos a partir desse ponto no que tange ao uso de animais não humanos para os mais diversos fins (e se eles eram justificáveis). Alguns reflexos legislativos foram obtidos após ditas revisões, como por exemplo na proibição em diversos países do uso de animais não-humanos em espetáculos, como circos, sendo esta forma de entretenimento amplamente considerada como causadora de maus tratos aos animais envolvidos (CHEHIN, 2015). Os estudos na esfera acadêmica acerca das problemáticas do Especismo³ e como evitá-los foram cruciais para que estes avanços acontecessem e continuem a acontecer.

No Brasil, o direito animal está presente no ordenamento jurídico desde a década de 30, e atualmente a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605 12/02/1998) é considerada o maior instrumento jurídico em prol da proteção animal; entretanto, a partir dos anos 90 é possível observar um crescente aumento na regulamentação e, por consequência, na normalização de uma forma de entretenimento que talvez não seja tão inofensiva quanto o conhecimento empírico acredita ser: a pesca esportiva.

A pesca esportiva consiste na retirada do habitat natural de determinadas espécies de peixes consideradas resistentes ao ato da pesca, entretendo assim o turista pescador com o seu sucesso na tentativa de capturar o animal. A regulamentação da atividade acontece tanto

¹Graduação em Tecnologia em Gestão do Turismo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR; Boa Vista/Roraima; <http://lattes.cnpq.br/6663266441039169>; nicolassaraivabv@gmail.com.

² Mestrado em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul-UCS; Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR; Boa Vista/Roraima; <http://lattes.cnpq.br/7942957393557504>; luciana.vitorio@ifrr.edu.br.

³ Segundo Singer (2010, p. 11), *Especismo* “é o preconceito ou a atitude tendenciosa de alguém a favor dos interesses de membros da própria espécie, contra os de outras”. Na prática, o especismo é o agir de acordo com os interesses (sejam eles de lazer ou financeiros, por exemplo) da espécie humana e paralelamente negligenciar os interesses dos animais não-humanos (como o interesse, mesmo que inconsciente, de não sofrer, por exemplo).

através de políticas públicas da atividade pesqueira de forma geral quanto através de políticas públicas específicas do turismo, tendo como principal conteúdo em ambas as situações o estabelecimento dos pareceres legais necessários para o desenvolvimento da atividade pela população.

Uma das defesas para a prática da pesca esportiva parte da premissa de que a devolução do peixe à água, vivo, significa a inocência da atividade, mesmo embora não existam estudos técnico-científicos o suficiente para se fazer tal afirmação. A partir deste pressuposto surgiu o seguinte problema de pesquisa: a pesca esportiva consiste em uma prática que abusa arbitrariamente de animais não humanos – ou seja, uma prática especista?

Estipulou-se o objetivo geral do trabalho como sendo verificar se a pesca esportiva consiste em uma prática especista. Metodologicamente, este estudo é uma pesquisa descritiva e exploratória de natureza qualitativa cujas técnicas de pesquisa utilizadas foram a bibliográfica e documental (para levantar as legislações que regulamentam a pesca esportiva, assim como os estudos que apresentam dados que contrariam a premissa de que a atividade não seja nociva aos peixes) e cujo método de abordagem utilizado foi o indutivo.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL

Entre os anos 30 e os anos 2000 as interações entre o Turismo e o poder público cresceram consideravelmente. De acordo com Pimentel e Pimentel (2011), as políticas públicas de Turismo se iniciaram na Era Vargas (1930-1945) com principal finalidade de promoção e fiscalização da atividade turística; elas então evoluíram à adição do controle, o planejamento e a coordenação do turismo como uma das preocupações do governo (vide a criação da Comissão brasileira de Turismo em 1958) e tiveram sua principal institucionalização (à época) em 1966 durante a Ditadura Militar, com o Decreto-Lei nº 55/1966 que criou o Conselho Nacional de Turismo e a EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo), além também de definir a primeira Política Nacional de Turismo (PIMENTEL; PIMENTEL, 2011).

Em 1991, a Lei nº 8.181 renomeou a Empresa Brasileira de Turismo para Instituto Brasileiro de Turismo e estabeleceu que ele seria o responsável pela execução de uma segunda Política Nacional de Turismo, que só viria a ser criada no ano seguinte através do Decreto nº 448/1992. No inciso I do art. 2º desse decreto, lê-se que “a prática do Turismo

como forma de promover a valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do País” (BRASIL, 1992) seria uma das diretrizes dessa nova lei, fazendo desta uma das primeiras vezes em que a preocupação com o meio ambiente seria uma das diretrizes de alguma política pública do turismo no âmbito nacional.

Após mais de 60 anos de instabilidade, tendo transitado por inúmeras instâncias estatais diferentes (MARANHÃO, 2017), dentre elas a Comissão brasileira de Turismo e a EMBRATUR, em 2003 o Ministério do Turismo foi criado durante o governo Lula (2003-2010). Durante este governo, uma terceira Política Nacional do Turismo também foi criada, em 2008, através da Lei nº 11.771. Esta nova lei viria a tratar ainda mais da questão ambiental, visto que a temática da sustentabilidade havia se expandido muito desde a última Política Nacional de Turismo de 1992, como por exemplo através da criação da Lei nº 9.605 de Crimes Ambientais de 1998. A proteção do meio ambiente, da biodiversidade, a obrigação dos prestadores de serviços turísticos em obedecer a legislação ambiental e a promoção da educação ambiental através do turismo são alguns dos intuitos que a Política Nacional do Turismo atual propôs, moldando a forma como o turismo se desenvolveria nos anos seguintes através de um viés que seria sustentável.

3 HISTÓRICO DE REGULAMENTAÇÃO DA PESCA ESPORTIVA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Segundo o Ministério do Turismo (2010, p. 17), a “pesca amadora é aquela praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto”. A atividade consiste, grosso modo, na retirada de peixes de seu habitat natural por um curto período com a finalidade de oferecer lazer ou desporto ao turista pescador praticante da atividade.

A partir dos anos 90 a pesca esportiva (que também é conhecida como pesca amadora conforme o conceito do Ministério do Turismo) cresceu exponencialmente no território nacional, mas só foi considerada uma segmentação turística em 1998 (BRASIL, 2010; BRIZOLLA, 2014).

A regulamentação da pesca esportiva se iniciou principalmente no âmbito estadual, mais precisamente entre os anos de 1993 e 2006; abaixo, se apresentam algumas das legislações que foram criadas na época, com a UF (Unidade Federativa) de origem, respectiva

legislação, descrição da atividade que consta na legislação e os petrechos permitidos para a captura do peixe:

Quadro 1 – Histórico da regulamentação da pesca esportiva no Brasil

UF	Legislação	Descrição	Petrechos ⁴ Permitidos
AP	Lei Nº 147/1993	Proíbe a comercialização dos peixes.	Não mencionado.
GO	Lei Nº 13.025/1997	Proíbe a comercialização dos peixes; determina que é necessária licença para realizar a pesca.	Anzóis sem fisga.
PA	Lei Nº 6.167/1998	Proíbe a comercialização dos peixes; autoriza o consumo próprio; determina que é necessária licença para realizar a pesca; proíbe o uso de anzóis com farpas, zagaias	Não mencionado.
RR	Lei Nº 254/2000	(canina), arpão, rede de malha, explosivos e substâncias químicas, e aparelhos elétricos.	
MT	Lei Nº 7.881/2002	Proíbe a comercialização dos peixes; autoriza o consumo próprio; determina que é necessária licença para realizar a pesca.	Não mencionado.
SP	Lei Nº 11.165/2002	Proíbe a comercialização dos peixes; determina que é necessária licença para realizar a pesca.	Não mencionado.
	Lei Nº 12.557/2006	Determina que é necessária licença para realizar a pesca.	Linha de mão, caniço, punçá, tarrafas e redes com malhas, molinetes, carretilhas e espinhéis de até 100 anzóis.

Fonte: Dados da pesquisa.

Já no âmbito Federal, a Portaria IBAMA nº 39/2003 criou a licença necessária para a prática da pesca esportiva e algumas leis regulamentaram a atividade em territórios que se estendiam por mais de um estado no Brasil, como por exemplo a Portaria IBAMA Nº

⁴ Petrechos são as ferramentas necessárias para o desenvolvimento da pesca esportiva, tais quais a vara de pescar e o anzol, por exemplo.

03/2008, que regulamenta a pesca esportiva especificamente na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai, nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; outras Portarias e Decretos semelhantes a este também foram criados enquanto a segunda Política Nacional do Turismo ainda estava em vigor, porém nenhum que estabelecesse diretrizes aplicáveis ao país todo.

Foi apenas em 2009 que, através da portaria IBAMA nº 04/2009 lançada após a criação da terceira Política Nacional de Turismo em 2008, a primeira legislação que de fato viria a regulamentar a pesca esportiva no âmbito federal foi criada. A portaria apresentou conceitos, especificou parcialmente os petrechos autorizados para a captura dos peixes e estabeleceu as penalidades previstas para aqueles que descumprirem suas diretrizes. Embora tenha sido importante para sua época, a portaria IBAMA nº 04/2009 foi revogada alguns anos depois.

Outras importantes regulamentações foram desenvolvidas a partir do lançamento da terceira Política Nacional do Turismo, destacando-se a Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 09/2012, que estabelece Normas gerais para o exercício da pesca amadora em todo o território nacional e, mais recentemente, a Portaria ICMBio nº 91/2020, que dispõe sobre procedimentos para a realização da atividade de pesca esportiva em unidades de conservação federais administradas pelo ICMBio.

4 AS PROBLEMÁTICAS DA PESCA ESPORTIVA

Em decorrência da inexistência de muitos estudos técnico-científicos acerca dos impactos da pesca esportiva em relação aos peixes explorados no desenvolvimento da atividade turística, será utilizado o cenário da pesca esportiva no Amazonas, localizado no norte do Brasil, como base para expor as problemáticas biológicas a serem desenvolvidas neste capítulo, visto que o estado foi palco de alguns estudos relevantes acerca desses impactos.

Em um experimento realizado nos cursos dos rios Negro e Jufariz, Thomé-Souza *et al.* (2014) capturaram 162 Tucunarés (*Cichla spp*) de 3 espécies diferentes e os manteve em observação em viveiros por 72 horas para que fosse obtida uma taxa de mortalidade – isto é, quantos peixes viriam a óbito após a pesca esportiva. Nota-se que o Tucunaré é o peixe mais procurado pelos turistas que visitam o estado devido a sua ferocidade e resistência à pesca.

Dentre as espécies de Tucunarés capturadas, estavam o Tucunaré-açu (*Cichla temensis*), o Tucunaré-amarelo (*Cichla monoculus*) e o Tucunaré-borboleta (*Cichla orinocensis*).

Segundo Thomé-Souza *et al.* (2014), as taxas de mortalidade variaram de 2,3% a 5,2% dependendo da espécie, com os autores associando tais taxas com o tipo de isca utilizada e o local em que o animal foi fisgado. É válido mencionar também que 39,6% de todos os 162 peixes sofreram lesões principalmente na boca, mas também nas brânquias e no pescoço; tais resultados foram semelhantes aos alcançados por De Lima *et al* (2011), que observaram a captura, entre os anos de 2003 e 2005, de 1.189 Tucunarés durante a pesca esportiva no rio Negro e apontaram que 46% dos peixes capturados também tinham lesões visíveis, com ocorrência de sangramento em 19% deles.

Lopes (2011) fez um experimento com as mesmas espécies que Thomé-Souza *et al* (2014), tendo capturado 118 Tucunarés na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, e encontrando, após observá-los por 72 horas, taxas de mortalidade variáveis entre 0% e 7,14% dependendo da espécie, com 40% das mortes sendo associadas com a fixação do anzol nas brânquias. Barroco, Freitas e Lima (2018) realizaram outro experimento com 180 Tucunarés do rio Unini e, embora a taxa de mortalidade dos peixes capturados tenha sido de 0,55%, 81,11% dos peixes capturados foram fisgados na região interior da boca com 18,89% deles sofrendo lesões com sangramento nas brânquias.

Analisando do ponto de vista ético, Saraiva e Vitório (2020) explicam que a pesca esportiva consiste em uma prática especista, em que se coisifica e subjuga os peixes, pois, primeiramente o turista pescador entende que em determinadas regiões há certas espécies de peixes com tamanhos acima da média e difíceis de serem capturados que, caso conseguisse os capturar, estes lhe trariam grande prestígio: o seu interesse é literalmente capturar um desses peixes que resistem à pesca com a finalidade de reafirmar o pensamento antropocêntrico de que o bicho homem não pode ser desafiado por um animal não-humano – a “luta” entre e o turista pescador e o peixe é uma das maiores motivações para a realização da pesca esportiva.

Por conseguinte, segundo a ética de Singer (2010), se há um consenso nas sociedades humanas a respeito do conceito da liberdade ser um direito aplicável a todos, não há por que de não estender esse direito aos animais não-humanos, visto que a ideia de liberdade entre as pessoas não está condicionada simplesmente ao fato de que somos parte da espécie humana (o que justificaria não conceder a liberdade aos animais não-humanos), e sim ao fato de que todos temos interesses necessários para a manutenção do nosso bem estar, mesmo que esses

interesses sejam inconscientes, como por exemplo o interesse em não sofrer violência ou ter autorização para mudar de país.

Se seria inaceitável negar tais interesses – ou, nesse caso, direitos – a um ser humano pois estaríamos ignorando o conceito de liberdade, porque negar o interesse inconsciente de um peixe em permanecer n'água vivendo de acordo com sua própria existência sem a interferência humana? Seria pelo fato de que, diferentemente dos seres humanos, os peixes não têm a habilidade da fala para reclamar seus direitos? Não, pois se o caso fosse esse, então explorar pessoas incapazes do pensamento racional (em decorrência de alguma deficiência, por exemplo) da mesma forma como exploramos os peixes seria justificável? Segundo Silva (p. 8, 2009):

A verdade é que um novo paradigma, no que diz respeito ao tratamento que dispensamos aos animais, deve estar baseado nos interesses dos próprios animais, enquanto seres dotados de consciência e sensibilidade e não mais voltado às consequências que este tratamento trará aos seres humanos, sejam elas boas ou ruins.

5 METODOLOGIA

Este estudo é uma pesquisa descritiva e exploratória de natureza qualitativa, cujo método de abordagem adotado foi o indutivo e as técnicas de pesquisa utilizadas foram as bibliográficas e documentais.

Para que fosse possível responder ao problema de pesquisa, o especismo na pesca esportiva foi analisado a partir de três pontos de vista: a) o legal, para verificar se a regulamentação da atividade garante bem estar aos peixes e se ela é eficiente com base nos dados existentes dos seus impactos; b) o do conceito e recomendações gerais da atividade pelos órgãos competentes, para que fosse possível entender como ela é vista por seus reguladores e praticantes; e c) o biológico, para checar se há dados de nocividade (ou sua ausência) para com os peixes.

As políticas públicas presentes nos itens anteriores foram levantadas nos portais da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas de cada um dos estados, do IBAMA e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Foi digitado “pesca esportiva” nas caixas de busca dos respectivos portais e um dos critérios de seleção foi que a legislação mencionasse a regulamentação da pesca esportiva em sua ementa.

Outro critério utilizado foi que as legislações tenham sido criadas a partir dos anos 90, visto que foi nesse período que a atividade se alavancou no território nacional (BRASIL, 2010) coincidindo com o aparecimento da preocupação com o meio ambiente no âmbito legal. O tipo de regulamentação (lei, decreto, decreto-lei, portaria etc.) não foi um critério de seleção ou eliminação, tendo sido considerado irrelevante.

O levantamento dos conceitos gerais da pesca esportiva e dos dados acerca da nocividade da atividade foi feito em periódicos universitários, revistas científicas, anais de eventos e no portal do Ministério do Turismo.

A análise de dados e discussão dos resultados da pesquisa se embasou no método indutivo, em que se propõe a generalidade de um fato a partir de estudos e observações de apenas uma parcela do objeto de estudo trabalhado. Para Gil (p. 10, 2008), “de acordo com o raciocínio indutivo, a generalização não deve ser buscada aprioristicamente, mas constatada a partir da observação de casos concretos suficientemente confirmadores dessa realidade”. Foram encontrados 4 estudos acerca da nocividade da pesca esportiva no estado do Amazonas, e com base nestes estudos foi feita a análise do especismo a partir do ponto de vista biológico.

O critério de seleção dos estudos foi que eles tenham sido desenvolvidos no Amazonas em vista de sua maior abrangência no estado, pois durante a pesquisa bibliográfica não foi possível encontrar um número significativo de estudos da mesma natureza que tenham sido conduzidos em outros estados do Brasil. Segundo Prodanov (p. 29, 2013), no método indutivo,

Partimos da observação de fatos ou fenômenos cujas causas desejamos conhecer. A seguir, procuramos compará-los com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles. Por fim, procedemos à generalização, com base na relação verificada entre os fatos ou fenômenos.

Ou seja, após o levantamento de todo o material, se comparou os dados da nocividade da pesca esportiva no Amazonas com a regulamentação vigente e se verificou se ela se mostra eficiente em vista dos dados levantados. Após isso se analisou, através da óptica do especismo, os conceitos de pesca esportiva para que fosse possível explicar as informações obtidas na comparação e análise anteriores.

6 DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Embora o conceito do Ministério do Turismo para pesca esportiva mencione que ela deva ser realizada seguindo parâmetros previstos legalmente, não foi possível encontrar nenhuma legislação que estipule e tampouco determine que os órgãos competentes e fiscalizadores da atividade devem determinar:

- a) Quais são as técnicas apropriadas para o manuseio de cada espécie de peixes (Há uma forma correta de se segurar os peixes de determinadas espécies? Ou não há diferença no manuseio, independentemente da espécie?);
- b) Quais tipos de petrechos são os menos nocivos ou mais recomendados para cada espécie de peixes (Deve-se utilizar o mesmo petrecho que se utiliza para pescar, por exemplo, o Tucunaré-açu (*Cichla temensis*) com o Tucunaré amarelo (*Cichla monoculus*)? Não há diferença nos tipos e tamanhos diversos de anzóis, malhas ou caniços, ficando facultativo ao turista pescador escolher qual quiser usar?);
- c) O tempo de exposição ao ar fora d'água de cada espécie de peixes (Existem espécies de peixes mais capazes do que outras de aguentar mais tempo fora d'água sem sofrerem de asfixia? Se sim, quais?).

O livreto “Pesque-e-solte: informações gerais e procedimentos” publicado pelo IBAMA em 2006 tenta, sem sucesso, responder a estes questionamentos. Por exemplo, sobre o tempo de exposição dos peixes ao ar e suas consequências, se diz que “o procedimento correto é não retirar o peixe completamente fora da água, mas o suficiente para a extração do anzol” (CECCARELLI *et al*, p. 27, 2006). Porém, o livreto se contradiz em seguida ao apresentar os métodos a serem adotados pelo pescador caso ele opte por retirar o peixe d'água, mesmo que já tenha sido recomendado que os pescadores não façam isso e se apresente posteriormente inúmeros riscos decorrentes da retirada dos animais do ambiente aquático, dentre eles:

O contato das mãos com o corpo do peixe [...] pode provocar a retirada de escamas, muco e ainda alterar o seu pH. [...]

Qualquer contato com as guelras poderá provocar ferimentos nos filamentos branquiais, comprometendo o seu funcionamento e favorecendo a proliferação de organismos oportunistas (fungos e bactérias). Se houver sangramento, quando o peixe for solto para o ambiente aquático, poderá atrair predadores. [...]

Independente de ser peixe de couro ou de escama, ao segurá-lo nessa posição [de cabeça para baixo segurando no pedúnculo caudal], o pescador exerce uma pressão excessiva, que pode provocar a retirada de escamas e lesões na musculatura do animal capturado. Após alguns dias da soltura, o local do contato poderá apresentar-se coberto de fungo e com o tecido necrosado. (p. 30-32, 2006).

Também foi percebida uma falha em responder os outros questionamentos ao generalizar tanto o manuseio do peixe a “mantê-lo sempre na posição horizontal” (CECCARELLI *et al*, p. 29, 2006) como quanto aos petrechos recomendados, reduzindo-os a apenas “anzol ou garateia” (mesmo embora existam diversos tipos de anzóis).

Um dos embasamentos para as “recomendações” apresentadas no livreto foi um estudo em que se concluiu que “a modalidade de pesque e solte, praticada com anzol de farpa, contenção com alicate, e liberação sem provocar fadiga excessiva, garante aos peixes manuseados sobrevivência superior a 90%” (CECCARELLI *et al*, p. 42, 2006). Tais dados foram obtidos através de um experimento realizado com 617 peixes de variadas espécies entre 2001 e 2004. Este experimento, assim como o de Lopes (2011), De Lima *et al* (2011), Thome-Souza *et al* (2014) e Barroco, Freitas e Lima (2018), são relevantes no que tange à obtenção dados do grau de nocividade que a pesca esportiva pode ter para com os peixes, especialmente em decorrência da carência de estudos técnico-científicos acerca das taxas de lesão dos peixes pós-pesca esportiva e, principalmente, das taxas de mortalidade.

Através dos dados apresentados pelos autores foi possível também observar incoerências com a legislação brasileira. O art. 29 da Lei de Crimes Ambientais diz que é proibido “matar [...] espécimes da fauna silvestre [...] sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida” (BRASIL, 1998), com pena de detenção de seis meses a um ano, e multa; já o art. 32 da mesma lei proíbe “praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres” (BRASIL, 1998) sob pena de detenção de três meses a um ano, e multa.

Observando uma contradição entre os efeitos que a pesca esportiva tem tendência a demonstrar com as legislações regulamentadoras e com a Lei de Crimes ambientais, fez-se o seguinte questionamento: como é possível que a pesca esportiva continue a acontecer e a ser regulamentada quando se tem conhecimento de que em determinados territórios foram encontradas taxas de mortalidade de até 7,4% e taxas de lesão de até 46% nos peixes pós-pesca esportiva, contrariando assim a legislação vigente de proteção animal? O especismo é uma possível causa.

No livreto “Turismo de Pesca: Orientações Básicas” produzido pelo Ministério do Turismo, há uma recomendação de se “soltar [após a pesca esportiva] os peixes jovens e os muito grandes, pois assim pode dar emoção a outros pescadores” (BRASIL, p. 19, 2010); observa-se que a devolução dos peixes não é recomendada visando o bem-estar e o direito à vida deles, e sim pelos vieses do lazer e financeiro.

Outra recomendação semelhante é feita no livreto “Pesque-e-solte: informações gerais e procedimentos” do IBAMA, quando se diz que os “danos [da pesca esportiva] podem ser minimizados com a utilização de uma vara compatível com o tamanho do peixe, além de proporcionar ao pescador maior emoção durante “briga”” (CECCARELLI et al, p. 22, 2006), condicionando a escolha do petrecho de pesca ao lazer do turista pescador, e não apenas ao bem-estar do animal.

É partindo do seguinte ponto que há uma interseção entre o especismo, a pesca esportiva e as políticas públicas: sendo o peixe-coisa visto pelos praticantes da pesca esportiva como um objeto cuja função é entreter a espécie humana, é importante que ele permaneça vivo em prol de seu valor econômico, gerando assim mais renda àqueles que se beneficiam da atividade, além também de garantir que outros humanos desfrutem dela; ou seja, o ato de devolver o peixe à água não é transmitido em decorrência de um respeito pela vida animal, e sim pela sustentabilidade econômica proporcionada por este ato.

As políticas públicas regulamentadoras da atividade não podem adotar uma postura restritiva e determinar pareceres técnicos demais que seriam necessários para o desenvolvimento da pesca esportiva de uma forma “correta”, pois isso ameaçaria a hegemonia do animal humano sob o animal não-humano. Partindo da óptica de um especista, a relação entre bicho homem e bicho animal não deve ser equilibrada em igualdade de deveres e direitos: a balança tem sempre que pender para o lado da espécie humana.

A palavra correta está entre aspas no parágrafo anterior pois há dúvidas em relação se há, de fato, uma forma correta de se praticar pesca esportiva. Para além das problemáticas biológicas e legais, a pesca esportiva está envolvida numa aura que não promove respeito aos peixes, apenas reafirma o antropocentrismo daqueles praticantes da atividade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve como proposta verificar, através da legislação vigente e de dados sobre a atividade, se a pesca esportiva consiste numa prática especista. Através do levantamento bibliográfico e documental, assim como dos resultados da análise indutiva dos dados levantados, considera-se que o objetivo da pesquisa foi alcançado.

Em resposta ao problema de pesquisa, é possível apontar que a pesca esportiva se trata de uma prática especista, pois envolve a coisificação de um animal com a única finalidade de entretenimento da espécie humana. Isso se espelha nas políticas públicas que regulamentam a atividade, visto que elas são insuficientes em oferecer proteção e garantia de bem-estar e respeito aos peixes: não há detalhamento em relação ao manuseio adequado dos animais, quais são os petrechos permitidos específicos para cada espécie e técnicas que minimizem as taxas de mortalidade e de lesão (destaca-se também que não há determinação nas políticas públicas de que outros órgãos, como o IBAMA, estabeleçam esses pontos). Quando o IBAMA o tentou fazer, foi insuficiente.

As amostras que encontraram taxas de lesão de até 46% e de mortalidade de até 7,4% nos Tucunarés após os experimentos em diversas regiões do Amazonas demonstram a emergência na produção de estudos técnico-científicos que verifiquem tais taxas em âmbito nacional, visto que a pesca esportiva está presente em diversos estados do Brasil. Recomenda-se estudos que considerem as peculiaridades de cada espécie, visto que inúmeros países já contam com este tipo de levantamento (CHAVES; FREIRE, 2012).

Recomenda-se também que uma revisão legal da regulamentação da pesca esportiva seja feita a fim de, no mínimo, estipular que uma das diretrizes para a realização da atividade em cada um dos estados do Brasil seja o desenvolvimento de estudos que estipulem: as taxas de mortalidade dos peixes participantes, as taxas de lesão, os petrechos específicos de cada espécie, o período em que o peixe deverá ficar fora d'água e seu manuseio. Considera-se que pelo menos os petrechos específicos de cada espécie deveriam ser abrangidos nas legislações regulamentadoras da pesca esportiva.

Ademais, há o questionamento ético por trás da atividade. Se o objetivo da pesca esportiva é apreciar a beleza de espécies de peixes, por que não o fazer através de mergulhos? Se o objetivo da pesca esportiva é proporcionar a briga ao turista pescador com o peixe, porque não o fazer com outros animais também, como uma cobra ou um porco-do-mato? Seria porque, nesses casos, provavelmente o ser humano não conseguiria reafirmar sua superioridade em relação aos animais e por isso, então, opta-se pelos peixes que não tem como revidar?

Se o objetivo da pesca esportiva é trazer benefícios às comunidades tradicionais, porque não o fazer seguindo os princípios do turismo comunitário, em que a própria comunidade gerencia a atividade? Por que não estruturar as comunidades para receber os turistas e pontear, através de financiamentos, a aquisição de barcos para o desenvolvimento da pesca esportiva? Não há muitos casos desse tipo de gestão comunitária quando se trata de pesca esportiva, na maioria das vezes ela é gerida por empresas privadas que não chegam a repassar nem metade do valor adquirido às comunidades. Será que a justificativa utilizada de que a pesca esportiva é benéfica às comunidades tradicionais tem embasamento ou se trata apenas de uma falácia especista? A resposta a esses questionamentos apenas será possível por meio de outros estudos.

REFERÊNCIAS

BARROCO, L. S. A; FREITAS, C. E. C.; LIMA, Á. C. Estimation of peacock bass (*Cichla* spp.) mortality rate during catch-release fishing employing different post-capture procedures. **Brazilian Journal of Biology**, v. 78, n. 2, p. 195-201, 2018.

BRASIL. Decreto-lei n 448, de 14 de Fevereiro de 1992. **Regulamenta dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0448.htm>. Acesso: 26 abril 2022.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998. **Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm>. Acesso em: 26 abril 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de Pesca: orientações básicas.** / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2.ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRIZOLLA, T. (Org.). **Marcos conceituais.** Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. 2014. Disponível em: <http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: abril 27 2022.

CECCARELLI, P.S.; CANTELMO, O. A.; MELO, J. S. C.; BOCK, C. L. **Pesque-e-solte: informações gerais e procedimentos práticos.** Brasília: Ibama, 2006.

CHAVES, P. T.; FREIRE, K. M. F. A pesca esportiva e o pesque-e-solte: pesquisas recentes e recomendações para estudos no Brasil. **Bioikos**, Campinas, vol. 26, p. 29-34, jan./jun., 2012.

CHEHIN, M. M. **Atrativos Turísticos que Utilizam Animais como Entretenimento: A influência da Informação Ambiental no Comportamento Sustentável.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) - UFF. Niterói, 2015. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/1737>>. Acesso em: 27 abril 2019.

DE LIMA, A. C.; SARDELLI, C. H.; DE SOUZA, M. J. F. T.; FORSBERG, B. H. Os ferimentos e o tempo de manuseio dos Tucunarés (*Cichla spp*) capturados na modalidade pesque e solte: um estudo de caso no médio Rio Negro, Amazonas, Brasil. **Anais... XIX Encontro Brasileiro de Ictiologia.** Manaus (AM): INPA, AIHA, SBI, 2011, p. 776.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008.

LOPES, K. Análise preliminar da taxa de mortalidade em Tucunarés *Cichla spp.* (Teleostei: *Cichlidae*) submetidos ao sistema pesque-e-solte na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDSA). **Anais... XIX Encontro Brasileiro de Ictiologia.** Manaus (AM): INPA, AIHA, SBI, 2011, p. 784.

MARANHÃO, C. H. S. A trajetória histórica da institucionalização do turismo no Brasil. **Revista de Turismo Contemporâneo – RTC**, Natal, v. 5, n. 2, p. 238-259, jul./dez. 2017.

PIMENTEL, M. P. C.; PIMENTEL, T. D. A trajetória das Políticas Públicas de Turismo brasileiras 1930-2010. **Anais... XXXV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD).** Rio de Janeiro (RJ): ANPAD, 2011. v. 1. p. 1-17.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SARAIVA, N. S.; VITÓRIO, L. S. Reflexões acerca da exploração de animais no turismo: proposta para compreender o especismo na atividade turística. **Anais...** XI Encontro Semintur Jr. Caxias do Sul (RS), 2020.

SILVA, J. O. M. Especismo: Porque os animais não-humanos devem ter seus interesses considerados em igualdade de condições em que são considerados os interesses semelhantes dos seres humanos. **ethic@**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 51-62, jun. 2009.

SINGER, P. **Libertação Animal**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

THOMÉ-SOUZA, M.J.F., MACEINA, M.J., FORSBERG, B.R., MARSHALL, B.G. and CARVALHO, A.L., 2014. Peacock bass mortality associated with catch-and-release sport fishing in the Negro River, Amazonas State, Brazil. **Acta Amazonica**, vol. 44, n. 4, p. 527-532.

EFEITOS DO TURISMO DE PESCA ESPORTIVA REALIZADO NO BAIXO RIO BRANCO, COMUNIDADE DE TERRA PRETA, CARACARAÍ/RR.

Me. Daniel de Souza Negrão¹
Dra. Georgia Patrícia da Silva Ferko²
Dr. Thiago José Costa Alves³

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país procurado por turistas, dentre outras razões, pelas belezas naturais e paisagens diversificadas dos estados brasileiros, que se configuram como fatores que influenciam o turismo internacional e nacional. No entanto, as dimensões do país (tamanho continental) e a falta de infraestrutura física interligada, em algumas regiões, como a Amazônia, por exemplo, são aspectos que podem desencadear a não escolha de realizar turismo na região.

Conquanto, nas últimas décadas, a região amazônica vem apresentando crescimento do turismo. Essa afirmação encontra sustento em dados do Ministério do Turismo (BRASIL, 2014), nos quais se destacam as potencialidades que a região apresenta para o aproveitamento do ecoturismo. Assim, no Estado de Amazonas, por exemplo, houve amplo investimento, por parte do governo, nessa modalidade de turismo.

O Estado de Roraima faz parte da região amazônica que, de acordo com a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento (RORAIMA, 2009), tem uma vocação natural para o

¹ Graduado em Geografia e Mestre em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Roraima. Professor de Geografia no ensino médio no Estado de Roraima; tutor a distância no curso de licenciatura em geografia ofertado pelo NEAd na Universidade Federal de Roraima. Email: danielnegraorr@gmail.com. Link para o lattes: <http://lattes.cnpq.br/1776023798149570>

² Graduação em Administração de Empresas, mestrado em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (2004) e doutorado em Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA pela Universidade Federal do Maranhão (2010). Professora do Curso de Administração da Universidade Federal de Roraima. Pesquisadora em Patrimônio cultural, turismo e temáticas diversos no âmbito da administração pública e privada. Link para o lattes. <http://lattes.cnpq.br/8762583706265854> Orcid. <http://lattes.cnpq.br/8762583706265854>. Email: geoufpe@yahoo.com.br.

³ Doutor em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas, Mestre em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul. Professor do Curso de Turismo da Universidade Estadual de Roraima. Pesquisador em Agroecossistemas amazônicos, Turismo na Amazônia, Paradigma da Complexidade sistêmica, Responsabilidade Ambiental no Turismo e Turismo de Base Local. Link para o lattes. <http://lattes.cnpq.br/4245036465823709>. Orcid <https://orcid.org/0000-0003-2954-3941>. e-mail: thiago.uerr@gmail.com.

ecoturismo motivada pela grande riqueza natural do lugar, sendo destacada a existência de diferentes ecossistemas, como savanas (lavrados⁴), campinaranas⁵ e florestas.

A Amazônia roraimense conta com rios caudalosos, com destaque para a região do Baixo Rio Branco que oferece o turismo de pesca esportiva em meio à floresta tropical (RORAIMA, 2009).

Um dos tributários⁶ da bacia do Rio Branco e da bacia do Rio Negro é o Rio Xeruiní, que a Comunidade de Terra Preta, em Caracará, está localizada às suas margens. Por ter essa localização geográfica a Comunidade Terra Preta passou a desenvolver o turismo de pesca.

Tem-se que a atividade turística é complexa e rica no sentido de articular inúmeros atores, porquanto dinamiza não apenas organizações, mas também comunidades que residem ao entorno da área de turismo, impulsionando, positivamente, os aspectos econômicos, sociais e ambientais (SCHEYVENS, 1999; OMT, 2003; VASCONCELOS; CORIOLANO, 2008). Todavia, aspectos negativos também se apresentam e minam a atividade turística (RUSCHMANN, 1997), a qual tem por finalidade expandir a cultura regional, gerar renda, otimizar recursos, desde financeiros a culturais, e, assim, oportunizar a criação e a manutenção de espaços (REZENDE, 2008).

Esses efeitos, negativos e positivos, estão presentes em todas as atividades turísticas existentes pelo mundo, cabendo ao indivíduo e ao Estado repensarem sobre essas consequências já que elas se mostram duais, ou seja, sob lógicas positivas e negativas. Destarte, torna-se relevante e importante mensurar os efeitos positivos e negativos a partir da atividade turística que, nesse estudo, centramos na pesca esportiva.

É sob essa lógica que esse estudo responderá as seguintes questões de pesquisa: quais os efeitos do turismo de pesca esportiva realizado no Baixo Rio Branco, Comunidade de Terra Preta, Caracará/RR?

Quanto à estrutura desse estudo, ele está composto de cinco seções, sendo essa a introdução, na qual se apresenta o tema e o problema de pesquisa,. Na segunda seção o referencial teórico sobre pesca esportiva. Na terceira, tem-se materiais e métodos e na quarta

⁴ Denominação regional.

⁵ Refere-se a um tipo de vegetação encontrada na Amazônia.

⁶ Afluente ou tributário são os rios e cursos de água menores que deságuam em rios principais. Um afluente não flui diretamente para um oceano, mar ou lago. Os afluentes e o rio principal servem para drenar uma determinada bacia hidrográfica; ao ponto de junção entre um rio e um afluente é dado o nome de confluência.

apresentam-se os resultados e a discussão; na sequência, as considerações finais seguidas das referências.

2 TURISMO DE PESCA ESPORTIVA NO BRASIL

Dentre as modalidades turísticas que vêm ganhando destaque, é a pesca esportiva que, a cada dia, tem atraído muitos turistas de todos os locais do mundo. No Brasil, o primeiro documento referente à pesca foi o Decreto nº 447, de 19 de maio de 1846 (revogado), que tinha o intuito de regular a permissão da pesca e catalogar barcos utilizados na mesma (BRASIL, 2008).

O conceito de pesca, no Brasil, só foi descrito no Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, o qual define pesca como ato de capturar ou extrair animais ou vegetais que tenham na água seu meio de vida. Segundo Albano e Vasconcelos (2013), tem-se estimativa de que, no mundo, existem cerca de 730 milhões de praticantes de pesca esportiva, representando 11,5% da população mundial, sendo a atividade realizada, geralmente, em locais isolados com água doce. A definição de turismo de pesca, consoante o Ministério do Turismo, corresponde a atividades que são realizadas na incumbência do processo de pesca amadora: funcionamento, transporte, recreação, eventos e atividades complementares.

Para se compreender mais amplamente o conceito de turismo de pesca, faz-se necessária a compreensão da definição de pesca que, de acordo com o (BRASIL, 2010, p. 14), é “toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros”. Ainda, no estudo de Silva e Lima (2014-2015) é descrito o turismo de pesca como movimentos turísticos que acontecem em determinados territórios motivados pela presença de espécies singulares de peixes; em outras palavras: a definição do turismo de pesca é o deslocamento de pessoas atraídas pelo ato de pescar.

No Manual de Turismo de Pesca: orientações básicas, elaborado pelo (BRASIL, 2010), o turismo de pesca é definido como “atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora”. Porém, o autor ressalta que, para a compreensão do termo, faz-se necessário o esclarecimento dos termos “pesca amadora” e “atividades turísticas”. Assim, de acordo como a Lei nº 11.959/2009, pesca amadora é aquela praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto.

Portanto, com as informações coletadas na literatura, pode-se afirmar que a atividade de pesca turística tem atraído diversos turistas que buscam a atividade da pesca como opção de lazer, sendo tal atividade realizada em águas continentais e litorâneas.

No Brasil, a legislação do turismo de pesca foi regulamentada inicialmente pelo Decreto nº 447 de 1846 (revogado), que tinha o intuito de regular a permissão de pesca. No entanto, foi no ano de 1967 que a atividade de pesca foi conceituada e regulamentada no Brasil pelo Decreto Lei nº 221, onde é definida a pesca comercial, desportiva, científica e amadora.

Em continuidade ao marco legal sobre a pesca na esfera nacional, existe o Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora (PNDPA) que estabelece a devolução do peixe com vida a todas as pessoas que dependem da manutenção da pesca esportiva, como preservação de lazer ou emprego.

Desta maneira, relacionado à legislação referente à pesca esportiva nos estados amazônicos, nas esferas estadual e municipal, cada Estado tem sua regulamentação definida, como é o caso do Estado de Roraima que aprovou as seguintes leis: Lei nº 516, de 10 de janeiro de 2006, e a portaria Normativa FEMARH nº 1, de 06 de dezembro de 2011, que regulamentam a pesca esportiva no Estado, além de medidas para preservação da fauna e flora.

Outra medida que a legislação vigente busca é o estímulo ao desenvolvimento econômico. Sendo assim, um fato observado em 2018, segundo a empresa estadual de turismo do Estado do Amazonas (Amazonastur), foi a expectativa que cerca de US\$ 4 milhões fossem injetados na economia local somente com os turistas que visitariam a região para a pesca, sendo o americano ⁷ o principal turista a visitar o Estado de Roraima, com uma representatividade de 95% do quantitativo total de turistas que visitam o Estado (*BRASIL, 2010*).

Barreto e Tamanini (2002) confirmam o desenvolvimento econômico que a atividade de pesca traz para locais carentes de infraestrutura e renda, mas, em contrapartida, também é revelado o risco com as quantidades de estoques de peixes, bem como com a saúde destes peixes que sofrem um stress pelo contato com o turista

⁷ Termo local utilizado para conceituar o turista oriundo dos Estados Unidos da América.

Foi pensando nesses efeitos que o Governo Federal brasileiro tem realizado medidas visando promulgar e fiscalizar as atividades turísticas por meio do Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (PRODETUR) com aplicabilidade de 2018 a 2022, sendo um programa do Ministério do Turismo com o intuito de reestruturação dos destinos turísticos brasileiros pelo fomento ao desenvolvimento local e regional, contando com as parcerias de estados e municípios.

Foi no ano de 2008 que foi criado no Brasil uma lei específica para o turismo de pesca, a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, a qual está orientada pelo Plano Nacional do Turismo. No âmbito estadual, cada Estado tem autonomia para regulamentar e fiscalizar tais atividades turísticas; como exemplo, no Amazonas tem-se o Decreto nº 39.125, de 14 de junho de 2018, que regulamenta a pesca amadora no Estado, enquanto o Estado vizinho Roraima, sancionou em 10 de janeiro de 2006, a Lei nº 516, a qual dispõe sobre a pesca, estabelecendo medidas de proteção à ictiofauna local.

Em outras palavras, a legislação da modalidade turística da pesca esportiva tem uma lei nacional que regulamenta a atividade em todo o território, mas cada unidade federativa tem jurisdição para criar legislação que promova e fiscalize a pesca esportiva desde que não venha a ferir a lei nacional (BRASIL, 2008).

Com o crescimento da pesca no Brasil, tem-se realizado vários estudos para avaliar os impactos da atividade. Na economia, a atividade se mostra benéfica por criar empregos e gerar renda, mas não gera desenvolvimento físico do local, limitando-se apenas à exploração da fauna e flora (VITÓRIO 2014). Segundo Albano e Vasconcelos (2013), a atividade de pesca esportiva no Brasil proporciona renda para muitas famílias, além de realizar um impacto menor à fauna em relação à pesca comercial. No entanto, se a captura de peixes for maior que o sustentável, poderá comprometer o tamanho e a abundância das populações de peixes.

Neste sentido, qualquer que seja a modalidade do turismo, sabe-se que tem um importante papel no planejamento ambiental, pois envolve diferentes operações: viagem, planejamento, transporte, hospedagem, entretenimento e alimentação para atender os viajantes (ALBANO; VASCONCELOS, 2013).

De fato, há vários fatores envolvidos nesse tipo de atividade turística, destacando-se que as motivações dos turistas desse segmento assentam-se no conservacionismo, na sustentabilidade, no aspecto educativo e na participação da comunidade local (MONFORTH, 1993), embora nem sempre sejam colocadas em prática.

Isso porque o turismo é uma atividade multifacetada, uma vez que se tem leituras que podem se fazer a partir de diversas ópticas: social, antropológica, cultural, psicológica e ambiental. Portanto, os efeitos também se diversificam e podem ser positivos ou negativos, sendo passíveis de análise sob as perspectivas econômica, social e ambiental – a seguir, são abordados esses efeitos.

3 EFEITOS DO TURISMO

Inicia-se esse item retomando uma das características do turismo, qual seja: a da movimentação de pessoas. Esse dinamismo originado pelas pessoas no turismo implica em efeitos e, primeiramente, vai se conceituar o que seja isso. A palavra efeito tem sido muito utilizada por vários meios de comunicação, mesmo sem haver um significado preciso, sendo que, erroneamente, tem-se associado sua definição para uma tendência negativa, esquecendo a ocorrência do efeito positivo. No turismo, os efeitos podem ser econômicos, ambientais e sociais. Conforme afirmação de Vasconcelos e Coriolano (2008, p. 262):

se o homem muda o curso de um rio, provoca um impacto ligado mais a natureza com resultados à sociedade. Se uma comunidade recebe turistas em maior proporção que o número de habitantes, causa impacto mais na sociedade, mas com rebatimentos na natureza. Daí, porque natureza e sociedade podem ser vistas como uma unidade, a separação é apenas para estudos.

Segundo a OMT (2003), a atividade turística gera várias consequências negativas, como poluição da água, poluição sonora, poluição da paisagem por conta do lixo, desequilíbrio ecológico e perturbação da vida selvagem. Todavia, quando é bem planejada, executada e gerenciada pode gerar preservação do ambiente e valorização da cultura, assim como impulsionar a economia do local.

A modificação de paisagens, a criação de espaços e a dialética estabelecida, conforme mencionadas acima, geram efeitos de intensidade, de natureza e de magnitudes diversas (RUSCHMANN, 2000). Esses efeitos são considerados pela OMT (2003), em uma polarização: efeitos positivos e negativos nos planos social e cultural.

Os impactos positivos, no âmbito cultural, abarcam a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, bem como o aumento social do emprego com a oferta de empregos e novos postos de trabalho. Já quanto aos efeitos negativos, tem-se a aculturação e a

imitação ao estabelecer a relação entre a comunidade receptora e a emissora, além de alterações na sociologia rural e urbana ao recepcionar correntes turísticas massivas (OMT, 2003).

Além desses impactos, por meio do turismo é possível se ter um intercâmbio de ideias, de culturas e de percepções que podem colaborar na dispersão de preconceitos (LICKORISH, 2000). A possibilidade de preservação e de manutenção de habilidades artesanais da população receptora também se configura como um aspecto positivo do ponto de vista sociocultural (COOPER *et al.*, 2001).

Destarte, faz-se pertinente discutir os efeitos provenientes da atividade turística (RUSCHMANN, 1997; COOPER *et al.*, 2001; BARBOSA; FERREIRA; CASTELLÓN, 1997) que se revelam nos âmbitos econômico, ambiental e social. Nos três efeitos, tem-se duas lógicas estabelecidas, a saber: aspectos econômicos positivos e negativos (LAWSON; WILLIAMS; COSENS, 1998; SCHEYVENS, 1999; COOPER *et al.*, 2001; CORIOLANO, 2006).

Já para o aspecto ambiental, discussões sobre os malefícios e benefícios da atividade turística vêm ganhando repercussão desde o século passado (SMITH, 1989; RUSCHMANN, 1997; DIAS, 2005).

No que tange aos efeitos positivos e negativos do aspecto social, esses são mais longínquos para a sua detecção (JENKINS; LICKORISH, 2000), uma vez que dependem das relações de contato entre turistas e comunidades, o que pode levar tempo para acontecer (CARDOSO, 2005). No entanto, isso não inviabiliza o empoderamento social por meio da atividade turística, como já mencionara Scheyvens (1999).

4 MATERIAL E MÉTODOS

Em Roraima, a principal bacia hídrica é a do Rio Branco, com uma drenagem que abrange 83% do Estado, tendo um comprimento médio de 566 km e uma taxa de sinuosidade de 1.1, caracterizando o rio como retilíneo, com um desnível de 49 metros (CARVALHO, 2015).

A bacia hidrográfica do Rio Branco é composta por vários rios, com destaque para os rios Uraricoera, Tacutu, Mucajaí e Anauá e seus respectivos afluentes (ANA, 2017). O Rio Branco é dividido em Alto, Médio e Baixo Rio Branco: o Alto Rio Branco se inicia na junção dos rios Uraricuera e Tacutu e se estende até as corredeiras do Bem Querer no município de

Caracaraí; o Médio Rio Branco inicia nas corredeiras do Bem Querer, limitando-se até a comunidade de Vista Alegre, também no município de Caracaraí; e, o Baixo Rio Branco se inicia na comunidade de Vista Alegre e segue até encontrar o Rio Negro no Estado do Amazonas (FREITAS, 2012).

A Comunidade Terra Preta faz parte da região do baixo Rio Branco, a qual é composta por mais 16 comunidades ribeirinhas⁸. Terra Preta é a denominação indígena dada ao espaço territorial localizado ao sul do município de Caracaraí, na latitude 0°52'23.24''S e longitude 61°55'52.24''. Trata-se de uma área de proteção ambiental do Xeruiní (Decreto de criação nº 25, de 8 de dezembro de 1999, Caracaraí/RR), que corresponde ao nome do mesmo rio onde está situada a comunidade, tendo “o Rio Xeruiní uma extensão de aproximadamente 200 km de extensão com uma profundidade média de 2 m de águas negras e ácidas, que dificultam a proliferação de insetos como mosquitos e borrachudos”, conforme Salazar Filho, Andretta e Nogueira (2005, p. 183).

Para a produção deste trabalho, adotou-se a pesquisa de abordagem qualitativa, pois se procurou compreender o fenômeno (efeitos positivos e negativos das atividades de pesca esportiva) considerando a relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, reconhecendo-se que há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que os números não podem contemplar.

A estratégia metodológica utilizada nesta pesquisa foi o estudo de múltiplos casos, que, de acordo com Yin (2015, p. 32), consiste em: “estudo de caso é um fenômeno empírico que, investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”, sendo que o estudo de múltiplos casos permite o estudo de mais de um caso, possibilitando a comparação entre os que foram estudados para a obtenção de análises e resultados (YIN, 2015).

Cada família da Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR, foi considerada um caso. Foram entrevistadas 24 famílias, sendo enumeradas para perseverar o anonimato nas respostas. Para tanto, foi feito um planejamento das ações, com o intuito de entrevistar todas as famílias; contudo, não houve predefinição dos sujeitos da pesquisa, nem dos horários. Tudo

⁸ As demais comunidades ribeirinhas são: Sacaí, Lago Grande, Caicumbi, Cachoeirinha, Canauini e Panacarica, pertencentes ao município de Caracaraí, e Santa Maria do Boiaçu, Santa Maria Velha, Dona Cota, Remanso, Paraná da Floresta, São José, Itaquera, São Jorge, Samaúma e Xixuau, pertencentes ao município de Rorainópolis (VITORIO, 2014).

foi acordado verbalmente, conforme a disponibilidade das famílias e pelo interesse demonstrado em participar da pesquisa.

Para atender ao objetivo geral da pesquisa, recorreu-se à observação do cotidiano da vida das famílias da Comunidade de Terra Preta. Para tanto, foi usada a pesquisa de campo, “utilizada com o objetivo de obter informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se busca uma resposta ou uma hipótese, que se queira comprovar” (LAKATOS, 2010, p. 169).

Na consecução do objetivo desse estudo, a técnica de análise utilizada foi a Análise de Conteúdo. Observa-se que a análise de conteúdo subsidia o pesquisador com dados capazes de explorar a problemática; ao passo que, também, serve de confirmação, a partir do próprio conteúdo captado pelo pesquisador, das inferências realizadas. De forma a sistematizar esse estudo, apresentam-se categorias de análise previamente estruturadas a partir das bases teóricas apresentadas no capítulo do Referencial Teórico, sendo que essas categorias têm ligação direta com os objetivos estipulados no trabalho.

5 EFEITOS DO TURISMO DE PESCA NA COMUNIDADE DE TERRA PRETA, CARACARAÍ/RR

A atividade de pesca é desenvolvida há muitos anos na Amazônia, pois além de ser grande fonte de alimentação, também é fonte de comércio, renda e lazer. O processo de colonização da região se desenvolveu com grande ênfase nos séculos XVII e XVIII, mas a trajetória da pesca amazônica é mais antiga e sem muitos registros documentais, sendo, durante séculos, as informações relativas à pesca repassadas por meio de viajantes e por alguns registros históricos de maneira isolada (SANTOS; SANTOS, 2005).

A pesca esportiva na Amazônia vem crescendo nos últimos 25 anos e com destaque para o peixe Tucunaré (*Cichla*), sendo um dos fatores principais que justificam o forte crescimento de tal modalidade turística na Amazônia (FREITAS; BATISTA, 1999; SOUZA, FORSBURG; MARSHAL, 2014).

Com o intuito de regulamentar a atividade de pesca na Amazônia, foram criados Leis, Decretos e Portarias, como a Lei nº 7679/88 e o Decreto Federal nº 221/67, também denominado de Código da Pesca, que é a base para a legislação pesqueira brasileira (PEREIRA, 2004).

O turismo de pesca na Comunidade Terra Preta, segundo a Família 7, “*começou há uns 10 anos. Eu me lembro de ver uns homens limpando a pista do avião, que estava parada a um tempão. Aí foi nesse tempo que o turismo começou aqui*”. Terra Preta tem, segundo relatos das vinte e quatro famílias existentes, duas empresas turísticas em atuação, no ano de 2018: a *River Plate* e a *Xeruiní Sport Fishing*, sendo a primeira empresa atuante há mais tempo na comunidade.

A partir do ano de 2018, de acordo com a Família 2, “*vai ser pago cada avião que descer aqui na comunidade*”. Para se estipular como a empresa irá operar na comunidade, os pagamentos pelo uso da pista de avião são decididos, inicialmente, pelo consenso de toda a comunidade e com as vilas de Lago Grande 1 e Canauini por meio de uma assembleia onde é aprovado o funcionamento das empresas de turismo. Frisa-se que, das 24 famílias participantes desse estudo, 23 participam do turismo de pesca esportiva.

Nesta assembleia, realizada com as três localidades envolvidas com o turismo, são firmados os acordos entre as empresas do turismo e as localidades participantes. Com o acordo, fica estipulado o valor dos pagamentos que devem ser realizados à associação de moradores de cada localidade, assim como as áreas onde a pesca é permitida para cada empresa. Identifica-se, desta maneira, a participação da comunidade da região por meio de consenso na assembleia, o que retrata como o grupo se estruturou e reconheceu o seu empoderamento social (SCHEYVENS, 1999).

Após a aprovação local das propostas colocadas pelas empresas de turismo às comunidades, é firmado o acordo em documento escrito, sendo este entregue ao presidente da associação de moradores que fica incumbido, então, de levar o documento até a prefeitura do município para que seja oficializado, pelo poder público, o funcionamento da atividade turística no local, conforme relatos da Família 5.

Para garantir à preservação dos peixes existentes no Rio Xeruiní, as comunidades de Terra Preta, Lago Grande e Canauni se uniram e realizaram um acordo proibindo a pesca de base comercial no rio e a pesca de subsistência no caso do Tucunaré (*Cichla*). Ainda, para garantir que nenhum pescador externo entre no rio, foi organizado um local de vigilância na entrada do Rio Xeruiní, no ponto onde ocorre o acesso ao lago do limão e ao Rio Branco.

A realização da vigilância no Rio Xeruiní se dá pelas três comunidades que se revezam em uma escala que funciona de forma mensal. O vigilante fica no posto de trabalho 24 horas por dia sem nenhum armamento de fogo e, em caso de ocorrência, o mesmo aciona os moradores das comunidades envolvidas com o turismo que se unem e enviam um barco ao encontro do invasor, que é advertido.

O relato das famílias entrevistadas 11 e 23 afirma que o turismo acontece no verão, variando o dia de início e o dia de fim de acordo com a vazante do rio, sendo o período seco de setembro a fevereiro. As empresas de turismo contam, assim, com uma logística que inclui o preparo para a temporada, com a limpeza da pista de pouso de aviões de pequeno porte que é feita pelos moradores da comunidade contratados pela empresa, uma vez que o meio de transporte utilizado pelo turista que viaja de Manaus à Comunidade ocorre por via aérea.

De acordo com 12 famílias entrevistadas na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR, por semana chega uma média de 8 a 12 turistas, geralmente aos sábados, e regressam no sábado seguinte. No momento do desembarque da aeronave, o turista logo é abordado pelas crianças da vila que oferecem seus serviços de carregamento de malas, por alguns dólares, do local do pouso até o barco no porto principal da comunidade, sendo esse trajeto realizado a pé.

Lembre-se que a quantidade de turistas pode gerar efeitos negativos no que se refere aos âmbitos social e ambiental. Isso porque, como já pontuado por Vasconcelos e Coriolano (2008), não é adequado a quantidade de turistas ser superior a quantidade de pessoas nas regiões foco da atividade turística.

As empresas turísticas contam, ainda, com acomodações flutuantes que ficam atracadas às margens das praias do Rio Xeruiní. Estas acomodações constituem-se de pequenas cabanas que são disponibilizadas pela empresa turística *River Plate*.

Os alojamentos, chamados de cabanas flutuantes, ficam na comunidade apenas no período de execução do turismo, uma vez que, após o término da temporada, toda estrutura é levada embora. Esses alojamentos contam com certo conforto para atender o turista, oferecendo, em cada cabana, os seguintes itens: água aquecida, ar-condicionado, banheiro privativo, energia elétrica, telefonia e internet, o que pode ser visualizado na Figura 01.

Figura 1 – Interior e exterior das cabanas flutuantes da empresa *River Plate*.



Fonte: River Plate (2018).

A Figura 01 retrata a estrutura física ofertada por uma empresa turística, sendo possível observar, na imagem, a parte interna do local, onde o turista realiza as refeições, podendo-se confirmar o conforto ofertado pela empresa turística ao oferecer ambiente climatizado em uma cabana móvel no meio da floresta amazônica, proporcionando maior comodidade ao turista.

Nessa questão, o trabalho de Cooper *et al.* (2001) é trazido ao afirmar que, no âmbito econômico, o turismo deve ser analisado, minuciosamente, a fim de concluir que há efeitos econômicos. Isso porque, os autores indicam que há uma análise acerca dos efeitos indiretos e induzidos e, ainda, o deslocamento de mão de obra de outros setores – o que se percebeu ao longo desse estudo, pois a atividade turística ganhou mais atenção e desviou grande parte das famílias de outras atividades.

A outra empresa atuante na Comunidade de Terra Preta é a *Xeruiní Sport Fishing*, que conta com seis quartos que podem acomodar até 18 hóspedes no total, ofertando o conforto de

ar-condicionado nos quartos e na área de refeições e banheiro privativo em cada quarto. No entanto, diferente da outra empresa atuante na comunidade, a empresa *Xeruiní Sport Fishing* não conta com cabanas flutuantes individuais e água quente. A estrutura da empresa *Xeruiní Sport Fishing* pode ser vista na Figura 02.

Figura 2 – Interior e exterior acomodações da empresa *Xeruiní Sport Fishing*.



Fonte: A autoria própria.

A atividade de pesca esportiva é iniciada pelas duas empresas nas primeiras horas do amanhecer e segue até o anoitecer, confirmando o estudo realizado por Gomiero e Braga (2003) em que afirmam que o horário ideal para a pesca do tucunaré, principalmente o da espécie amarela (*Cichla monoculus*), é no horário das 9 às 15 horas e com maior frequência em dias ensolarados.

O local de pesca no Xeruiní é decidido pelo condutor do barco em acordo com as preferências do cliente, já que a satisfação do mesmo influencia na gorjeta paga ao condutor da embarcação (BOULLON, 1997). Porém, vale ressaltar que nem todo turista vai à comunidade para pescar, como afirma a Família 5: “*tem deles que vem só filmar, ficar andando, olhando tudo aqui*” em busca, apenas, de realizar filmagens, de conhecer a floresta e descobrir animais e plantas nunca vistos antes no seu cotidiano.

Para atender esse turista que vem com o intuito de pescar, desbravar ou simplesmente conhecer a Amazônia, as empresas turísticas atuantes no local contratam alguns moradores, a cada temporada, que trabalham nas funções de piloto, vigia, camareira, garçom e ajudante de cozinha, bem como na logística de transporte de materiais (WALPOLE; GOODWIN, 2000).

Os pilotos realizam a condução dos barcos e levam os turistas aos locais propícios de pesca do tucunaré, valendo ressaltar que a gorjeta de tal função é diretamente ligada à satisfação do cliente. A função de camareira é responsável por lavar as roupas dos clientes e organizar os quartos, a qual também recebe gorjetas, mas com valores inferiores ao do piloto.

Faz-se importante destacar que todas as funções, como qualquer trabalhador, recebem a quantia referente ao trabalho de uma semana baseado no salário mínimo, sendo esse pagamento efetuado em moeda brasileira pela empresa, enquanto a gorjeta é dada pelo turista em dólar e diretamente ao funcionário. As demais funções recebem a porcentagem referente ao trabalho de uma semana, sendo que a função de vigia e de logística são as únicas atividades que não recebem gorjeta.

Entretanto, além do pagamento aos funcionários, as famílias relataram que a empresa de turismo paga uma quantia baseada no lucro da temporada, e que esse dinheiro é repassado à associação de moradores de cada comunidade (LAWSON; WILLIAMS; COSSENS, 1998; SCHEYVENS, 1999). Muitas vezes, contudo, tal dinheiro é motivo de desentendimento entre os moradores que alegam não enxergar as benfeitorias que o dinheiro deveria trazer à comunidade em geral, como afirmam as Famílias 2 e 6.

No ano de 2018, a Família 2 relatou:

“Nesse ano, a associação de moradores da Comunidade de Terra Preta recebeu 17.000,00 Reais da empresa turística, dinheiro esse que chegou causando briga, pois alguns moradores falaram para investir o dinheiro no posto de saúde, que não funciona, e no barco da comunidade, que precisa de reparos, mas acabou que ninguém concordou e o dinheiro foi dividido entre todos os moradores que não são servidores públicos.”

No ano de 2018, 15 famílias afirmaram trabalhar no turismo, colocando a atividade turística como fonte de renda, por gerar emprego (LAWSON; WILLIAMS; COSSENS, 1998; BRASIL, 2010), por mais que seja temporário. Mas vale ressaltar que para trabalhar em determinadas funções do turismo é necessária a participação em um curso que é oferecido pela empresa sobre comunicação e execução de determinadas tarefas, curso este que,

inicialmente, era ofertado na própria comunidade e, atualmente, está sendo ofertado na cidade Manaus/AM, com os custos pagos pela empresa turística.

O trabalho dos moradores de Terra Preta na empresa de turismo é organizado pela associação de moradores, que delimita a escala semanal de cada função. Porém, em entrevista, os moradores mencionaram que tal escala foi apresentada de maneira desigual, sendo que alguns moradores trabalharam 6 ou 5 semanas na mesma temporada, enquanto determinados moradores trabalharam apenas 1 semana na temporada, gerando certa desunião entre os habitantes. Desta forma, foi descrita a relação atual entre os residentes como algo meramente comercial, em que algumas famílias relataram que, no passado, isso não acontecia, além de

“Hoje não se tem mais o espírito familiar e, sim, o comercial, mesmo em uma ação simples de empréstimo de uma bomba de encher pneu, como aconteceu aqui, que me cobraram dois reais para usar uma bomba sendo que aqui todo mundo empresta as coisas quando precisa. Foi por isso que eu coloquei um compressor na época pro pessoal encher pneu de graça aqui em casa.” (FAMÍLIA 2).

Essa desunião vivenciada pela comunidade, ao questionar a lucratividade da atividade turística, é reflexo do que Scheyvens (1999) afirmou, ou seja, que o maior lucro do turismo é destinado aos grandes operadores. Além disso, esse grupo vive uma dialética: de um lado a comunidade participa autorizando os operadores turísticos, de forma consensual, por assembleia e, por outro, em alguns depoimentos, observa-se desunião, falta de coesão (SCHEYVENS, 1999) sobre o investimento a ser feito proveniente da renda do turismo de pesca esportiva. Portanto, não há integração, coesão e empoderamento social mencionado pelo autor que é possível ocorrer a partir do turismo.

O perfil do turista que frequenta o Rio Xeruiní é descrito pelos moradores e funcionários das empresas turísticas como sendo homem, com idade superior aos 45 anos, branco, alto, forte, bem vestido, educado e com aparência de ser rico. As famílias relataram que a maioria dos turistas vem dos Estados Unidos, sendo que as outras regiões são: Brasil, Japão, China, Rússia, Argentina e Chile.

Esse turista com idade média de 45 anos tem despertado nos moradores da Comunidade de Terra Preta a preocupação com o ambiente, sendo que ele não fala português e repreende as pessoas que jogam lixo fora do devido local, ou o morador que pesca o tucunaré, alegando para deixar o referido peixe a ele que é o turista. Essa colocação ressoa nas palavras de Poletti (2013) ao frisar que, por meio da atividade turística, é possível ocorrer o que se chamou de efeito demonstração, ou seja, a comunidade integra atitudes e comportamentos dos turistas. Tais ações têm transformado a relação existente entre o morador

local e o ambiente, não somente pelo aspecto ambiental com a degradação da natureza, mas pela relação do homem não querer mais cultivar a roça alegando que o dinheiro que ganha do turismo gera menos esforço físico.

Com o capital oriundo do turismo, os moradores relatam ter comprado aparelhos de televisão, barcos e geladeiras que, antes, eram completamente inviáveis, sendo vista a vida atual como maravilhosa graças ao turismo (FAMÍLIA 8).

Todavia, ainda na questão ambiental, a atividade do turismo é vista pelos moradores como algo benéfico à Comunidade de Terra Preta, proporcionando retração do desmatamento e preservação dos peixes e animais (SMITH, 1989; BRASIL, 2010), Consoante a Família 5, *“o cuidado que a gente tem com o peixe, para ninguém de fora vir pescar é grande”*, além de outras ações que são estimuladas na vila, como as citadas pela Família 7: *“uma vez, fizeram uma reunião com a equipe do turismo, ensinar a Comunidade de Terra Preta a manter limpo o ambiente da comunidade, com a queima do lixo”*, o que configura, aos poucos, uma nova relação com a natureza que vem sendo reconfigurada com o turismo.

Em entrevista, foi possível encontrar informações referentes à alteração do ambiente em Terra Preta quando a Família 14 foi questionada sobre os efeitos no ambiente que apareceram após a chegada do turismo, momento em que afirmou que: *“houve diminuição da roça e na quantidade de peixes, porque hoje esse povo novo não quer mais saber de plantar nada, compra tudo”*.

As mudanças trazidas pela atividade do turismo foram inseridas na comunidade por meio de acordo em que foram estipuladas ações, como a proibição da pesca do tucunaré, pela comunidade, no Rio Xeruiní, e a estimulação à população ribeirinha a aumentar a caça para equilibrar a base da alimentação local, gerando uma diminuição na pesca no local e um aumento da caça.

Em relação à diminuição da roça, que também foi citada pelas famílias, um dos motivos é explicado pela Família 10: *“o turismo é um trabalho que paga melhor e exige menos força e trabalho”*, e que pode ser complementado com a fala da Família 17 ao afirmar: *“o dinheiro proveniente do turismo é um dinheiro rápido e com pouco esforço físico”*, sendo que na roça, para ser obter lucro, é necessário aguardar meses após o plantio. Sendo assim, a atividade do turismo se torna mais atrativa, uma vez que, além de gerar uma remuneração financeira maior, o piloteiro, por exemplo, chega a receber de US\$ 500 a US\$ 600 dólares semanais como gorjeta no turismo de pesca, segundo a Família 5.

Com a vantagem econômica da execução do turismo, a roça de subsistência cultivada por cada morador está diminuindo, pois o novo modelo econômico levou muitos moradores a

trocar o serviço pesado e demorado da roça pela facilidade de se ter mais dinheiro e poder comprar comida e outras coisas.

Desta forma, outro ponto importante que foi alterado pela presença do turismo foi a pesca do tucunaré, que ficou limitado apenas aos turistas, estimulando a população de Terra Preta a caçar mais para suprir a carência gerada pela falta da carne deste peixe que, consoante relata a Família 11, tem uma “*carne gostosa*”.

Pensando nesta perspectiva de mudanças ocorridas com a chegada do turismo, foi perguntado às famílias da comunidade quais são as atividades econômicas realizadas durante o ano para se obter o sustento da casa, sendo que o resultado obtido foi: vinte e quatro famílias da comunidade realizam pesca de subsistência, vinte e uma famílias realizam extrativismo, vinte famílias praticam caça, quinze famílias têm alguma roça e 10 famílias desenvolvem pesca comercial. No entanto, vale salientar que a pesca de subsistência realizada é executada às margens do Rio Xeruiní, sendo que as principais espécies pescadas são: Pacú (*Mylossoma spp*), Aracú (*Schizodom sp.*), Matrinxã (*Brycon*), Piranha (*Pygocentrus nattereri*), Jaraqui (*Semaprochilodus taeniurus*), Cará (*Geophagus brasiliensis*) e Surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo de pesca esportiva na Comunidade de Terra Preta, Caracaraí/RR está em funcionamento nesta comunidade há mais de 10 anos, trazendo consigo alterações consideráveis no ambiente físico e social da comunidade, favorecendo, assim, a melhoria do aumento econômico com a geração de empregos e o crescente poder de compra dos moradores.

Então, para atender esse turista que vem com o intuito de pescar, desbravar ou simplesmente conhecer a Amazônia, as empresas turísticas atuantes no local contratam alguns moradores a cada temporada que trabalham na função de piloto, vigia, camareira, garçom, ajudante de cozinha e na logística de transporte de materiais.

Outra alteração física que foi muito destacada pelas famílias da comunidade é o melhoramento das casas que são de madeira com paredes de tábuas e cobertura com telhas, as quais, no passado, eram moradias construídas com madeira sem nenhum tratamento e telhado de palha. De acordo com a maioria das famílias entrevistadas antes do turismo o dinheiro era muito difícil, na medida que o único trabalho que gerava renda era a venda de castanha. E,

com a chegada do turismo, os habitantes tiveram condições econômicas que permitiram a pintura das casas e a compra de vários aparelhos eletrônicos, como televisão, antena parabólica, geladeira, liquidificador, etc.

Ainda, outra mudança econômica observada na Comunidade de Terra Preta foi a organização do trabalho, pois o turismo se mostrou como uma atividade econômica mais rentável quando comparada com a roça, bem como com um retorno mais rápido. Para tanto, as famílias optaram por se dedicar mais para o turismo, deixando a agricultura de lado e gerando um impacto positivo ao ambiente pela diminuição do desmatamento para o cultivo agrícola.

Relativo às mudanças sociais advindas com a presença do turismo, tem-se a disputa pelo dinheiro que circula na comunidade, uma vez que é possível afirmar que o turismo gera renda e emprego, contudo não alcança todos os moradores e, com isso, cresceu a competição por participação nessa atividade, que foi descrito pelas famílias como algo que tem gerado muita desunião entre os moradores. Identificou-se, ainda, que o conhecimento imaterial carregado por cada morador que, em meio a falta de dinheiro e de infraestrutura, tem se adaptado aos recursos que a natureza do local oferece, conhecendo, assim, onde se tem castanha e cupuaçu, bem como onde se pode plantar algo ou, simplesmente, coletar alguma folha ou planta para determinada enfermidade e realizar estas atividades com uma naturalidade.

Quanto à indicação de estudos futuros, conhecer e compreender as motivações e percepções dos turistas que visitam Terra Preta é pertinente, já que a relevância de se investigar o Turismo, sob a lógica pragmática, é obter e compreender tais motivações.

Portanto, a partir dos estudos de Dias (2003), é possível afirmar que o turismo de pesca esportiva pode gerar efeitos positivos e negativos. Faz-se necessário, então, que todos trabalhem juntos e pautados em um planejamento que contemple em minimizar os efeitos indesejáveis. Desse modo, encerra-se este trabalho, não o estudo do tema, pois o tema é amplo e não se esgota.

REFERÊNCIAS

ALBANO, J. C.; VASCONCELOS, E. C. Análise de casos de pesca esportiva no Brasil e propostas de gestão ambiental para o setor. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, Goiânia, [s.v.], n. 28, p. 77-89, jun. 2013.

ALVES, T. J. C. **Aroecosistemas familiares no complexo ambiental Sacai, Baixo Rio Branco, Roraima**. Manaus: 2016. 196p. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais e

Sustentabilidade na Amazônia) - Faculdade de Ciências Ambientais, Universidade Federal do Amazonas, 2016.

ANA. Agência Nacional de Águas. **Região hidrográfica da Amazônia**. 2017. Disponível em: <http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/amazonica.aspx>. Acesso em: 7 maio 2017.

BARBOSA, R. I.; FERREIRA, E. J. G; CASTELLÓN, E. G. **Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima**. Manaus: INPA, 1997.

BARRETO, M.; TAMANINI, E. **Conceituando turismo ruaral, agroturismo, turismo ecológico e coturismo**. 1. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo. **Diário Oficial da República do Brasil**, Brasília - DF, 18 set., 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Segmentação. **Turismo de Pesca: orientações básicas**. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Marcos Conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2014.

CARDOSO, R. C. **Dimensões Sociais do Turismo Sustentável: estudo sobre a contribuição dos resorts de praia para o desenvolvimento das comunidades locais**. São Paulo: 2005. 264 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2005.

CARVALHO, T. M. Síntese dos aspectos hidrogeomorfológicos do estado de Roraima, Brasil. **Contribuições à Geologia da Amazônia**, [S.l.], v. 9, [s.n.], p. 435-450, 2015.

COOPER, C. *et al.* **Turismo Princípios e Práticas**. São Paulo: Bookman, 2001.

COROLANO, L. N. M. T. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. **Conselho Latino Americano de Ciências Sociais**, San Pablo, [s.v.], [s.n.], p. 367-378, dez. 2006.

DIAS, R. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

FREITAS, A. **Geografia e história de Roraima**. Boa Vista: DLM, 2012.

FREITAS, C. E. C.; BATISTA, V. S. A pesca e as populações ribeirinhas da Amazônia Central. **Brazilian Journal of Ecology**, [s.l.], v. 1, [s.n.], p. 32-36, 1999.

FREITAS, C. E. C.; INHAMUNS, A. J. Strategies of small - scale fisheries on the Central Amazon floodplain. **Acta Amazônica**, Manaus, v. 32, n. 1, p. 1-7, 2002.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAWSON, R. W.; WILLIAMS, J.; T Y.; COSSENS, J. A comparison of residents' attitudes towards tourism. **Iburism Management**, New Zeland, v. 19, n. 3, p. 247-256, 1998.

LICKORISH, L. J. **Introdução o turismo**. Trad. Fabíola de Carvalho S. Vasconcellos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

NOGUEIRA, E. M. Turismo no Baixo Rio Branco: diagnóstico de capacitação e infraestrutura. **Norte Científico**, Boa Vista, v. 1, n. 1, p. 14-27, dez. 2005.

OMT, O. M. D. T. **Guia do desenvolvimnto sustentavel do turismo**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PEREIRA, S. H. **Iniciativas de co-gestão dos recursos naturais da várzea**. Manaus: ProVárzea, 2004.

REZENDE, R. O. Milton Santos, Luzia Neide Coriolano e a relação sociedade-natureza no turismo nordestino. **Revista Turismo, Visão e Ação**, v. 10, n. 2, p. 306-309, maio/ago. 2008.

RUSCHMANN, D. V. D. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

_____. A experiência do turismo ecológico no Brasil: um novo nicho de mercado ou um esforço para atingir a sustentabilidade. **Turismo - Visão e Ação**, Itajaí, v. 2, n. 5, p. 81-90, out./mar. 2000.

SALAZAR FILHO, H. O.; ANDRETTA, R. A.; NOGUEIRA, E. M. **Diagnóstico preliminar do potencial de desenvolvimento da atividade de pesca esportiva na região do Baixo Rio Branco, Estado de Roraima**. Belém: Cepnor, 2005. p. 173-195.

SCHEYVENS, R. Ecotourism and the empowerment of local communities. **Tourism Management**, v. 20, p. 245-249, 1999.

SILVA, E. I.; LIMA, I. B. O potencial econômico e turístico da pesca esportiva na. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 7, n. 4, p. 779-803, dez./jan. 2014, 2015.

SOUZA, M. J. F. T.; FORSBERG, B. R. M.; MARSHAL, L. B. G. Peacock bass mortality associated with catch-and-release sport fishing in the Negro River, Amazonas State, Brazil. **Acta Amazônica**, Manaus, v. 44, n. 4, p. 527-532, 2014.

VASCONCELOS, F. P.; CORIOLANO, L. N. T. Impactos socio-ambientais no litoral: um foco no turismo e na gestão integrada da zona costeira do estado de Ceará. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, [s.l.], v. 8, n. 2, p. 259-275, 2008.

VITÓRIO, L. S. **Turismo de base comunitária**: análise quanto as interferencias do turismo de pesca no Baixo Rio Branco, Roraima, Brasil. Caxias do Sul: 2014. 133 p. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Faculdade de Turismo, Universidade de Caxias do Sul, 2014.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

WALPOLE, M. J.; GOODWIN, H. J. Local economic impacts of dragon tourism in Indonesia. **Annals of Tourism Research**, v. 27, n. 3, p. 559-576, 2000.

POTENCIAL DA GEODIVERSIDADE PARA O ETNOTURISMO INDÍGENA EM RORAIMA

Márcia Teixeira Falcão¹
Maria de Lourdes Ruivo²

1 INTRODUÇÃO

A definição de geodiversidade, de modo geral, é a diversidade dos elementos abióticos contidos na estrutura de uma paisagem derivados de processos naturais geológicos ao longo da evolução da terra que inferem grande potencial para o turismo e podem promover alternativa econômica para uma determinada região (GRAY, 2004; MANOSSO, 2012).

Medeiros e Oliveira (2011) comentam que o termo geodiversidade surgiu na década de 40, quando o geógrafo argentino Frederico Alberto Daus definiu como a diversidade geográfica dos lugares.

Após as conferências das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento de 1972 (Estocolmo) e ECO 92 (Rio de Janeiro), houve atenção especial à biodiversidade, restringindo-se a proteção dos elementos bióticos, deixando de lado os elementos abióticos – a base de sustentação de toda a vida na Terra. A partir desse contexto, as discussões acerca da geodiversidade retornaram a discussão, com vistas a contrapor-se ao conceito de biodiversidade.

Arelado a geodiversidade, tem-se o geoturismo, termo que surgiu na década de 90, no qual se refere aos materiais geológicos e geomorfológicos para a atividade turística, mas voltado também para pesquisa, educação e lazer. Roraima, é um estado que apresenta alto potencial para o desenvolvimento do geoturismo, pois possui uma variedade de paisagens geológicas e geomorfológicas, frutos de flutuações paleoclimáticas e esforços tectônicos, que criaram cenários diversificados e únicos, a exemplo o Monte Roraima e do Monte Caburai localizados no município do Uiramutã.

¹ Doutora em Biodiversidade e Biotecnologia (Bionorte) docente da Universidade Estadual de Roraima, do programa de pós graduação em Agroecologia (UERR/IFRR/EMBRAPA) e de Geografia (UFRR). email: marciafalcao.geog@uerr.edu.br

² Pesquisadora do Museu Paraense Emilio Goeldi, bolsista CNPq, docente dos programas de pós graduação em Ciências Ambientais (UFPA/MPEG/EMBRAPA) e Biodiversidade e Biotecnologia (PPGBIONORTE-PA)/Rede Bionorte Email: ruivo@museu-goeldi.br

O município do Uiramutã está localizado nas: mesorregião norte e na microrregião nordeste do Estado, limita-se ao norte e a leste com a República Cooperativista da Guiana; ao sul com Normandia e a oeste com Pacaraima e a Venezuela. Distante da capital em 315 km possui área territorial de 8.065,564 km². A população em sua maioria é formada por povos indígenas, em sua maioria das etnias: macuxi e ingarikó.

A região do Uiramutã possui uma diversidade de paisagens que potencializam o turismo na região, no entanto, requer estudos para que possa se identificar e mapear as áreas de potenciais e principalmente capacitar os povos indígenas para serem protagonistas e agregar alternativa economia para região que possui um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano-IDH do Brasil, 0,453 e apenas 4,6% de esgoto sanitário adequado (IBGE, 2022).

Nesse sentido, o artigo tem como objetivo, demonstrar o potencial da geodiversidade do município do Uiramutã, localizado na Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS) com um dos elementos potenciais para o desenvolvimento do etnoturismo roraimense.

2 GEODIVERSIDADE E GEOTURISMO

O termo geodiversidade é recente que surgiu na década de 90 para se referir a variedade abiótica, ou seja, dos ambientes geológicos-geomorfológicos que dão forma a paisagem (NASCIMENTO; RUCHKYS; MANTESSO-NETO, 2008). Nos dias atuais, o termo geodiversidade vem se consolidando e sendo utilizado como ferramenta de gestão territorial.

Brilha et al. (2018) reforçam que a partir de 1993, vários geocientistas começaram a usar independentemente o termo “geodiversidade” e que posteriormente, esse termo foi usado em todo o mundo e agora é aceito internacionalmente.

Os elementos da geodiversidade proporcionam benefícios não tangíveis à sociedade seja na forma espiritual ou cultural, sendo que na cultura contribuem para a prosperidade de comunidades e indivíduos de diferentes maneiras através da ciência, artes, história, educação e lazer. Entre os diversos benefícios não tangíveis, destacam-se: à qualidade ambiental (por exemplo, caráter local e paisagístico; paisagens terapêuticas para saúde e bem-estar; geologia médica); geoturismo e lazer (por exemplo, vistas espetaculares da montanha; escalada; coleta

de fósseis); significados culturais, espirituais e históricos (por exemplo, folclore; locais sagrados; senso de lugar); inspiração artística (por exemplo, geologia na escultura, literatura, música, poesia, pintura); desenvolvimento social (por exemplo, sociedades geológicas locais; viagens de campo); História e conhecimento da Terra (por exemplo, evolução da vida; extinção; origem das formas de relevo; ambientes palaeo, estudos de linha de base para pesquisa de clima e poluição; núcleos de gelo; mudança do nível do mar); e geoforese (potencial de usar as características de elementos geológicos, geralmente solos e sedimentos, para vincular suspeitos a cenas de crime). (BRILHA et al., 2018)

Para Hose (1995 apud MANSUR, 2018) o geoturismo é a provisão de serviços e facilidades interpretativas que possibilita o turista compreender e adquirir conhecimentos sobre sítios geológico e geomorfológico, ao invés de uma simples observação estética.

Com relação a classificação da geodiversidade Brilha (2005) classifica através dos valores: **intrínseco** (envolve questões filosóficas, éticas e religiosas), **cultural** (há uma ligação muito forte entre o homem e seu desenvolvimento local social, cultural e religioso), **estético** (está relacionado ao belo), **econômico** (voltado aos bens e serviços utilizados), funcional (relacionado à funcionalidade no contexto dos sistemas físico-naturais e ecológicos da superfície terrestre.), **científico** e **educativo** (permite ao homem reconhecer e interpretar a história evolutiva da terra através da geologia, melhorando a relação entre o homem com a geodiversidade).

Outro conceito importante e que se agrega aos anteriores é a geoconservação que visa a preservação da geodiversidade relacionados aos processos geológicos, geomorfológicos e pedológicos, garantindo a manutenção da historia evolutiva da terra (BRILHA, 2005).

Nascimento; Ruchkys; Mantesso-Neto (2008) destacam que na medida em que a comunidade científica e em geral reconhece a necessidade de garantir a salvaguarda dos elementos do patrimônio geológico, esse quadro tende a mudar, com adoção de medidas específicas de geoconservação em todas as partes do mundo.

3 ETNOTURISMO

A região Amazônica se caracteriza pela sua dimensão territorial, sua rica biodiversidade, seu povo, em especial a população indígena que abrange cerca de 180 povos e mais de 440 mil indígenas que vivem nos 09 estados da região (aqui incluindo o Mato Grosso

e o oeste do Maranhão). Ressalta-se que toda essa sociobiodiversidade infere na necessidade de se inserir políticas de desenvolvimento de forma sustentável e responsável. Sudré et al. (2021) reforçam ainda que na Amazônia, o interesse se dá através dos elementos relacionados ao patrimônio natural e cultural agregados aos aspectos da sustentabilidade e à visitação, em sua maioria está orientado para o contato com a natureza e com as comunidades tradicionais.

Nogueira et al. (2013) comentam que o etnoturismo é um segmento relativamente novo e as definições acerca do tema se confundem, uma vez que ecoturismo, sustentabilidade e turismo cultural são atividades inseridas dentro das práticas de turismo que acontecem em áreas ou comunidades indígenas. Independente da confusão dos termos, reforçam que:

essa atividade consiste no aproveitamento da cultura de uma determinada etnia, de modo que todas as mani-festações culturais de um povo passam a ser um atrativo para os visitantes. E, certa-mente, tais atividades corresponderão aos preceitos do ecoturismo, turismo sustentá-vel, turismo de natureza e de turismo cultural (p. 125).

A inserção do etnoturismo surge como uma das alternativas econômicas, nesse sentido, a inserção de políticas para o desenvolvimento de tal atividade devem contemplar a instrução normativa 03/2015 da Fundação Nacional do Índio - FUNAI a qual regulamenta e estabelece normas para a visitação em TI para fins turísticos. A referida instrução é um dos desdobramentos do Decreto nº 7.747 de 5 de Junho de 2012, que institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, que define como um de seus objetivos apoiar iniciativas indígenas sustentáveis para atividade de etnoturismo e de ecoturismo, respeitando a decisão da comunidade e a diversidade dos povos indígenas (FALCÃO et al. 2018).

Em Roraima, no dia 12 de setembro de 2019 o governador do estado de Roraima, apresentou um decreto que regulamenta e propõe diretrizes para desenvolver o turismo em terras indígenas. No entanto, cabe ressaltar que os povos indígenas necessitam de capacitação para gerir e serem os protagonistas de tal atividade, pois é necessário fazer um planejamento da atividade turística conforme.

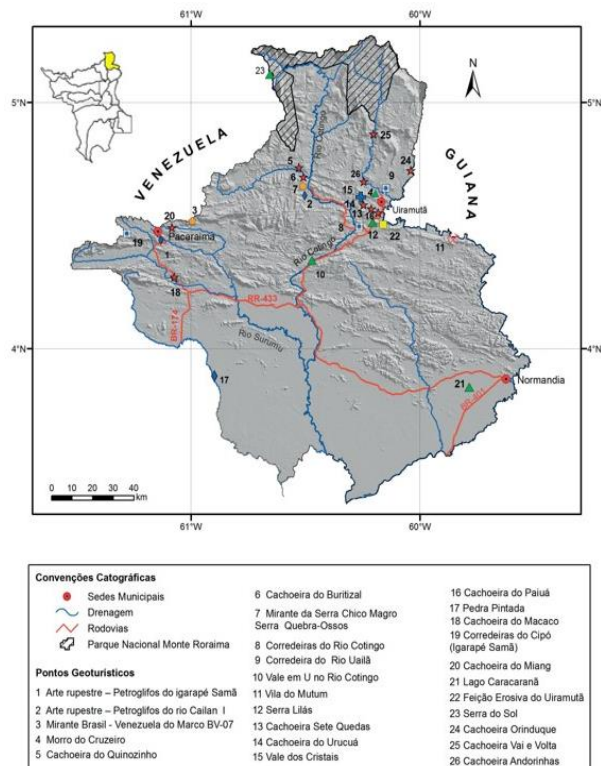
Em 2019, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae através do do Projeto Investe Turismo, iniciou um “Mapeamento de Contos e Saberes” junto às comunidades indígenas do Estado com condições de receptivo turístico, com objetivo de desenvolver produtos e roteiros com foco no etnoturismo. Com as capacitações realizadas pelo Departamento de Turismo de Roraima, algumas comunidades já elaboraram o seu plano

de visitação turística, tais como: as comunidades indígenas Kauwê e Boca da Mata (TI São Marcos), Raposa I e Flexal (TI Raposa Serra do Sol)

4 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no município do Uiramutã, o acesso ocorre através da com das BR-174, BR-433, RR-171 e RR-407. Localiza-se nas seguintes coordenadas geográficas: N 04° 35' 68"/ W 60° 09' 93". De sua área total de 8.065,564 km², 7.925,95 km² são reservas indígenas (corresponde a 97,96% do tamanho do município) e as principais vilas indígenas existentes são: Água Fria, Socó e Mutum (Figura 01).

Figura 01: Mapa de localização e locais de geodiversidade do município do Uiramutã/RR



Fonte: Modificado de Mafra e Marmos, 2014.

5 CARACTERÍSTICAS FISIAGRÁFICAS DA ÁREA DE ESTUDO

A geologia da região pertence ao domínio do Supergrupo Roraima Pinheiro, Reis e Costi (1990) relacionaram o desenvolvimento geológico da região decorrente de um evento distensional com direção geral N-S, responsável pelo desenvolvimento de falhas normais E-W e de transferência. Já Hasui (2012) destaca essa porção corresponde ao setor Parima, tem estruturação NW que se inflete para E-W, corresponde à Unidade Vulcano sedimentar – Supergrupo Roraima.

A geomorfologia pertence ao Planalto Sedimentar de Roraima constitui uma unidade morfoestrutural com presença de relevos tabulares esculpidos em rochas sedimentares e metassedimentares do então Supergrupo Roraima, que se distribuem de forma isolada. A região se caracteriza pela presença de grandes mesas (chamada regionalmente pelos índios de *tepuys*), com topos em geral aplainados que se destacam de forma isolada, a exemplo do Monte Roraima (FALCÃO, 2016). Destaca-se ainda o contato das áreas altas com os patamares mais baixos é formado por *hogback*.

Em relação a condição climática, conforme a classificação de Koppen caracteriza-se por ser do tipo Aw com médias pluviométricas em torno de 1.750mm anuais, com chuvas concentradas entre os meses de maio e agosto, e períodos de baixos índices entre os meses de setembro e abril. Essa região, conforme Barbosa (1997), corresponde à área do sistema de circulação atmosférica da massa equatorial continental (mEc) e o de convergência intertropical (CIT). Já a vegetação é influenciada pelo tipo climático, com o predomínio de savanas estépica.

6 PROCEDIMENTOS

A metodologia envolveu as seguintes etapas: a) a pesquisa bibliográfica em teses, dissertações e artigos voltados à temática; b) visita *in loco*; c) identificação e avaliação das áreas de interesses geológico-geomorfológico a partir de três incursões a campo nos locais mais visitados pelos turistas: Corredeira do Paiuá, Cachoeira do Urucá e Sete Quedas. Para

avaliar o potencial do patrimônio geológico – geomorfológico foi utilizada a metodologia proposta por Oliveira (2015) que trata de uma metodologia quantitativa

Para realização dos trabalhos em campo foram necessários os seguintes equipamentos e ferramentas: Sistema de Posicionamento Global - GPS máquina fotografia, caderno de campo para fazer as anotações necessárias e ficha de avaliação de potenciais locais de interesse geomorfológico. Os trabalhos de gabinete envolveram análise, interpretação e discussão dos dados levantados em campo.

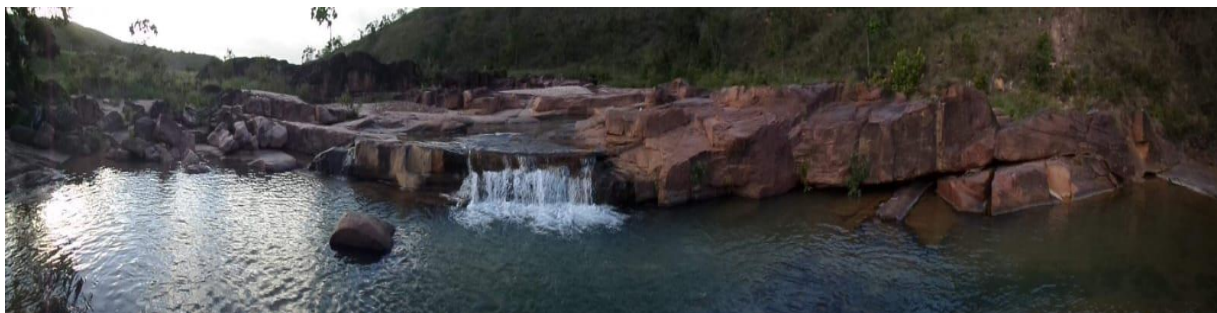
7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município do Uiramutã se destaca pela sua diversidade de paisagem geológica-geomorfológica, com destaque para as comunidades indígenas que vivem na região e possuem uma gama de ritos, mitos, gastronomia, produção de panelas de barros e diversos tipos de artesanatos que agregam um valor imensurável ao etnoturismo. Com relação a geodiversidade da região, destacam-se os locais mais visitados pelos turistas: Corredeira do Paiuá, Cachoeira do Urucá e Sete Quedas, localizadas na Comunidade Indígena Flexal.

Corredeira do Paiuá: chamada regionalmente de ‘cachoeira’ do Paiuá esta localizada nas coordenadas N04°34'59"/W60°12'12,4", a cerca de 10km da sede do município, está a 600 metros de altitude. A litologia é marcada pelos arenitos silicificados pertencentes ao Supergrupo Roraima, além da a presença de tufos lapíli que são rochas de cor cinza-escura, com feições de devitrificação em estruturas concêntricas que agrega valor científico a geodiversidade local.

Formada pelo igarapé Paiuá, que forma uma queda d’água formando duas piscinas naturais (Paiuá 1 e 2) com desnível de cerca de 5 a 6 metros. O uso da terra é voltado para o lazer em geral realizado pela comunidade e visitantes. (Figura 02).

Figura 02: Corredeira do Paiuá



Fonte: Acervo fotográfico da primeira autora, 2021.

Com base na metodologia proposta por Oliveira (2015) possui boa visibilidade, fraca deterioração, mas possui insuficiente proteção, com relação aos valores, possui elevado valor científico, didático, turístico, ecológico, cultural, estético e econômico, no entanto, devido a facilidade de acesso a Cachoeira do Pauiá, muitos turistas adentram a área sem contratar um guia local, não gerando renda para o município e ainda causando impactos, tais como presença de resíduos sólidos (garrafas, latas e plásticos), uso fogueiras para assar alimentos, e que após o uso ficam acessas podendo ocasionar incêndios na região e atingir as comunidades no entorno. Dessa forma torna-se importante pensar em realizar um estudo sobre a capacidade de carga nos principais pontos turísticos da região.

Cachoeira do Urucá (igarapé do ouro): está localizada a 12 km de sede do município, o acesso se dá pela estrada que segue para sede da comunidade Flexal nas coordenadas N 04°35'08,1"/W60°14'42,1" com altitude cerca de 700 m. Possui uma queda d'água de cerca de 50 metros de altura, exuberante, com água azul esverdeada que forma uma piscina natural (Figura 03).

Figura 03: a) Queda d'água da cachoeira do Urucá; b) trilha de acesso a cachoeira; c) vista parcial do vale do igarapé Urucá.



Fonte: Acervo fotográfico da primeira autora, 2021

A litologia é formada por arenitos, em que períodos de chuva tornam-se escorregadios. O acesso é difícil, a trilha de acesso a cachoeira, se através da encosta da serra, que se divide em duas descidas, no qual o material rochoso é solto, podendo proporcionar risco queda ao turista. Com relação aos valores, possui elevado valor científico, didático, turístico, ecológico, cultural, estético e econômico, apesar de ser pouco frequentada devido a dificuldade de acesso (Figura 04).

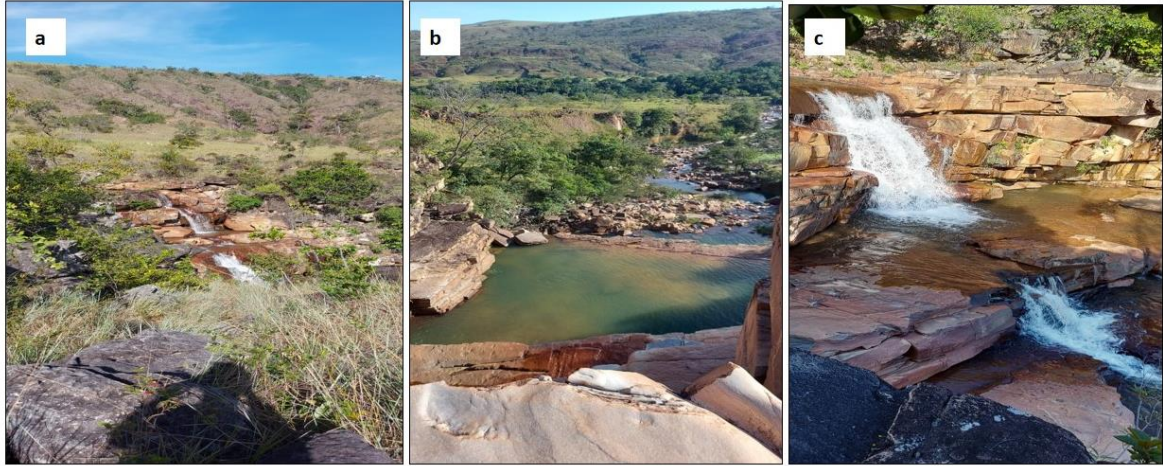
Figura 04 : Vista parcial da parte superior da Cachoeira do Urucá



Fonte: acervo fotográfico da primeira autora, 2021.

Cachoeira Sete Quedas: localizada nas coordenadas N 04°34'14,9"/W60°12'36,59" fica a 11 km da sede da cidade, no qual os 9 km iniciais são da estrada que segue para a Comunidade Indígena Flexal, durante a pesquisa de campo em 2021 encontrava-se em boas condições, já os últimos 2 km, na vicinal de acesso à cachoeira, que encontra-se em péssimas condições, sugere-se usar veículo tracionado, com o trecho final tendo que ser concluído a pé, com alto grau de dificuldade de acesso até a cachoeira. O local é pouco visitado mesmo pelos moradores locais. A cachoeira, fica no igarapé Urucá, afluente do igarapé Paiuá, tributário do rio Cotingo por sua margem esquerda (Figura 05).

Figura 05: a) trilha de acesso a cachoeira Sete Quedas; b) uma das piscinas natural; c) vista parcial de uma das quedas da cachoeira, em detalhe os arenitos fraturados.



Fonte: Acervo fotográfico da primeira autora, 2021.

Trata-se de uma queda d'água com vários degraus, com desnível total de mais de 60 m, esculpida em arenitos silicificados e intensamente fraturados do Supergrupo Roraima. A vegetação do entorno é a savana estépica, sendo uma área bem preservada, apesar que hoje ocorrer a garimpagem ilegal.

Sobre os valores, possui elevado valor científico, didático, turístico, ecológico, cultural, estético e econômico, no entanto a dificuldade de acesso, é um fator que promove tanto a conservação da área quanto a falta de estudos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que município do Uiramutã possui um rico potencial de geodiversidade, que pode agregar na economia região, através do geoturismo, no entanto, o desenvolvimento da atividade requer: planejamento, autorização dos povos que ali vivem, e que estes sejam capacitados para serem protagonistas de tal atividade.

Nesse sentido, a comunidade Flexal conclui em 2021 o seu Plano de Visitação Turística do Centro Regional Indígena Flexal - SODIURR, com o apoio de diversas instituições e requisitos da Instrução Normativa 003/2015 da FUNAI. No referido plano, já

tem previsão de pacotes para áreas de interesse turístico, com pernoite na comunidade ou na sede do município. Ressalta-se que ainda não realizada nenhuma pesquisa voltada a capacidade de carga para visitação aos atrativos.

Por fim ressalta-se, a paisagem da região, em especial geológica-geomorfológica, agrega valor a um cenário quase único na região Amazônica, além da cultura (material e imaterial) dos povos que ali vivem, poderá contribuir para a sustentabilidade econômica e o protagonismo local.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R.I. Distribuição das chuvas em Roraima. In: BARBOSA R.I.; FERREIRA, E.J.G.; CASTELLÓN, E.G. (Eds.). **Homem, ambiente e ecologia no Estado de Roraima**. Manaus: INPA, 1997. P. 325-335.

BRILHA, J. **Patrimônio geológico e geológico e geoconservação** – a conservação da natureza na sua vertente geológica. Braga: Palimage, 2005.

BRILHA, J.; GRAY, M.; PEREIRA, D.I.; PEREIRA, P. Geodiversity: An integrative review as a contribution to the sustainable management of the whole of nature. **Environmental Science and Policy** 86, 2018.p. 19-28. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/54728/1/brilha_etal_2018.pdf. Acesso em: abr. 2021.

FALCÃO, M.T. **Ambiente e conhecimento tradicional da etnia Ingarikó na terra indígena Raposa Serra do Sol – Roraima**: abordagem etnocientífica no estudo do uso da terra. 2016. 105f. Tese. (Doutorado em Biodiversidade e Conservação) – Museu Paraense Emílio Goeldi Belém – PA, 2016.

GRAY, M. Geodiversity: the origin and evolution of a paradigm. In: BUREK, C.V.; PROSSER, C.D. (Ed.). **The history of geoconservation**. London: The Geological Society of London, 2008.

HASUI, Y. Cráton Amazônico: províncias Rio Branco e Tapajós. In: HASUI, Y.; DAL RÉ CARNEIRO, C.; ALMEIDA, F.F.M.; BARTORELLI, A. (Org.). **Geologia do Brasil**. São Paulo: Beca, 2012. p. 138-175.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Uiramutã. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/uiramuta/panorama> . Acesso em: 20 maio 2022.

MAFRA, L.C.A.M.; MARMOS, J.L. Atrativos geoturísticos. In: HOLANDA, J.L.R.; MARMOS, J.L.; MAIA, M.A.M. (Orgs.). **Geodiversidade do estado de Roraima**. Manaus: CPRM, 2014.

MEDEIROS, W.D.A.; OLIVEIRA, F.F.G. Geodiversidade, geopatrimônio e geoturismo em Currais Novos, NE do Brasil. **Mercator**. Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 59-69. 2011. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/608> . Acesso em: 20 jun. 2020.

NOGUEIRA, E.M.N.; FERKO, G.P.S.; COSTA-NETO, C.P.L.; FALCÃO, M.T.; RODRIGUES, R.M. Etnoturismo e etnoecologia: possibilidades para o desenvolvimento sustentável em comunidades indígenas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.4, nov-2013, p.121-140. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6364> . Acesso em: fev. 2020.

OLIVEIRA, P. C. A. **Avaliação do patrimônio geomorfológico potencial dos municípios de Coromandel e Vazante, MG. Uberlândia**, 2015. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2015.

PINHEIRO, S. DA S.; REIS, N.J.; COSTI, H.T. Geologia da região de Caburai. Nordeste de Roraima. **Texto Explicativo**. Brasília: Programa de Levantamentos Básicos do Brasil, 1990.

SUDRÉ, S.; CALDEIRA, R.; GARCIA, R.; SIARES, T. SOUSA, P. Etnoturismo Indígena Karajá-Xambioá. **Turismo e Sociedade**. Curitiba, v. 14, n. 3, 2021. p. 83-101.

GEOTURISMO EM PRESIDENTE FIGUEIREDO (AM): GEORREFERENCIAMENTO DO GEOPARQUE CACHOEIRAS DO AMAZONAS

Pedro Victor Aguiar da Silva¹
Vanderlane de Araújo Santos²
Fátima Maria da Rocha Souza³
Raquel Souza de Lira⁴

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar um caminho para o georreferenciamento do Geoparque Cachoeiras do Amazonas - GCA, considerando os geossítios do município de Presidente Figueiredo que, junto com os municípios de Rio Preto da Eva e Manaus formam a área de abrangência deste geoparque. Este trabalho foi proposto, no primeiro semestre de 2021, como uma ação do projeto cultural *Formação de Agentes Culturais da Comunidade Cristo Rei* (SOUZA *et al.*, 2021a), contemplado em dezembro de 2020, para ser executado no primeiro semestre de 2021, no *Programa Cultura Criativa da Lei Aldir Blanc no Prêmio Encontro das Artes*, do Governo do Estado do Amazonas, com apoio do Governo Federal, por meio do Fundo Nacional de Cultura, da Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo.

O projeto cultural foi desenvolvido a partir da Biblioteca Comunitária Paulo Freire (BCPF), que reúne atividades artísticas, culturais e socioeducativas na Comunidade Cristo Rei, localizada na rodovia AM-240, Km 28 da estrada Figueiredo-Balbina, área rural do município de Presidente Figueiredo, no interior do Amazonas. Coordenado por Angelina Freitas, acadêmica do Curso de Letras do Núcleo de Estudos Superiores de Presidente Figueiredo da Universidade do Estado do Amazonas (NESP/UEA), interagente na BCPF e moradora dessa comunidade, a equipe técnica contou com a participação de Fátima Souza, na

¹ Graduando de Engenharia Mecânica. UEA. <http://lattes.cnpq.br/1753665141788730>. pvads.eng19@uea.edu.br.

² Graduanda em Tecnologia em Mineração. UEA. <http://lattes.cnpq.br/4270525937887715>. vdas.tmn18@uea.edu.br.

³ Doutoranda em Linguística Aplicada. Unicamp. <http://lattes.cnpq.br/4271764063399306>. fmdsouza@uea.edu.br

⁴ Mestra em Letras e Artes. PPGLA/UEA. SEMED (Manaus/AM). <http://lattes.cnpq.br/3007834517984270>. raquelliralettras@gmail.com

produção executiva; os discentes responsáveis pelas pesquisas sobre o GCA, Vanderlane Santos e Pedro Aguiar, que atuou como assessor tecnológico responsável pela proposta de georreferenciamento; Raquel Lira, coordenadora acadêmica; entre outros profissionais.

O mote desta pesquisa surgiu de uma prática extensionista, levada a cabo no NESPF/UEA, intitulada *Práticas Leitoras*, atualmente em sua segunda edição. Este projeto de extensão, desenvolvido em rede com municípios do interior do estado, tem como um de seus norteadores a Agenda 2030, a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (PNUD, 2015) que integram educação, arte e cultura para a valorização dos bens culturais e do patrimônio material e imaterial, em meio a um desenvolvimento econômico que se propõe justo e sustentável, ou seja, atua como um convite tanto aos integrantes da comunidade local quanto aos demais interessados a prestigiarem e valorizarem seus territórios em suas singularidades.

Esses norteadores nos apontam diretrizes para a valorização do GCA, na cidade de Presidente Figueiredo, somando-se à ideia da BCPF como um centro comunitário potencializador socioeconômico e cultural. Dessa forma, o intuito dos projetos culturais que nascem a partir da extensão universitária é encontrar estratégias para difundir e valorizar a ciência, traduzindo-a por meio de uma linguagem menos técnica e mais acessível à população desses territórios a fim de despertar seu protagonismo a ponto de atuarem como agentes culturais a partir de uma gestão compartilhada em sua comunidade. Por isso, pensando em capacitar profissionalmente as pessoas que podem atuar na biblioteca, inspirada na *Coleção Capacitação de Agentes Culturais* (NETTO, 2020), foi proposta uma formação com conteúdos locais voltados para a nova geração de leitores da BCPF, o público jovem.

Quanto à metodologia, este estudo incluiu o levantamento bibliográfico acerca do conceito e do processo de construção do GCA. Em seguida, trata das ações práticas, com intuito de concentrar dados referentes a todos os oito geossítios, suas principais características, com ênfase para uma proposta de georreferenciamento e, ainda, a descrição dos recursos utilizados para democratizar estas informações, tais como um mapa interativo contendo os geossítios ilustrados, numerados e georreferenciados, disponibilizado no site do projeto.

Em virtude dos resultados obtidos nesta pesquisa, foi requerida a inserção dos geossítios no *Google Maps*, com as informações obtidas pelos acadêmicos integrantes do projeto, sobretudo de Vanderlane Santos, estudante de Tecnologia em Mineração

(NESP/UEA), cuja expertise e pesquisas de campo já realizadas sobre alguns geossítios se revelaram de extrema importância neste processo, pois nos permitiram ratificar os dados antes de disseminá-los e produzir textos concisos.

Diante do exposto, visando garantir que determinados dados georreferenciados de todos os geossítios estivessem aptos a serem acessados e compartilhados, independentemente de sua presença no *Google Maps*, foi criado um mapa interativo dedicado ao GCA. Em seguida, estabeleceu-se contato com o responsável pelo estudo da proposta de criação do GCA, o geólogo Renê Luzardo, cujos trabalhos subsidiam nossas ações e estão divulgados no site do projeto. Nesse sentido, ao enfatizar a área do geoparque, esta proposta trata de um mapeamento disponibilizado no site do projeto⁵, no qual foram divulgados os resultados deste georreferenciamento do GCA à população.

2 GEOTURISMO - A PROPOSTA DO GEOPARQUE CACHOEIRAS DO AMAZONAS

O município de Presidente Figueiredo é um destino internacional do Turismo, na rota para o Caribe. Embora reconhecido pelas inúmeras cachoeiras, grutas, cavernas e sítios arqueológicos, que podem ser melhor explorados no sentido da geoconservação e do geoturismo (REIS, FARIA, FRAXE, 2020), ainda necessita da implementação de um plano de ação multidisciplinar que contemple as características e as singularidades do contexto amazônico com ênfase para os aspectos de conservação deste patrimônio geológico de forma holística. Colocá-lo em prática pode partir também da integração dos espaços não formais presentes no território, como as bibliotecas comunitárias integrantes da *Rede Cachoeiras de Letras de Bibliotecas Comunitárias do Amazonas* (SOUZA *et al.*, 2021b), considerando ainda datas relevantes como os 10 anos de existência do GCA e os 20 anos da BCPF, ambos em 2021.

⁵ Disponível no link: <http://bit.ly/agentes-culturais-pf>

É importante reconhecer o geoparque como uma estratégia de proteção da geodiversidade como modelo internacional, pois, segundo a definição de Geoparque Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

são áreas geográficas unificadas, onde sítios e paisagens de relevância geológica internacional são administrados com base em um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável. Sua abordagem ascendente que combina a conservação com desenvolvimento sustentável e que, ao mesmo tempo, envolve as comunidades locais, está se tornando cada vez mais popular. Atualmente, existem 177 Geoparques Mundiais da UNESCO em 46 países. No Brasil, são três Geoparques Mundiais da UNESCO. (UNESCO, 2020, s/p).

O fato de o Brasil ter, em abril de 2022, mais três geoparques chancelados como Geoparques Mundiais pela UNESCO, nos aponta diretrizes para sonhar com o reconhecimento do GCA como primeiro geoparque da região norte do país. Tudo isso depende, além das pesquisas científicas feitas por profissionais técnicos, de um trabalho articulado entre as áreas de educação, ciência e cultura, visto que o processo de reconhecimento desses geoparques devem envolver toda a sociedade, desde as comunidades até as autoridades e os possíveis parceiros, o que

requer compromissos firmes por parte das comunidades locais; fortes e múltiplas parcerias locais com apoio público e político de longo prazo; além do desenvolvimento de uma estratégia abrangente que atinja todos os objetivos das comunidades, enquanto mostra e protege o patrimônio geológico da área (UNESCO, 2022, s/p).

Como um projeto cultural pode estar em sintonia com os preceitos de um geoparque? O que é necessário na repercussão dos conceitos que colaborem com o entendimento e importância destes espaços geográficos? Como sensibilizar os moradores residentes de áreas situadas em perímetros de geoparques? Como integrá-los de forma multidisciplinar? Esses questionamentos nortearam as reflexões e aproximaram a equipe técnica, ao buscar possíveis respostas para abordar temas relacionados ao GCA no itinerário formativo deste projeto que pudessem ampliar a articulação com parceiros, além da participação em eventos acadêmicos na modalidade virtual e presencial para disseminar o assunto, divulgando-o para outros jovens do município.

Foi pensando em sensibilizar toda a comunidade que o itinerário formativo proposto pelo projeto *Formação de Agentes Culturais da Comunidade Cristo Rei* incluiu as oficinas

Patrimônio Material e Imaterial e Intercâmbio Cultural, que gerou material dos módulos disponíveis no site para serem replicados em atividades pedagógicas e culturais, e configurou-se como uma oportunidade para aprender mais sobre as riquezas e as potencialidades do município geradas por sua geodiversidade.

Este itinerário formativo levou em conta um percurso que iniciou na biblioteca, levando o jovem a reunir ideias que pudessem ser transformadas em projetos para aplicação na sua comunidade, promovendo o conhecimento de sua região e os profissionais que já atuam nela, fomentando o turismo de forma sustentável, e desenvolvendo o olhar dos jovens para que eles sejam protagonistas de ações que valorizem o território em que vivem. A oficina *Patrimônio Material e Imaterial* permitiu o acesso a entrevistas com artistas, geólogos e agentes de turismo que valorizassem a região. E a oficina *Intercâmbio Cultural* promoveu o encontro com pessoas que empreendem de forma criativa e sustentável para inspirar os jovens agentes culturais formados, além de produzir o documentário *Cachoeiras de Letras*, sobre o ativismo cultural das bibliotecas no contexto do geoparque.

Vanderlane Santos, que na época do projeto foi aluna do Curso e monitora da oficina *Ideias em ação*, ministrada por Arylanne Lopes, afirmou:

[d]estaco a carência de mais atividades e formações como a “Formação de Agentes Culturais”, que desenvolvem uma perspectiva ampla para o aproveitamento das potencialidades presentes nos ambientes que vivemos, e despertam concepções que poderiam auxiliar no desenvolvimento do local, e na disseminação de conhecimento turístico, cultural, geológico e etc. (...) Apesar das dificuldades geradas pela falta de acessibilidade à internet no município de Presidente Figueiredo, estou feliz em ter contribuído com esse projeto tão instigador, e que possibilitou conhecer mais do ambiente em que moro sob um olhar mais promissor, com perspectivas de gerar mudanças positivas em nossa sociedade. Creio que a formação foi fundamental para mim, e para as demais pessoas que fizeram parte deste lindo projeto, este que trouxe um leque de informações favoráveis, formando pessoas com pensamentos críticos para a cultura, o lazer e a educação. (SANTOS, Vanderlane de Araújo. Monitora e Agente Cultural da Comunidade Cristo Rei)

Quanto ao conceito de geoparques, podemos compreender que

empoderam as comunidades locais e fornecem a elas a oportunidade de desenvolver parcerias coesas, com o objetivo comum de promover os processos, as características e os períodos geológicos relevantes para a área, bem como temas históricos relacionados à geológica ou à sua beleza geológica marcante (UNESCO, 2022, s/p).

O Geoparque Cachoeiras do Amazonas tem sua relevância reconhecida pelo trabalho científico que fundamenta a sua oficialização por meio do Decreto Municipal de Presidente Figueiredo nº 1301, 26 de outubro de 2011. Logo, o projeto aqui apresentado buscou seguir nesse caminho, incentivando os jovens em formação a buscarem conhecimentos atualizados sobre os mais diversos assuntos, dos quais um deles abordou sobre o GCA, salientando que um agente cultural necessariamente precisa ter um olhar diferente acerca dos fenômenos à sua volta, para que, a partir disso, promova ações transformadoras. Tendo em vista que Presidente Figueiredo possui variados ambientes, torna-se necessária a disposição de informações acessíveis sobre as especificidades do GCA, o que infere no reconhecimento dos conceitos relacionados à geodiversidade local, como os destacados no *Manual de Desenvolvimento de Projetos Turísticos de Geoparques no Brasil* (BRASIL, 2022), publicado pelo Ministério do Turismo:

Figura 1: Principais conceitos relacionados a Geoparques.

Conceito <i>Fonte</i>	Definição
Geodiversidade <i>Gray (2013)</i>	Variedade natural (diversidade) de elementos geológicos (rochas, minerais, fósseis), geomorfológicos (formas de relevo, topografia, processos físicos), do solo e hidrológicos. Incluem também suas assembleias, estruturas, sistemas e contribuições para as paisagens.
Geopatrimônio <i>Borba (2011)</i>	Conjunto de geossítios de um território (país, estado, município, UC), ou seja, daqueles locais que melhor representam a geodiversidade de uma região, contendo valores excepcional e patrimonial.
Geoconservação <i>Prosser (2013)</i>	Conjunto de ações que visam à conservação dos lugares, processos e elementos geológicos, pedológicos e geomorfológicos, por meio de atividades de divulgação, levantamento, resgate ou registro.
Geoturismo <i>European Geoparks Network (2011)</i>	Turismo que sustenta e valoriza a identidade de um território, tendo em consideração a sua geologia, ambiente, cultura, estética, patrimônio e o bem-estar dos seus residentes.
Geoparques <i>UNESCO (2021)</i>	Áreas únicas e unificadas, onde sítios e paisagens de significância geológica internacional são geridos com um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável

Fonte: BRASIL, 2022, p. 19.

Estes conceitos são fundamentais para a compreensão concisa de sua formação geológica ao longo do processo histórico, bem como dos ecossistemas presentes atualmente, para que este seja visto como um espaço de produção de serviços científicos, turísticos e didáticos, em conformidade com a geoconservação, tornando viável o desenvolvimento de estratégias que viabilizem o conhecimento dos ambientes geológicos para trajetos turísticos em Presidente Figueiredo e adjacências, com o intuito de valorizar e disseminar a educação

especial sobre a região, despertando, ainda, para a sua valoração econômica. Por isso, informações sobre o GCA foram divulgadas nas oficinas, *e-books*, materiais fornecidos no site, lives no *Instagram*, postagens nas mídias sociais e a realização desta proposta de georreferenciamento.

A partir do artigo *Geoconservação e Geoturismo na Amazônia: contexto e perspectivas no Geoparque Cachoeiras do Amazonas* (2020) compreendemos um percurso histórico sobre a criação de geoparques no Brasil, chamando a atenção para o contexto amazônico ao destacar que “a Amazônia brasileira apresenta um mosaico diverso de feições em seu relevo que em conexão com sua extensa hidrografia, conformam atributos naturais geológicos e espeleológicos propícios ao Geoturismo” (REIS; FARIA; FRAXE, 2020, p. 53).

Além disso, os autores ressaltam a importância de um plano de ação de trabalho, no intuito de garantir a “execução de um geoturismo sustentável, com o planejamento e ordenamento biofísico do turismo nos atrativos, prevenindo impactos socioambientais indesejáveis, conservando os lugares” (REIS; FARIA; FRAXE, 2020, pp. 53 e 54). Segundo eles, a partir dos recursos oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I), entre os anos de 2009 e 2010, foi possível identificar “os atributos naturais geológicos da região” (REIS; FARIA; FRAXE, 2020, p. 54) e, conseqüentemente, propor “a criação do Geoparque [GCA], executado exclusivamente pela SGB/CPRM” (REIS; FARIA; FRAXE, 2020, p. 54), ressaltando a importância não apenas da idealização de um plano, mas dar ênfase à implementação, pois o geoturismo visa “promover as potencialidades do território” (REIS; FARIA; FRAXE, 2020, p. 54.) Nesse sentido, além da configuração de um geoparque local, é importante sensibilizar a população para a sua importância e para o fomento de ações.

3 GEOTURISMO: USO SUSTENTÁVEL, EDUCAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO, CONSERVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O município de Presidente Figueiredo é conhecido internacionalmente por suas cachoeiras que compõem o GCA, atraindo turistas de diversas regiões, mas ainda pode ser explorado de forma potencial por seus moradores, uma vez que

os atrativos turísticos naturais como recursos ambientais, que devido suas características biofísicas, geológicas e antropológicas, são alvos de visitação e usufruto turístico e publicitário. No caso do GCA, os atrativos turísticos naturais são pilares do desenvolvimento do Geoturismo aliado a ações de educação sobre geoconservação, portanto, é turismo de natureza com subcategorização de geoturismo. (REIS; FARIA; FRAXE, 2020, p. 64).

O autor cita a necessidade de uma articulação institucional por meio de um plano de ações que oriente o “fortalecimento do Geoturismo e da educação ambiental, assim como, em medidas para a sustentabilidade financeira das ações de divulgação e capacitação para geoconservação”, ele sugere a criação de uma sede para o GCA, no intuito de reunir informações específicas para sanar dificuldades relacionadas à “inconsistência sobre o quantitativo populacional das comunidades rurais nos órgãos locais e a ausência de informações atuais sobre o uso dos recursos naturais e caracterização socioambiental” (REIS; FARIA; FRAXE, 2020, p. 69), que, segundo Reis, em conformidade com teóricos que investigam as temáticas relacionadas aos geoparques, servirá de base para nortear um plano de ação integrado e que contemple “o desenvolvimento de medidas de sensibilização, formação e monitoramento dos visitantes, condutores, guias operadores, proprietários, moradores e demais usuários do GCA” (REIS; FARIA; FRAXE, 2020, p. 70).

Portanto, acredita-se que os itens abaixo possam ser incorporados em práticas de educação social de base comunitária, tendo as bibliotecas como centros fomentadores destas práticas propostas:

6. Programa de construção e manejo de trilhas de forma comunitária;
7. Formação de capacidades com difusão da legislação, geoconservação, geoturismo, financiamento, educação ambiental, gestão e empreendedorismo;
8. Constituição do controle social do GCA, com envolvimento dos conselhos gestores de unidades de conservação, associações comunitárias e de guias turísticos, dentre outras coisas; (...)
10. Desenvolvimento e manutenção de página web para o GCA, com a disponibilização de informações, relatórios, pesquisas, shapefiles;
11. Elaboração de cartilhas e folders informativos com roteirização e detalhamento das atividades recreativas permitidas e forma de acesso. (REIS; FARIA; FRAXE, 2020, p. 71)

Estes autores propõem uma visão integradora de ações participativas dos sujeitos, com as decisões tomadas em conjunto e favorecendo o bem estar de toda a população, alcançando positivamente o turismo de base comunitária e sustentável. Essa atitude garante um novo paradigma de funcionamento que possa congrega uma série de parcerias público-privadas. O planejamento do nosso projeto cultural incorpora o desejo de colaborar com o avanço do Plano de Ação sugerido para o Geoparque Cachoeiras do Amazonas (GCA) e para o fomento do Geoturismo no município de Presidente Figueiredo, através do desdobramento da décima sugestão supracitada, acerca da criação de um site destinado reunir referenciais bibliográficos, documentais e visuais sobre o GCA.

4 METODOLOGIA: UM CAMINHO PARA O GEORREFERENCIAMENTO

O Georreferenciamento do GCA foi inicialmente concebido como uma proposição do projeto *Formação de Agentes Culturais da Comunidade Cristo Rei*, com o intuito de estimular seus participantes a atuarem ativamente como agentes culturais em sua própria terra natal: o município de Presidente Figueiredo, interior do Amazonas.

Dentre os participantes desse projeto, contamos com o auxílio da graduanda em Tecnologia em Mineração, Vanderlane de Araújo Santos. O trabalho realizado por esta acadêmica, com auxílio da Prof^a Dr^a Jamile Dehaini, em virtude da matéria de *Geologia*, no

Curso de Tecnologia em Mineração (NESP/UEA), consistiu no levantamento de dados primários e secundários de 5 ambientes que apresentam características geológicas do município de Presidente Figueiredo, para o reconhecimento dos afloramentos, e para a pesquisa científica. Observa-se que a rodovia federal BR-174 é uma área composta por diferentes litologias da geologia amazônica, abrangendo as principais formações sedimentares da Bacia do Amazonas, o que sustenta a capacidade da região em aspectos educacionais e turísticos, pela facilidade de acesso aos ambientes. Segundo Luzardo (2012), este município “além de apresentar vocação natural para o turismo, possui uma localização geográfica estrategicamente próxima à Manaus e no caminho, via terrestre, para o Caribe” (p. 43), ou seja, torna-se viável o desenvolvimento de táticas que viabilizem o conhecimento dos ambientes geológicos para trajetos de turismo em Presidente Figueiredo e adjacências, com o intuito de valorizar e disseminar a educação espacial sobre a região.

De acordo com Brilha (2009), “[a] criação de geoparques veio revolucionar o modo como se divulga as Geociências. Integrando na estratégia de gestão de um geoparque não só o patrimônio geológico, como também a biodiversidade, a arqueologia e outros aspectos da herança cultural, as Geociências ganharam visibilidade pública”. (p. 28).

Tendo em vista que o município de Presidente Figueiredo dispõe desses variados ambientes, torna-se necessária a disposição de informações de forma acessível sobre as especificidades de cada local, o que infere no reconhecimento dos conceitos que estão englobados na Geodiversidade de um local, e que são fundamentais para a compreensão concisa, de sua formação geológica no tempo, e dos ecossistemas presentes atualmente, para que este seja visto como um espaço de produção de serviços científicos, turísticos e didáticos, em conformidade com a geoconservação.

Segundo Luzardo (2012), a área geográfica do município de Presidente Figueiredo “é composta por duas importantes unidades geotectônicas” (p. 44), das quais uma delas, classificada como Bacia Sedimentar do Amazonas, “é uma bacia intracratônica com cerca de 500.000 km² que abrange parte dos estados do Amazonas e Pará e é limitada ao norte pelo Escudo das Guianas e ao sul, pelo Escudo Brasil-Central” (p. 45). Estas unidades apresentam uma diversidade de rochas, classificadas de acordo com as suas formações, o que desencadeia o favorecimento para mais estudos nas localidades, destacando a extensa região e a escassez de dados e imagens destes espaços veiculadas na internet.

Este município é marcado por geossítios, caracterizados como ambientes que possuem valor científico, pedagógico, cultural e/ou turístico. Eles são fundamentais para a compreensão do funcionamento da história geológica da Terra, e podem ser definidos como ocorrências geológicas que armazenam elementos da geodiversidade e que carregam o registro de informações da evolução do nosso planeta, o que efetua de forma indiscutível a sua preservação.

Figura 2: Número de visualizações de alguns geossítios georreferenciados no Google Maps.



Fonte: LUZARDO (2012).

Disponíveis no *Google Maps* em <https://goo.gl/maps/NRNMrEsuf5ajXRic7> (imagem à esquerda) e <https://goo.gl/maps/2VJrtisgD3GzuiWg8> (imagem à direita)

A fim de identificar suas características e reunir informações detalhadas que subsidiassem a criação do *mapa interativo* no site do projeto *Formação de Agentes Culturais da Comunidade Cristo Rei*, foi empreendida pesquisas bibliográficas, o que nos levou aos documentos *Estudo de criação do GCA* (LUZARDO, 2010) e *Proposta do GCA* (LUZARDO, 2012). Neste último, constam informações acerca de cada geossítio e a compreensão de sua história. Além disso, há dados apurados relacionados à extensão territorial dos geossítios, de outros atrativos turísticos naturais relevantes contidos dentro do GCA e de seu potencial turístico para a região, pois “conhecer, reconhecer e investigar esses atrativos turísticos

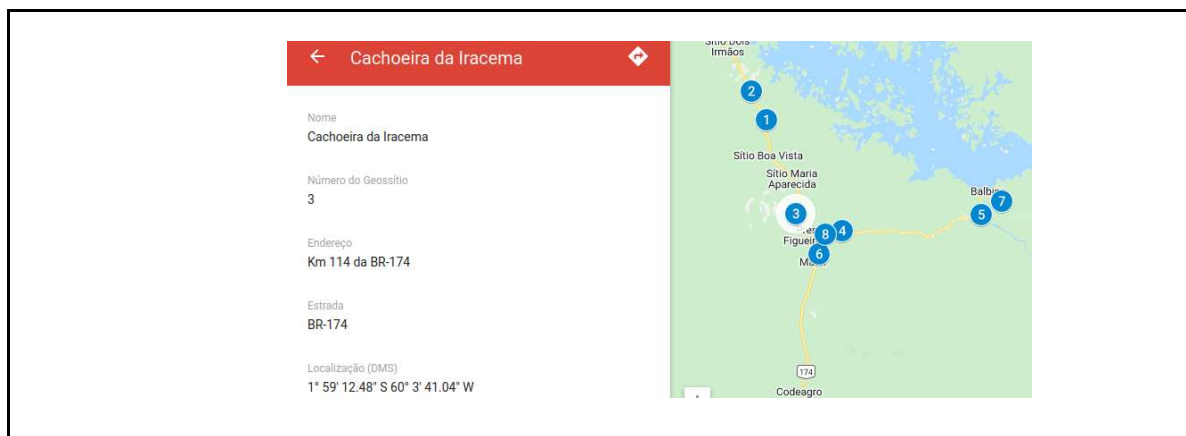
naturais oficialmente registrados ou a serem identificados é suma importância para a gestão territorial”. (REIS; FARIA; FRAXE, 2020, p. 71).

Tendo em vista os recursos humanos locais e tecnológicos singulares do projeto, os esforços foram concentrados na centralização de determinados dados referentes aos 8 (oito) geossítios presentes no GCA (LUZARDO, 2012), com as respectivas características relacionadas ao endereço, coordenadas geográficas e registros fotográficos, georreferenciados e disponíveis para visualização em uma seção do site do projeto.

Neste *mapa interativo* é possível conferir a criação de recursos digitais que promovem a democratização de tais informações, como os geossítios ilustrados, numerados e georreferenciados. Outra ação que vale destacar foi a inserção dos geossítios que ou ainda não existiam ou cujo detalhamento mostrava-se escasso no *Google Maps*, cuja aprovação, por depender exclusivamente do *Google* somada à carência de informações sobre a existência de três desses geossítios na internet em especial, Embasamento Cristalino, Formação Manacapuru – Rio Urubu e Platô Laterítico, foram veementemente rejeitadas.

Visando garantir que os dados catalogados de todos os geossítios estivessem aptos a serem acessados e compartilhados independente da sua presença no *Google Maps*, criamos um *mapa interativo* dedicado ao GCA, também disponível no site:

Figura 3: *Mapa interativo*, disponibilizado no site do projeto.



Fonte: Autores. Disponível em: <https://sites.google.com/view/agentesculturaispf/geoparque>

Este trabalho revela a importância da sensibilização sobre este tema, a pesquisa e a difusão de assuntos relacionados ao GCA e do trabalho desenvolvido por uma equipe multidisciplinar. Os resultados oriundos do processo de georreferenciamento, cujas submissões ao *Google Maps*, referentes aos geossítios Formação Prosperança, Cachoeira da Iracema, Cachoeira da Porteira, Cachoeira da Pedra Furada, e Caverna ou Gruta do Maroaga, foram bem sucedidas, acarretaram um aumento na visibilidade dos geossítios, superior às expectativas, o que culminou no reconhecimento e parabenização do *Google Maps* após os resultados das visitas aos registros fotográficos dos geossítios ter atingido 5.000 visualizações em sua plataforma e um total de 20 mil visualizações contabilizadas em 2021.

5 RESULTADOS

Paralelamente à ação de mapeamento como uma caminho para o georreferenciamento feito de forma simples e acessível à população por meio do site, outras oportunidades de divulgação do geoparque foram sendo usadas por integrantes da equipe que iam tomando maior consciência da importância de conhecer o geoparque.

Destacamos algumas ações que foram feitas no intuito de celebrar os 10 anos do reconhecimento municipal: a) postagens feitas no *Instagram* da BCPF, ao longo de 2021, para sensibilizar a população para o conceito de geoparque; b) postagens feitas no *Instagram* da BCPF, com algumas cachoeiras que compõem o geoparque, chamando a atenção para a possibilidade de um turismo sustentável na região; c) postagens e destaque feito para o GCA no *Instagram* da Rede Cachoeiras de Letras de Bibliotecas Comunitárias do Amazonas; d) abertura do documentário *Cachoeiras de Letras*, destacando o GCA, em que, a convite do projeto, o geólogo Marco Antônio participou mostrando evidências da riqueza do geoparque e o guia de turismo Marinilzo Brito, chamando a atenção para grutas e cavernas; e) solicitação ao CPRM para criação de postagem referente ao geoparque em dezembro de 2021, pedido feito pela *Rede Cachoeiras de Letras* e atendido em 2022; f) criação do verbete *Geoparque Cachoeiras do Amazonas* na *Wikipédia*, feita por alunos da Escola Superior de Tecnologia (EST/UEA), no primeiro semestre de 2021, como conteúdo da disciplina Comunicação e Expressão, ministrada pela professora Fátima Souza; g) divulgação do documentário com destaque para o GCA em canais de televisão e na imprensa do estado; h) exibição do documentário para alunos do Ensino Fundamental II e Médio nas escolas de Presidente

Figueiredo, por acadêmicos do Curso de Letras (NESP/UEA), na disciplina de Estágio II; i) visita dos Acadêmicos de Letras às bibliotecas da *Rede Cachoeiras de Letras* do centro da cidade, com debate sobre o documentário *Cachoeiras de Letras*, dentro das atividades da Semana de Letras 2022 e j) exibição do documentário com participação do diretor na Feira Amazonas Sustentável, na edição de abril de 2022.

Vale ressaltar que apesar do município de Presidente Figueiredo possuir uma população estimada em mais de 38 (trinta e oito) mil habitantes, segundo o último censo do IBGE (2010), e dois núcleos de universidades públicas, IFAM e UEA, tanto o GCA quanto estas universidades não haviam sido citadas em verbetes na página *Wikipédia*, até o término de vigência deste projeto, o que evidencia a carência de informações veiculadas na internet sobre o município e suas riquezas, fato que constitui um retrocesso ao desenvolvimento do Turismo e do potencial econômico da região.

Portanto, como desdobramento das ações, no primeiro semestre de 2022, além da inclusão do verbete GEOPARQUE CACHOEIRAS DO AMAZONAS (2022) na *Wikipédia*, foi sugerida a edição do verbete já existente PRESIDENTE FIGUEIREDO (2022), com as seguintes modificações: a) link interno para o verbete “Geoparque Cachoeiras do Amazonas”; b) menção, na seção “Infraestrutura”, para as universidades, UEA e IFAM; c) inclusão da aba “cultura”; d) citação de informações acerca das bibliotecas comunitárias existentes no município; e) submissão de links para informações já existentes na *Wikipédia*, como o nome de Eglydio Schwade, indigenista e idealizador da Biblioteca da Casa da Cultura do Urubuí; f) inclusão de referências externas que levam ao site da Biblioteca Comunitária Paulo Freire, ao site da Rede Cachoeiras de Letras, ao livro *Janelas de Leituras* (SOUZA et. al, 2021b) que conta a história das bibliotecas e ao documentário *Cachoeiras de Letras* (NOVO, 2021).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências sobre a importância do GCA para toda a população do território e de seus visitantes demonstram o interesse em popularizar a ciência para sensibilizar jovens, despertando neles o sentido de agentes culturais que criam ideias para promover um futuro mais sustentável, criativo e empreendedor. Concomitantemente, os integrantes da equipe do projeto *Formação de Agentes Culturais da Comunidade Cristo Rei* em parceria com os integrantes do projeto de extensão Práticas Leitoras e os idealizadores das bibliotecas que

compõem a Rede Cachoeiras de Letras de Bibliotecas Comunitárias no Amazonas têm se articulado para expandir ainda mais o interesse de vários setores da sociedade, da universidade e do poder público. Tudo isso em consonância com as propostas apresentadas junto ao projeto técnico do GCA, visto que

[n]o Brasil estão avançando as alternativas de gestão para os Geoparques, a partir da adoção de normas para sua implementação. Esse fato garante a segurança técnica e jurídica às organizações envolvidas em suas propostas de criação, bem como, propicia a construção participante de instrumentos dinâmicos e efetivos. Um passo crucial para isso é interação com as organizações públicas, privadas e comunitárias atuantes no Geoparque, propiciando parcerias exitosas para a implementação do Geoturismo e educação sobre geoconservação. No caso do GCA essa oportunidade é uma realidade, uma vez que aproximadamente 57,4% de seu polígono estão ocupados por Territórios Institucionais. Este estudo, vem contribuir para criação dos Geoparques na Amazônia, uma vez que é um potencial para valorizar a conservação dos atrativos naturais ao mesmo tempo em que fortalece a gestão compartilhada e participante nesses territórios. (REIS; FARIA; FRAXE, 2020, p. 72).

Um primeiro passo em prol de colocar o plano de idealização em ação é a possibilidade que tem surgido de sensibilização em todo o país, por meio do Ministério do Turismo que na última semana de abril de 2020, lançou um programa de incentivo ao reconhecimento dos Geoparques com a publicação de manuais⁶ que demonstram de forma criativa os passos para a implementação efetiva, integrando todos os atores importantes no processo. O mapa das regiões destaca os geoparques da região norte do país e revela o seu valor científico e as possibilidades de uso educativo e de uso turístico, uma vez que

[p]ara os Geoparques Mundiais da UNESCO também é exigido um plano de gestão, acordado por todos os parceiros, que atenda às necessidades sociais e econômicas das populações locais, proteja a paisagem em que vivem e preserve sua identidade cultural. Este plano deve ser abrangente, incorporando a governança, desenvolvimento, comunicação, proteção, infraestrutura, finanças e parcerias do Geoparque Mundial da UNESCO. (BRASIL, 2022, p. 47).

Diante do exposto, ressaltamos que comprometimento é uma palavra que norteia este trabalho, pois tentamos elucidar a importância que tem a articulação de assuntos diversos que envolvem tirar o plano de ação do papel e colocá-lo em prática. Na área da

⁶ Em abril de 2022, o Ministério do Turismo disponibilizou o *Manual de Desenvolvimento de Projetos Turísticos de Geoparques*, na aba “publicações”, junto a outros materiais referentes aos geoparques, que podemos ser acessados pelo link: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/manual-de-desenvolvimento-de-projetos-turisticos-de-geoparques>.

mediação cultural que desenvolvemos nas bibliotecas comunitárias em Presidente Figueiredo por meio do projeto de extensão Práticas Leitoras, defendemos sempre uma gestão dinâmica e inovadora. O *Manual de Desenvolvimento de Projetos Turísticos de Geoparques* (BRASIL, 2022) salienta que

a gestão de um geoparque deve ser assegurada por uma equipe multidisciplinar, composta por especialistas em geologia, gestão, geografia, turismo, educação, comunicação, dentre outros que sejam necessários dependendo de cada realidade territorial, apoiada pelos organismos oficiais que, de fato, podem assegurar e garantir uma gestão efetiva do território (municípios e/ou estados). O apoio político-institucional em nível de município é absolutamente essencial, não somente porque é dele que advém inicialmente os recursos financeiros para impulsionar o funcionamento de um projeto deste tipo, embora, seja fundamental angariar outras fontes de recursos financeiros, tecnológicos e logísticos complementares, oriundos de organizações públicas e/ou privadas. É também por meio do município que se consegue articular e fomentar políticas de desenvolvimento local, a priori (BRILHA, 2012 *apud* BRASIL, 2022, p. 52)

Essa gestão deve aparecer articulada com o enraizamento comunitário e a incidência política, que garantem a efetivação de um plano de gestão, e a importância do monitoramento e da avaliação que deve ser “abrangente”, necessitando da participação de todos, mas, fundamentalmente, dos moradores residentes nas comunidades situadas em áreas de proteção ambiental, o que revela a importância de uma formação continuada para agentes culturais, visto que

[a] pluralidade de atores sociais que residem e/ou atuam diretamente na implementação, gestão e realização de ações no território do são fundamentais na construção, desenvolvimento, conservação e promoção do geoparque, fortalecendo dessa forma, na materialização das diretrizes que norteiam as atividades com base nos pilares estruturantes dos geoparques: patrimônio geológico, gestão, visibilidade e trabalho em rede. (...) No entanto, os moradores e comunidades locais dos municípios e região que integram o território do geoparque são os protagonistas no processo de construção, planejamento e gestão do território. É pensando nesse público e para esse público, que os responsáveis institucionais pela gerência do geoparque devem planejar, organizar, articular, captar recursos financeiros, consolidar parcerias e promover uma série de ações pedagógicas, socioculturais, ambientais, científicas e no campo do lazer e da hospitalidade, de forma regular e sistemática. (BRASIL, 2022, p. 53).

Ao pensarmos nos parceiros para compor um grupo de trabalho em prol do GCA, destacamos os temas: “sensibilização, conscientização, inclusão, inovação, articulação, mobilização, participação, engajamento, cooperação, compensação, empoderamento, patrimônio” (BRASIL, 2022, p. 54), os quais vislumbramos para trazer luz a nossa prática: a

partir da ação das bibliotecas em seus respectivos territórios, fortalecê-las em rede para difundir suas ações e continuar engajando mais atores socialmente. Um dos desdobramentos desse projeto aqui apresentado, é levar os eixos de *formação, ação, e mediação cultural* para dentro das bibliotecas da *Rede Cachoeiras de Letras*, das quais a Biblioteca Comunitária Paulo Freire (BCPF) está integrada, a fim de expandirmos ações pela área da Educação, por meio do “desenvolvimento de atividades de cunho artístico-cultural”, tais como:

incentivar artistas e grupos culturais locais a produzirem produtos e conteúdos a partir das características geoambientais, socioculturais e turísticas do território; valorizar o artesanato local e divulgá-lo em eventos promocionais e comerciais; e criar espaços de memória virtuais e físicas como territórios de aprendizagem, construção de conhecimento, troca de saberes e valorização da cultura local/regional. (BRASIL, 2022, p. 59).

A Rede Cachoeiras de Letras de Bibliotecas Comunitárias do Amazonas começou a ser articulada a partir dos projetos culturais desenvolvidos como desdobramento do projeto de extensão Práticas Leitoras, no ano de 2021, quando foram criados os laços entre os idealizadores das bibliotecas e a Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC) para fortalecimento de vínculos. A cada ano novas bibliotecas são inseridas e, para ampliar ainda mais seu alcance, podem incorporar o conceito também apresentado neste *Manual de Desenvolvimento de Projetos Turísticos de Geoparques* (BRASIL, 2022):

Compreende-se o networking como um processo de permuta de informações e saberes, considerando atividades produtivas e sociais em rede a partir de contatos constituídos virtual e/ou presencialmente, com ênfase no diálogo, na interatividade, na celebração de parcerias colaborativas e nas conexões inovadoras, construtivas e criativas entre pessoas, comunidades e organizações (públicas, privadas e do terceiro setor), com potencial para gerar e fomentar ações conjuntas e desenvolver projetos, negócios e territórios diferenciados. (BRASIL, 2022, p. 87).

Há muito a ser feito, por isso, a equipe integrada por meio da universidade nas bibliotecas comunitárias deste município segue tentando fortalecer os vínculos entre si e criar conteúdos para sensibilizar a população e ampliar a parceria público-privada para que, atuando em rede, seja criado um grupo de trabalho que coloque, urgentemente, um **plano em ação** no Geoparque Cachoeiras do Amazonas (GCA).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Turismo. **Manual de Desenvolvimento de Projetos Turísticos de Geoparques no Brasil / Brasil**. Ministério do Turismo. Brasília-DF, 2022. Disponível em: www.gov.br/turismo. Acesso em: 30 de abr. de 2022.

BRILHA, José Bernardo Rodrigues. **A importância dos geoparques no ensino e divulgação das Geociências**. *Geologia USP. Publicação Especial 5* (2009): 27-33. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/gusppe/article/view/45388>. Acesso em: 30 de abr. de 2022.

CACHOEIRAS DE LETRAS (documentário). Direção de Denilson Novo. Presidente Figueiredo: La Xunga Produções, 2021, 22min41, color., son., leg. Português. Disponibilidade em: <https://youtu.be/MMN-xNPscAo>. Acesso em: 30 de abr. de 2022.

GEOPARQUE CACHOEIRAS DO AMAZONAS. *Wikipédia - A enciclopédia livre*. Flórida: *Wikimedia Foundation*, 2022. Disponível em: <https://w.wiki/57YW>. Acesso em: 26 de abr. de 2022.

IBGE. Panorama Presidente Figueiredo (2010). IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/presidente-figueiredo/panorama>. Acesso em: 26 de abr. de 2022.

LUZARDO, Renê. **Projeto Geoparques do Brasil**: Geoparque Cachoeiras do Amazonas – proposta (estudo de criação). Manaus: CPRM, 2010.

LUZARDO, Renê. Geoparque Cachoeiras do Amazonas (AM): proposta. *In*: SCHOBENHAUS, Carlos; SILVA, Cassio Roberto da. (org.) **Geoparques do Brasil**: propostas. Rio de Janeiro: CPRM, 2012.

LUZARDO, Renê; GARCINDO, Lucas B.; QUEIROZ, Lila Costa. Como manter o Geoparque Cachoeiras do Amazonas em Presidente Figueiredo? **Anais do 48º Congresso Brasileiro de Geologia - As geotecnologias e o século XXI** [recurso eletrônico], Rio Grande do Sul, 9 a 13 de outubro de 2016. - Dados eletrônicos. - Porto Alegre - Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/3F4D6Az>. Acesso em: 30 de abr. de 2022.

NETTO, Raymundo. **Coleção Capacitação de Agentes Culturais**: Estratégias de Cultura e Arte para o Futuro; ilustrado por Guabiras. Fortaleza, CE: Fundação Demócrito Rocha, 2020.

PRESIDENTE FIGUEIREDO. *Wikipédia*, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: <https://w.wiki/57YX>. Acesso em: 26 de abr. de 2022.

PRESIDENTE FIGUEIREDO/AM. Decreto nº 1301, de 26 de outubro de 2011. Institui o Geoparque Cachoeiras do Amazonas e dá diretrizes para sua estruturação com o objetivo de implantação e forma de gestão. **Gabinete Civil da Prefeitura Municipal**, Presidente Figueiredo, 21 de outubro de 2011.

PNUD. **Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**: subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília: PNUD, 2015.

REIS, João Rodrigo Leitão dos; FARIA, Ivani Ferreira de; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. Geoconservação e Geoturismo na Amazônia: contexto e perspectivas no Geoparque Cachoeiras do Amazonas. **Revista Turismo em Análise**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 50-76, 2020. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v31i1p50-76. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/146060>. Acesso em: 26 de mar. de 2022.

SANTOS, Vanderlane de Araújo. **Relato de experiência**. Presidente Figueiredo/AM, junho de 2021. Acervo do projeto Formação de Agentes Culturais na Comunidade Cristo Rei.

SOUZA, Fátima; POZZETTI, Gislaine; FREITAS, Angelina; DAOU, Georgia (Orgs.). **Projeto Formação de Agentes Culturais da Comunidade Cristo Rei** [livro eletrônico]. Manaus: Edição do Autor, 2021a. Disponível em: <https://bit.ly/agentes-culturais-pf-materiais>. Acesso em: 26 de abr. de 2022.

SOUZA, Fátima; ANDREATTA, Elaine; LIRA, Raquel; DAOU, Geórgia Pozzetti (org.). **Janelas de leitura**: Rede Cachoeiras de Letras de Bibliotecas Comunitárias do Amazonas [livro eletrônico]. Manaus: Edição Geórgia Pozzetti Daou, 2021b. Disponível em: <https://bit.ly/rede-biblio-pf-publicacoes>. Acesso em: 26 de abr. de 2022.

UNESCO - Brasil. **Geociências e Geoparques Mundiais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**, 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/earth-science-geoparks>. Acesso em: 25 de abr. de 2022.

LAZER E TURISMO NA PRAÇA CIPRIANO SANTOS (PRAÇA MATRIZ) - ILHA DE MOSQUEIRO/BELÉM – PA

Diémison Junior Sousa de Albuquerque¹
Elane Cristina Costa Moreira²
Alessandra de Almeida Pereira Arnund³
Helena Doris de Almeida Barbosa⁴

1 INTRODUÇÃO

O lazer é um produto social associado ao lúdico, ao entretenimento, ao ócio, como também pode se constituir em um instrumento de organização da sociedade. Na atualidade, o lazer não se constitui somente uma necessidade, mas um direito constitucionalmente garantido a todo cidadão. Enquanto produto social vem se consolidando ao longo do tempo como um imperativo primordial à saúde física e mental dos sujeitos.

Até 2019 sua prática estava geralmente associada a ações coletivas como esportes, eventos culturais e o turismo, o quadro pandêmico que se instalou mundialmente a partir de 2020, fez com que tais práticas fossem reelaboradas, redimensionadas e o lazer se viu obrigado a tornar-se individualizado e em formato virtual trazendo para dentro das residências as mais diversas vivências (*lives* musicais, filmes, séries, jogos, programas de gastronomia, jardinagem e atividades físicas e roteiros turísticos virtuais), conforme Clemente e Stoppa (2020). Este trabalho é fruto de pesquisa realizada antes de tal contexto, evidenciando como se dava a prática de lazer e turismo na Ilha de Mosqueiro, mais especificamente na Praça Cipriano Santos ou Praça Matriz, localizada no Distrito de Mosqueiro, pertencente ao município de Belém, capital do estado do Pará.

¹ Bacharel em Turismo. Universidade Federal do Pará e Prefeitura Municipal de Ananindeua. <http://lattes.cnpq.br/1345501041139126>. diemisonjunior@gmail.com.

² Bacharela em Turismo. Especialista em Gestão de TI. Universidade Federal do Pará. <http://lattes.cnpq.br/6217285759479158>. elane.moreira2014@gmail.com.

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Núcleo de Meio Ambiente/Universidade Federal do Pará. <http://lattes.cnpq.br/6381641298264039>. alessandraparnund@gmail.com.

⁴ Doutora em Desenvolvimento Socioambiental. Universidade Federal do Pará e Instituto Histórico e Geográfico do Pará. <http://lattes.cnpq.br/1262968603212396>. hdoris65@gmail.com.

Objetivou-se compreender de que maneira a praça se constitui em um espaço de lazer para os moradores e turistas que frequentam a ilha sazonalmente, e de que maneira contribui para o desenvolvimento do fomento do turismo na mesma, identificar quais equipamentos e serviços são oferecidos aos seus frequentadores, bem como identificar como os frequentadores avaliam a qualidade do espaço e o grau de satisfação sobre os diversos serviços oferecidos. Como base metodológica utilizou-se de pesquisa bibliográfica e documental e pesquisa de campo com enfoque quali-quantitativo, além do uso da antropologia visual enquanto possibilidade de registrar a realidade e os eventos correntes na área estudada.

Além disso foram realizadas entrevistas com os moradores locais, turistas e poder público a fim de perceber os discursos elaborados a partir do lazer e do turismo e as demandas de tais segmentos que transitam em torno da temática, utilizando-se de roteiro de entrevista e formulários. A coleta de dados foi feita de julho a setembro e foram entrevistadas 100 pessoas a partir dos 18 anos de idade selecionadas por amostragem aleatória simples. A Ilha de Mosqueiro, que na realidade é um Arquipélago - conhecida como a Bucólica - constitui-se no principal destino turístico da Região Metropolitana de Belém no segmento de sol e praia, tem uma história associada ao período áureo da exploração gomífera na região, assim como sua cultura, patrimônio e gente hospitaleira.

Com 220km², constitui-se na maior das ilhas de Belém, dista 80 quilômetros da capital, foi inicialmente habitada pelos índios Tupinambás e desde o final do século XIX se configurou como espaço para residências de segunda temporada (chalés) e de lazer da elite moradora de Belém e de estrangeiros. De acordo com Tavares et al (2007) foi ainda no século XIX, que Mosqueiro, teve seu primeiro contato com o turismo pelo fato de se constituir em um lugar tranquilo à época, tornando-se destino de turistas para o descanso nas férias e finais de semana, e de casas de segunda residência, atraindo então cada vez mais visitantes com o mesmo propósito.

Desde a década de 1960, o turismo está efetivamente presente na ilha, gerando renda para seus habitantes. Em janeiro, fevereiro e julho, o contingente populacional se expandia (nesse período, tinha cerca de 7 mil habitantes), pois os visitantes alugavam casas mobiliadas na ilha especialmente nesses meses, o que ainda ocorre (PEREIRA; SOUZA; BARBOSA 2021, p. 25-26).

Tem como características, a presença de 17 quilômetros de praias de água doce, com ondas similares as de praias oceânicas, balneários, igarapés, e a presença de fragmentos naturais com grande diversidade ambiental, transformadas em áreas legalmente constituídas, a exemplo do Parque Ecológico de Belém, que são também utilizados para a prática do lazer (PEREIRA; SOUZA; BARBOSA 2021). O transporte até a década de 1970 se dava pela via fluvial e/ou rodofluvial, com a inauguração da Ponte Sebastião Rabelo de Oliveira em 1976, o transporte foi efetivado por via rodoviária, consolidando a ligação de Belém com Mosqueiro, provocando um aumento na sua população local e de turistas, acessibilidade para a chegada de mercadorias, e de pessoas que antes se dava pelo transporte fluvial. A partir deste marco, muitas empresas montaram seus empreendimentos na ilha (serrarias, cerâmicas, fábricas de gelo e de redes), o aumento de casas de veraneio, de infraestrutura turística e de apoio ao turismo, gerando transformações de várias ordens e o crescimento urbano, fazendo do turismo a principal atividade econômica local.

Assim, este artigo está composto por 5 seções incluindo esta introdução e as considerações. A segunda seção discorre sobre a trajetória do lazer e do turismo desde a antiguidade até a pós-modernidade. Já a terceira seção apresenta o Arquipélago de Mosqueiro e seus aspectos histórico e cultural e a quarta seção veicula os aspectos socioeconômicos da Praça Cipriano Santos e seus desdobramentos como espaço de lazer e turismo.

2 LAZER E TURISMO: PERCORRENDO UMA TRAJETÓRIA

No atual cenário as áreas de lazer e do turismo são atividades que vêm sendo alvo de atenção do cotidiano, uma vez que, o lazer é uma atividade que o ser humano precisa para manter o equilíbrio social e o turismo, enquanto uma de suas vertentes vem sendo praticado de acordo com as realidades hora vigentes no cenário mundial no que tange a questão pandêmica.

Na historicidade do lazer, autores como Mascarenhas (2005) o postula como um fenômeno moderno de sociedades urbano-industriais, porém autores como Campos, Gonçalves e Vianna (1988) os associa ao tempo livre de sociedades primitivas com festas de adorações, rituais de invocações aos deuses e celebrações fúnebres, logo, esse tempo livre está ligado a práticas e manifestações culturais e momentos prazerosos, festivos e lúdicos, existente desde as sociedades mais antigas.

É preciso entendê-lo associado a contextos históricos, ambientais, sociais, culturais e econômicos de civilizações desde a antiguidade, seus processos de conquistas, evoluções e retrações até sua importância na pós-modernidade. Autores como Dumazedier (2004; 2001), Marcelino (2000; 2000a; 2000b), Gomes (2008), Medeiros (1975), Requixa (1977) e Pronovost (2011) debruçam-se sobre as origens históricas da atividade. A antiguidade foi uma fase de grande contribuição para a história da civilização humana, com grandes descobertas e expansão do conhecimento e junto com essas evoluções está o tempo livre. Sobre isso Campos, Gonçalves e Vianna (1998, p. 19) apresentam que:

Os egípcios apreciavam a música e a escritura, divertindo-se com caçadas, enquanto os cretenses preferiam danças, jogos e corridas de touros. Os chineses prezavam também os jogos, as lutas corporais, a equitação e a pintura. Por sua vez, os gregos valorizavam o atletismo, a música, a poesia e o teatro. Os romanos preferiam festins e diversões em hipódromos e arenas. Muitas vezes, essas atividades lúdicas eram usadas como recursos de apaziguamento da inquietação social.

A Idade Média foi marcada por uma economia ruralizada, pelo enfraquecimento comercial, por uma supremacia da Igreja Católica, pelo sistema de produção feudal e por uma sociedade hierarquizada e patriarcal. Mas nem só de trabalho, guerras e religião viviam os homens da Idade Média, o tempo livre era também uma prática da sociedade medieval, que usava o mesmo, muitas das vezes, como válvula de escape para os conflitos e tensões do dia a dia, porém os que mais utilizavam o lazer eram os nobres, pois dispunham de mais tempo e recursos para isso, já os camponeses e servos o máximo de diversão que tinham direito eram as festas religiosas e as comemorações de vitórias militares. Sobre o lazer na Idade Média Campos, Gonçalves e Vianna (1998, p. 19) destacam que “na Idade Média, diminuem as festividades de caráter mais popular. Apenas os senhores feudais se divertem em “justas” e “torneios”, onde exercitam as artes da cavalaria e estimulavam a exibição de jograis e menestréis que cantavam trovas e narravam romances”.

Na modernidade observa-se à consolidação do capitalismo, este no âmbito da fase industrial, quando esta modificaria o cenário do trabalho e das relações sociais, substituindo a mão-de-obra artesanal pelo trabalho assalariado e o uso das máquinas gerando assim mudanças significativas na vida da humanidade. Principalmente quanto à nova forma de trabalho, que anunciava um aumento de tempo livre, decorrentes da Revolução Industrial, mas na verdade esse foi um período de mais imposição de horas trabalhadas e explorações gerando mais tarde grandes lutas e reivindicações pela redução das horas de trabalho e por tempo livre.

A Revolução Industrial foi um importante período de transformações para a humanidade, sobretudo no que tange a relação do homem com as formas de trabalho, e isso tem relação direta com o lazer, pois o indivíduo que trabalha precisa recompor sua mente e seu corpo. A percepção acerca da Revolução Industrial como indutor para o lazer se mostra efetiva, pois é nesse período de transformação que se estabelece a diferença entre o tempo de trabalho e de não trabalho. O lazer propriamente dito nessa época de Revolução Industrial era atividade de uma pequena minoria, no caso a burguesia que tinha recursos e tempo para praticar atividades de lazer. Barretto (1995, p. 60-61) destaca que:

A concentração de riqueza nas áreas urbanas trouxe a emergência de uma nova classe de ricos: banqueiros, financistas, comerciantes; era a primeira vez na história que homens tornavam-se ricos sem necessariamente possuir terra. Estas pessoas foram as primeiras a pensar numa atividade recreativa para fazer nos seus momentos de não trabalho e começaram a viajar intensamente logo que os transportes assim o permitiram.

Em oposição a essa prática dos mais ricos, estavam os operários que não tinham recursos e tão pouco tempo para o lazer já que eram submetidos a exaustivas jornadas de trabalho e o pouco tempo de descanso que tinham utilizavam para descansar ou trabalhavam para complementar a renda mensal. Assim, Avena (2006, p. 10) retrata que “naquela época, o pouco tempo livre era consumido em cada família, em cada taberna, em cada salão, como formas de diversão muitas personalizadas e tecnicamente rudimentares”. Ainda neste contexto Barretto (1995) argumenta que enquanto a sociedade não fazia a separação entre a casa e o trabalho, o conceito de lazer também não poderia existir.

Sobre isso a referida autora aborda que “Será somente no final do século XIX que alguma coisa parecida com o conceito de lazer surgirá. O lazer passará a ser considerado uma necessidade das pessoas, para recompor suas forças de trabalho, [...]” (BARRETTO, 1995, p. 61). Ressalta-se que a Revolução Industrial foi o dinamizador da luta pelos direitos trabalhistas conquistados pela classe trabalhadora (redução da jornada de trabalho, férias remuneradas, melhores condições de trabalho), assim o ser humano consegue obter um tempo livre para desenvolver qualquer atividade que não estivesse atrelada ao trabalho e com isso surge o direito social ao lazer.

Mas o que seria esse direito social ao lazer? Segundo a Constituição Federal Brasileira de 1988 o lazer é um direito social assegurado ao ser humano como veículo de promoção social e cabe à família, ao Estado e a sociedade assegurar esse direito à criança (BRASIL,

1988). Vale ressaltar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) no Brasil apresentam o lazer como uma necessidade humana, ou seja, o lazer assegurado como direito social a todos os cidadãos e deve ser entendido como essencial à vida de toda e qualquer pessoa.

Estamos defendendo que as manifestações de lazer podem contribuir para as mudanças morais e sociais, gerando possibilidades lúdicas, educativas e de desenvolvimento pessoal e social. Portanto, é premente o estabelecimento de redes entre as discussões envolvendo lazer e direitos humanos, uma vez que, o lazer é uma oportunidade frutífera para o exercício da cidadania, bem como um elemento fundamental para uma emancipação social de forma integral. Sendo o lazer, portanto, um direito humano (LUIZ; MARINHO, 2021, p. 50).

O lazer contemporâneo exerce uma intensa atração sobre as pessoas, em todas as idades e camadas sociais, em um sentido mais imediato ele está relacionado com um maior tempo livre entre o trabalho e as obrigações diárias. A prática do lazer cada vez mais está vinculada ao descanso, relaxamento das tensões sociais e de melhoria na qualidade de vida, Marcelino (2006). Uma das características do lazer contemporâneo é a sua flexibilidade e associação com a tecnologia, e por isso são incorporadas novas nuances como o turismo, o entretenimento, a ludicidade e a recreação, que juntos têm por objetivo colocar o indivíduo em estado de lazer.

Camargo (2001, p. 268) faz uma abordagem do lazer contemporâneo destacando que ele engloba três grupos de atividades que são:

- a) O baseado na mídia e desenvolvido basicamente dentro de casa – audiência de rádio e televisão, discos, leituras, jornais e revistas e, mais recentemente, videogame, computador e internet.
- b) O baseado nas relações com os outros e com o ambiente da própria cidade – a frequência a parques, academias de ginástica, teatros, cinemas, bares, restaurantes e danceterias, e o flunar (mais recentemente modelado pela frequência a shopping centers).
- c) O baseado na viagem e na hospedagem fora de casa.

Outra característica do lazer contemporâneo é a facilidade para praticá-lo, isso se dá pela enorme variedade de espaços e de instrumentos que facilitam sua execução, como clubes, praças, parques de diversões, shopping centers, estádios esportivos, bares, restaurantes, boates, espaços de convivência e mais uma infinidade de recursos tecnológicos, diversificam a prática do lazer na atualidade.

Avena pondera que na sociedade atual:

[...] estamos envolvidos com o teletrabalho conectados por meio das redes de informática. Atualmente, o tempo livre é também consumido mediante a utilização de diversos multimeios, na própria residência por intermédio do rádio, da televisão, da Internet com uma interatividade entre todos esses instrumentos (AVENA, 2006, p. 10).

É importante salientar que devido ao cenário da pandemia um dos grupos de atividades supramencionados esteve em grande evidência, pois foi necessário manter o isolamento social, assim sendo, as pessoas precisaram ficar mais em suas residências e nelas usufruir de seu lazer, aumentando as atividades como assistir filmes e séries, *lives* de shows, programas de culinária, ler um livro etc., para passar o tempo e se distrair. Com isso Clemente e Stoppa (2020) destacaram o aumento do consumo por televisores, aparelhos de som, jogos eletrônicos e plataformas de streaming e digitais, o crescimento da audiência dos canais de televisão, o aumento de delivery (alimentos e bebidas) e o aumento de ações dos órgãos públicos como vivências de lazer virtual.

A atividade do lazer movimenta uma parcela importante da economia nacional, também é de suma importância mencionar que há uma infinidade de espaços que tem por finalidade sua prática como parques temáticos, clubes sociais e esportivos, centros de recreação, cinemas, teatros, livrarias, restaurantes, lanchonetes, boates, marinas, estádios esportivos, shoppings centers, hotéis de lazer, campings, trilhas recreativas e as praças públicas. Os espaços de lazer que se tem para a população mais pobre são espaços que carecem de investimentos e melhorias. O lazer no Brasil se transformou e adquiriu formas próprias, é fonte de movimentação econômica e é também objeto de pesquisa de diversas áreas do conhecimento, porém sua prática é diferenciada nas distintas classes sociais, sendo relevante repensar se o lazer de fato está sendo uma garantia ou uma exclusão.

O turismo enquanto uma das vertentes do lazer se propõe a vivenciar as coisas produzidas ao longo da história do ser humano como ser social, e, assim, conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo ser humano. Segundo Gimenes (2010), a experiência turística associa vivências sensoriais (os sentidos), sociais (por exemplo, relações

interpessoais e sentimento de hospitalidade), culturais e econômicas (como a qualidade do serviço-preço e relação custo-benefício dos serviços).

Para Gaeta (2010), o cenário econômico para o turismo é favorável, de modo que sua expansão acarreta o aumento da geração de renda e emprego. A autora também transpõe que para manutenção desta cadeia se faz necessário adaptar-se às mudanças sociais, para que se possa atender as necessidades e expectativas de quem o pratica. Dias (2005) destaca que o turismo vem ganhando cada vez mais notoriedade, sobretudo pelo reconhecimento de que é uma atividade indutora de desenvolvimento, geradora de emprego, de renda e de inclusão social. Dias (2005) ressalta ainda que a atividade turística impacta diretamente na cultura, de modo preservar as heranças culturais pela conservação de atrativos turísticos, a identidade cultural também pode ser fortalecida por meio das diferenças levantadas entre turista e comunidade, onde o sentimento de orgulho de sua identidade é exaltado, além da promoção e tolerância cultural, ou seja, os hábitos e costumes são respeitados de ambos os lados.

Tal atividade surgiu na Inglaterra no século XVII. “A palavra tour é de origem francesa, como muitas palavras do inglês moderno que definem conceitos ligados à riqueza e à classe privilegiada [...] a palavra tour quer dizer volta e tem seu equivalente no inglês turn, e no latim tornare” (BARRETO, 1995, p. 43). A Organização Mundial do Turismo (OMT) (ORGANIZAÇÃO, 2001, p. 38) define que “[...] o turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, por lazer, negócio ou outros”.

Com o passar dos anos toma uma proporção enorme, pois pelas conquistas trabalhistas, a evolução dos transportes, a diminuição do tempo de viagem e a internacionalização da economia, mais pessoas conseguiram viajar, conhecer novos lugares, contactar com outras culturas e viver novas experiências, a exemplo do que vem ocorrendo na Ilha de Mosqueiro. Caracterizar o turismo como forma de lazer é dar a ele uma característica de prática social, pois o lazer serve ou deveria servir para isso. Já que o mesmo é uma forma de utilizar o tempo livre de uma maneira proveitosa.

O turismo não deve ser entendido somente como atividade econômica, deve ser também compreendido como uma prática social de múltiplas faces, pois sua ação é uma forma de relacionamento de comunicação entre as pessoas a partir de seu deslocamento para outros lugares. Neste sentido, em meio a todos os fluxos de serviços inerentes à atividade turística, não pode ser desconsiderado a dimensão das relações humanas as quais é constituído o fazer

turístico, e na Praça Matriz isso se efetiva, esta se torna espaço de encontro com o outro – demais visitantes e moradores locais. Portanto, é possível afirmar que o turismo é uma maneira de ser fazer lazer, por mais que seja uma atividade que na maioria das vezes é de alto custo, sua realização, porém satisfaz a vontade de momentos prazerosos que o ser humano busca. Por meio do turismo é possível relaxar, repousar, entreter-se, descontraí-se e acima de tudo sair da rotina em que se vive.

Dentre as atividades do turismo como forma de lazer, tem-se o turismo de segunda residência que é uma atividade complexa, que favorece inúmeras relações, como Assis (2003, p.110) conceitua “a residência secundária ou segunda residência é um tipo de hospedagem vinculada ao turismo de fins de semana e de temporadas de férias”. Esse tipo de atividade, comum em Mosqueiro, é vista como uma fuga de todo o estresse diário, uma busca de descanso, encontro com familiares e amigos, esse tipo de domicílio é usado como residência para um momento de lazer, os mesmos são na maioria das vezes localizados à beira da praia, utilizada em tempo de veraneio.

Observa-se que o turismo de segunda residência, está associado ao lazer, devido a sua atividade turística que tem sido um fenômeno local, onde as pessoas se destinam a uma localidade para a realização de atividades de ócios e entretenimento. Essa atividade é uma grande fonte geradora de economia com a venda ou aluguel desse tipo de residência, mesmo sendo por períodos momentâneos, principalmente em altas temporadas. Ressalta-se ainda que a mesma além de mobilizar a infraestrutura local, movimenta os espaços e equipamentos de lazer existentes na Bucólica.

3 O ARQUIPÉLAGO DE MOSQUEIRO

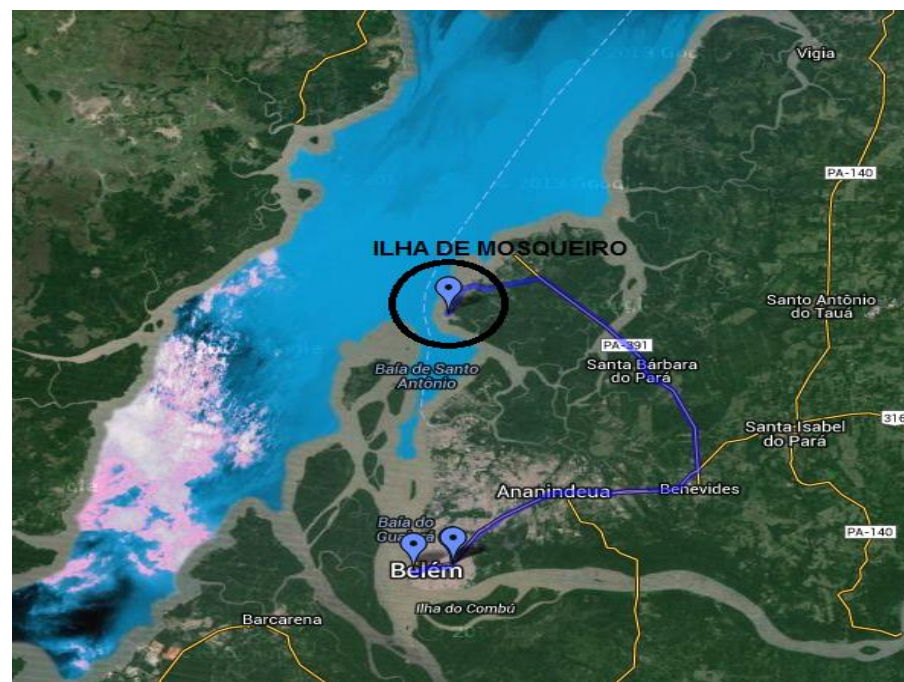
Mosqueiro se configura como o principal local de lazer e turismo da Região Metropolitana de Belém, facilitado pela proximidade com a capital o configura como o balneário de preferência dos moradores da região e um dos principais atrativos turísticos do Estado do Pará. Integra do grande estuário do Rio Amazonas e localiza-se na costa do Rio Pará que é braço sul do Rio Amazonas, e de frente para a Baía do Marajó, que a banha em conjunto com a Baía de Santo Antônio que fica entre Mosqueiro e a Ilha do Outeiro ou de Caratateua, é banhada também pela Baía do Sol que separa Mosqueiro da Ilha de Colares e por fim é separado do continente pelo Furo das Marinhas,

(figura 1). Venturieri (1998) informa que a Ilha do Mosqueiro tem uma área aproximada de 220 Km² ou 11 hectares, o que corresponde a 41% (quarenta e um por cento) da área do município de Belém,

[...] é a maior das 39 ilhas que, juntamente com a área continental, compõem o município de Belém, capital do Estado do Pará. Está situada na microrregião Guajarina em um típico ambiente estuarino com influências marinhas, possuindo 17 Km de praias de água doce. Localiza-se geograficamente entre as coordenadas 01° 04' a 01° 14' de latitude sul e 48° 19' a 48° 29' de longitude oeste de Greenwich, com altitude média de 15 metros acima do nível do mar (VENTURIERI, 1998, p. 248).

Assim a ilha configura-se como lócus bastante heterogêneo quanto aos aspectos ambientais, socioeconômicos e atividades desenvolvidas ligadas ao turismo haja vista a existência de vinte praias de água doce com ondas similares as das praias oceânicas, além de balneários e igarapés e uma história riquíssima, assim como sua cultura e sua gente hospitaleira.

Figura 1: Localização da Mosqueiro.



Fonte: Google Imagens, 2014.

“Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população residente gira em torno de 30.000 habitantes. Por se tratar de importante balneário, em períodos de férias escolares sua população chega a alcançar 400.000 pessoas” (BRANDÃO, 2006, p. 7). De acordo com Meira Filho (1978), a denominação Mosqueiro é oriunda do termo moqueio⁵, que se modificou em muqueio, mosqueio, até assumir a forma atual. Autores como Meira Filho (1978) e Penteadó (1968) traçam a trajetória histórica da localidade, a partir de tais autores Pereira; Souza e Barbosa (2021, p.25) expõem que

em mapas do século XVII já se fazia referência à ilha, conhecida anteriormente como Ilha de Santo Antônio, habitada pelos índios Morubira, que deram nome à atual Praia do Murubira. Geograficamente, era conhecida por suas pontas, como a Ponta do Chapéu Virado, uma das mais importantes e prósperas; no entanto, é na Baía do Sol onde moram os habitantes mais antigos de Mosqueiro.

Segundo Silva Júnior (2007) a história de Mosqueiro se confunde com a história da colonização da Amazônia, particularmente do Estado do Pará e de sua capital. No século XIX a então vila de pescadores, depara-se com o turismo, consolidando-se como principal espaço de casas de segunda residências para fins de lazer, e no século XX sofre transformações de mais de todas as ordens, passando de um entreposto comercial para um dos destinos turísticos mais expressivos da região, sendo denominada também de “Bucólica” pois “ por muito tempo, as dificuldades de transporte para a ilha, limitavam a vinda de pessoas a um pequeno grupo da elite, que dispunha de embarcações próprias e de condições financeiras para a construção das casas de veraneio” (CARDOSO, 2000, p. 80).

O processo de mobilidade e acesso a ilha foi facilitado pela construção da ponte Sebastião Salgado de Oliveira em 1976 ligando Belém a Mosqueiro pelo modal rodoviário, e que anteriormente era feito pelo modal rodo fluvial ou fluvial (navios, balsas e *ferry boat*). Tal processo facilitou o acesso às 19 (dezenove) praias fluviais existentes na ilha, e destas as mais frequentadas são Murubira, Chapéu Virado e Farol. Na orla das mesmas ainda podem ser encontradas construções e chalés que pertenciam às ricas famílias no início do século XX (figuras 2 e 3).

⁵ Técnica de assar os alimentos em folhas

Figura 2: Orla de Mosqueiro-Chapéu Virado.



Fonte: Pará, 2022.

Figura 3: Chalé (1905).



Fonte: Pereira; Souza, 2018.

A necessidade de relaxamento do morador urbano de Belém e a de procura por espaços tranquilos que aliviassem as tensões diárias e lhe desse descanso, foram os elementos indutores pela Bucólica. A proximidade de Belém, e por estar inserida no estuário do Rio Amazonas, lhe garantem um conjunto de características socioambientais próprias da realidade amazônica, sobretudo no que tange à natureza.

Meira Filho (1978, p. 44) destaca que Mosqueiro foi abrigo por longo período de “raras personalidades estrangeiras que procuravam, ali, respirar melhor e deleitar-se com as belezas do lugar”. Franceses, alemães e ingleses escolhiam as praias de Mosqueiro para passar o final de semana, passando a mesma a ser também frequentada pela elite belenense, passando a tomar Mosqueiro como um espaço de lazer devido a sua tranquilidade e segurança presentes na ilha.

Mosqueiro passa a ser um local de importância para o lazer da elite da capital, logo o Poder Público interfere na dotação de infraestrutura para o desfrute dessa elite promovendo ações municipais para esse fim, uma dessas ações de acordo com Nóbrega (2007) foi à transferência da administração do distrito que antes era parte da Freguesia de Benfica e em 1901 passa a ser distrito de Belém. Para Cardoso (2000, p. 78) “Tais fatos expressam a preocupação do Estado em disciplinar e controlar o domínio das terras que assumiam nova valoração no contexto da *belle époque*, ou seja, a partir da função social emergente desse

território”. Assim a Bucólica urbaniza-se “é dessa época, também, a construção do Mercado Municipal, Delegacia de Polícia, sede da Agência Distrital e dos Correios” (CARDOSO, 2000, p. 79). Por outro lado os comerciantes também passaram a investir em Mosqueiro construíram algumas lojas de comércio e de varejo para atender a população nativa e os visitantes, consolidando a ilha como local preferido para o desfrute do lazer da população da capital.

Hoje Mosqueiro se configura como em uma perspectiva urbana, a turistificação e ocupação da ilha, serviços, estrutura, transporte e modernização, confere-lhe um outro perfil, associado ao lazer e ao turismo não planejado e massificado. Como resultado

[...] vem sofrendo grandes e significativas mudanças no seu cenário social, cultural, ambiental e econômico. No aspecto socioeconômico, a população de aproximadamente 28 mil habitantes sofre com o fluxo migratório desenfreado. Devido ao conseqüente crescimento populacional, a ilha enfrenta cada vez mais problemas estruturais e sanitários, principalmente pela falta de investimento por parte do poder municipal (PEREIRA; SOUZA; BARBOSA (2021, p.26).

O turismo e seus desdobramentos e demais atividades presentes em Mosqueiro não conseguem absorver de maneira efetiva a mão-de-obra local, assim como determinadas necessidades como ensino, emprego e saúde dentre outras, estabelecendo uma intensa mobilidade entre a ilha e o continente.

4 A PRAÇA CIPRIANO SANTOS (PRAÇA MATRIZ OU PRAÇA DA VILA)

A Praça Cipriano Santos ou Praça Matriz ou Praça da Vila é um dos locais que mais identifica o “ser” Mosqueirense. Sua história está diretamente ligada ao desenvolvimento econômico e político de Mosqueiro. Meira Filho (1978, p. 40), evidencia a realidade da vila no ano de 1885, destacando que nesse ano Mosqueiro contava com “40 casas de telha, algumas de palha, dispostas em uma larga praça e duas ruas, igreja pequena, cemitério, 3 casas de negócios, 2 escolas públicas, 2 padarias, 1 foguetaria, 500 habitantes na povoação, [...]”. Presente desde o século XIX tal espaço foi se ampliando e se adequando as mudanças correntes na ilha, passando a se constituir no núcleo principal de encontros e serviços existentes em seu entorno.

De acordo com Pereira e Mendes (2013, p. 55)

[...]esse logradouro público é conhecido como Praça da Matriz desde 1868, quando o Cônego Manuel José de Siqueira Mendes, primeiro Vice-Presidente da Província do Grão-Pará, criou a Freguesia de Mosqueiro, sendo a Capela da Irmandade de Nossa Senhora do Ó, transformada na principal igreja da ilha, cuja inauguração ocorreu em 1914.

Por se tratar de um espaço bem frequentado a Praça da Matriz foi ganhando mais importância, era ponto de saída e de chegada dos navios que atracavam no trapiche da Vila, era o terminal do ferro-carril que transportava os visitantes e moradores da vila até a Praia do Chapéu Virado além de ficar em frente do mercado, da delegacia, da sede da Prefeitura Distrital, dos Correios e da Igreja de Nossa Senhora do Ó. Dessa forma a Praça da Matriz foi por muito tempo porta de entrada da ilha.

Na segunda metade do século XX na década dos anos de 1970, iniciaram as obras de “embelezamento” da praça dando-lhe um ar de modernidade para o local. Foram construídos caramanchão nos anos 1970 e chafariz nos anos 1980. Tais estruturas não existem mais, ficando somente na recordação das pessoas que viveram nessa época e na história da praça. Outros atores foram incorporados como as barracas das vendedoras de comidas típicas paraenses, a tapiocaria⁶, o espaço de vendas de brinquedos e utilidades e por fim os frequentadores da praça que se instalam no local a noite. Essa prática dos frequentadores da Praça da Vila lhe confere características próprias e contribui cada vez mais na construção de sua história.

É expressivo o número de pessoas que circulam por esse logradouro principalmente nas épocas de alta temporada⁷ e em menor escala nos finais de semana durante o ano. É perceptível que a praça é local frequentado por visitantes e moradores ao se observar a movimentação nos locais que vendem comidas típicas e nos seus arredores. É comum observar os frequentadores do local sentados no gramado e nos corredores da praça em cadeiras de praia como uma extensão da sala de estar da casa dos mesmos, hábito esse que é característico do local. Os bancos e o gramado são utilizados como acento na praça que se

⁶ Espaço construído para abrigar as vendedoras de tapioca, café, mingau etc. um dos relevantes atrativos do turismo gastronômico na ilha.

⁷ Períodos de férias escolares, carnaval, Círio de Nossa Senhora do Ó e feriados prolongados.

torna uma grande sala de estar propiciando para estas descontraídas conversas até tarde da noite. Tal prática envolve pessoas de todas as idades, as mesmas ficam conversando, rindo, brincando, jogando, degustando das iguarias da praça ou simplesmente sentados observando o movimento do local.

A gastronomia da Praça da Vila é de grande importância para a frequência de visitantes ao lugar. No seu entorno e ruas circunvizinhas e transversais também se pode identificar uma movimentação expressiva de pessoas. O serviço de alimentação é bastante diversificado no local, sendo possível encontrar diversos tipos de sabores com destaque para o regional, e degustar comidas que não tem sua base na gastronomia brasileira.

A praça (figuras de 4 a 9) é dividida em três espaços. O primeiro é o espaço do coreto, que tem como atrativos a tapiocaria, as barracas de venda de comidas típicas, o local que vende brinquedos/variedades e o referido coreto no centro, esse espaço da Praça da Vila é o mais movimentado por ficar em frente para os equipamentos de maior movimento da ilha como a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Ó, Terminal Rodoviário, Mercado Distrital, banco e posto de combustível. O segundo espaço da Praça Cipriano Santos é o que fica a área de recreação infantil e a academia ao ar livre, em frente a esse ponto tem o Centro Cultural Praia Bar, que é uma feira de artesanato que funciona aos finais de semana, o Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém (IPAMB), o Hotel Santo Antônio, alguns bares, restaurantes, lanchonetes, pizzarias, sorveterias e umas poucas residências domiciliares.

Figuras de 4 a 9: Aspectos da praça.



Fonte: Diémison Albuquerque, 2014.

O terceiro espaço da Praça Cipriano Santos fica de frente para à Praia do Areão e para o Trapiche Municipal, dividido em dois níveis um mais alto nivelado com o restante da praça e um mais baixo no nível da praia. Nos arredores tem uma casa de shows, a unidade de base móvel da Polícia Militar do Pará que faz a segurança da mesma e bares, na parte mais baixa tem nove quiosques que vendem bebidas e lanches, no local mais baixo quando a maré está muito forte é possível ver as ondas baterem na mureta que separa a praça da praia.

Com relação ao perfil dos frequentadores da praça, a pesquisa evidenciou que prevalecem os casados, de 30 a 59 anos, com ensino médio ou superior completos com renda familiar acima de um salário mínimo para os visitantes e até um salário para os moradores locais. Dos entrevistados 43% são residentes de Mosqueiro e os demais 57% não residiam na

ilha. Sobre o objetivo que os levaram ao logradouro 61% afirmou que foi por motivo de lazer, 14% pela culinária que é vendida na praça, 4% para comprar brinquedos e artesanatos e 21% por outros motivos que não identificaram. Observa-se a partir desses dados que uma expressiva porcentagem dos frequentadores identifica a Praça Cipriano Santos, como lócus de lazer.

Acerca dos serviços ligados direta ou indiretamente com a atividade do turismo como atendimento, segurança, limpeza da praça e a qualidade dos produtos e serviços oferecidos no logradouro, 36% consideraram a prestação dos serviços turísticos Bom, 33% Regular, 21% Ruim e apenas 10% consideram os serviços ligados ao turismo na Praça Cipriano Santos Excelente. Considerando esses dados sobre a avaliação dos serviços da Praça Cipriano Santos por seus frequentadores, entende-se que por mais que o local seja bem demandado, os frequentadores não avaliam de forma positiva os serviços ligados ao turismo no local.

A infraestrutura e os serviços disponibilizados na Praça Cipriano Santos foram avaliados, e 46% dos frequentadores os consideraram Regular, 29% como Boa, 14% Ruim e 11% avaliam como Excelente. Mais uma vez é possível identificar que apesar do grande movimento na Praça Cipriano Santos o grau de satisfação da mesma não é satisfatório. O atendimento nos locais que comercializam alimentos e bebidas na praça foi avaliado como Bom (39%), 35% considerado Regular, 14% Ruim e em 12% Excelente, evidenciando a necessidade de aprimoramento e qualificação dos serviços e do atendimento prestados.

Associado a este cenário e apesar de ser um local de relevante fluxo de pessoas a Praça Cipriano Santos precisa de algumas melhorias estruturais, como a acessibilidade para pessoas com deficiências, idosos e crianças, a falta de pavimentação em alguns locais da praça, rampa para cadeirantes sem manutenção e sem sinalização. Outra questão estrutural que precisa de atenção são as lixeiras, que dependendo do ponto que se esteja às mesmas são poucas e insuficientes quando aumenta o fluxo de visitantes, no entanto a limpeza do logradouro é realizada diariamente e é de responsabilidade da Agência Distrital de Mosqueiro por meio do Departamento de Limpeza.

A Praça Matriz conta com espaço de lazer infantil considerado em bom estado de conservação, porém os brinquedos são poucos e não muitos diversificados, como tentativa de suprir tal situação, particulares instalam brinquedos infláveis e de outras categorias, pagos, para atender a demanda infantil. Geralmente em alta temporada, o poder público organiza programações culturais no coreto da praça. O equipamento disponível pela Secretaria

Municipal de Esporte, Lazer e Juventude do Município de Belém para prática esportiva Academia ao Ar Livre está muito deteriorado, haja vista a falta de manutenção dos mesmos bem como inexistência de profissionais qualificados para orientação de seu uso.

Apesar da Praça Cipriano Santos se constituir em um lazer para os moradores e visitantes de Mosqueiro é perceptível que esse espaço público carece de melhorias estruturais. É dever do Poder Público Municipal realizar as obras e as manutenções necessárias para que ela se consolide como atrativo para o uso da população local e de visitantes que por ela transitam sazonalmente. Cabe aos frequentadores zelar por esse logradouro, que é agradável visitar, pois a Praça da Vila continuará a ser um local de lazer e turismo para quem mora e visita a Ilha do Mosqueiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O lazer é uma conquista que a cada dia deve ser valorizada e consolidada pela sociedade, não só como uma conquista social, mas como direito do indivíduo que precisa de momentos de relaxamento, repouso, descontração, diversão ou simplesmente descansar, se constituindo em uma contribuição fundamental para o desenvolvimento integral do ser humano. O Turismo por sua vez se configura predominantemente como uma atividade econômica, entretanto, agrega um conjunto de aspectos que são necessários para seu funcionamento (social, cultural, ambiental, histórico etc.). Com o passar dos anos, sua consolidação e a necessidade de uma infraestrutura básica para sua realização passam a gerar direta ou indiretamente desdobramentos para o local, envolvendo a mobilidade urbana, abertura de postos de trabalho, crescimento da cadeia produtiva e aponta a necessidade de um planejamento racional e contínuo, para que seus efeitos deletérios sejam minimizados.

Os resultados obtidos neste trabalho apontam que a Praça Cipriano Santos (Praça Matriz ou Praça da Vila) está presente nos relatos históricos desde o final do século XIX como espaço de lazer e encontro da população da época. Dispõe de um alto potencial atrativo, tendo sido moldada para atender as necessidades dos visitantes. Constitui-se em umas das poucas praças locais que tem um mínimo de planejamento e uma expressiva oferta de serviços e gestão urbana.

Em seu entorno tem-se a Igreja Matriz, Mercado Municipal, casas bancárias, restaurantes, pousadas, correio, terminal rodoviário, o trapiche e parte da Praia do Areão,

constituindo-se como espaço vital para a dinâmica da ilha, no entanto, há um déficit na questão de infraestrutura, devido ao fato de que alguns pontos da praça se encontram inapropriados para portadores de necessidades especiais, os quais precisam de uma acessibilidade adequada. No transcorrer da história da Praça da Vila ela foi zoneada em setores, onde outros atores foram incorporados como as barracas das vendedoras de comidas regionais, as tapioqueiras e vendedores de demais produtos gastronômicos, vendas de brinquedos, bijuterias e utilidades, além de vendedores informais que transitam com seus produtos na mesma.

Os frequentadores da praça se alocam nos gramados dos canteiros e nos seus corredores a partir do final da tarde com cadeiras de praia e tapetes, que são usados como assentos de uma grande sala de estar, propiciando-lhes descontraídas rodas de conversas até tarde da noite, algumas vezes com apresentações de músicas no coreto central. Essa prática dos frequentadores da Praça da Vila lhe confere características próprias sendo apontada pelos entrevistados como espaço de lazer e de atratividade turística. No entanto os frequentadores da Praça Cipriano Santos ao avaliarem os serviços e a infraestrutura disponibilizados no local os avaliam como regular e que a prestação de serviços no local poderiam ser melhor executados e melhorados.

Outro resultado que ficou evidente é que a grande frequência e movimentação de pessoas no espaço não refletem na avaliação que estes dão para a infraestrutura e serviços da praça. Contudo, apesar de algumas dificuldades de infraestrutura e serviços a Praça Cipriano Santos é um local agradável e bem-visto pela grande maioria dos frequentadores e visitantes que utilizam seu espaço para o lazer e turismo. Com relação ao poder público local, se faz necessário que a Agência Distrital dê maior atenção na manutenção da mesma bem como na realização de mobilização dos trabalhadores, frequentadores e visitantes em prol da conservação do logradouro que é patrimônio de todos que visitam ou moram em Mosqueiro.

A garantia do lazer para a sociedade deve ser uma busca constante do poder público e do próprio ser humano. Aos gestores públicos cabe democratizar o lazer e garantir espaços para sua prática, espaços esses que devem ser democráticos e sem exclusões. No que tange a sociedade cabe cobrar dos gestores públicos essa democratização e inclusão para todos e principalmente ter clareza que as práticas de lazer são um direito e necessidade do ser humano para obtenção da qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Lenilton Francisco de. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território** – Rio de Janeiro – Ano VII – nº 11, 12 e 13 – set./out., 2003. Disponível em: http://artigoscientifico.tebas.kingghost.net/uploads/artc_1158349190_47.pdf. Acesso em: 03 jun. 2014.
- AVENA, B. M. **Turismo, educação e acolhimento**: um novo olhar. São Paulo: Roca, 2006.
- BRANDÃO, E. A história de um arquipélago singular no estuário amazônico. **Revista Ilhas Amazônicas**, Belém, v.1, n.1 Inaugural, p. 7-11, janeiro 2006.
- BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas-SP: Papirus, 1995.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 fev. 2022.
- CAMARGO, L. O. de L. **Sociologia do lazer**. 2ª Ed. São Paulo-SP: Editora SENAC São Paulo, 2001.
- CAMPOS, L. C. de A. M.; GONÇALVES, M. H. B.; VIANNA, M. da C. de O. **Lazer e recreação**. Rio de Janeiro: Editora Senac Nacional, 1998.
- CARDOSO, M. da P. A. **Ilha do Mosqueiro**: cenários de lutas Amazônidas na trilha de sua sobrevivência. Belém: UFPA, CSE. Curso de Serviço Social, 2000.
- CLEMENTE, A. C. F.; STOPPA, E. A. Lazer doméstico em tempos de pandemia da Covid-19. **Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer-UFMG**. Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 460-484, set/2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/25524>. Acesso em 20 abr. 2022.
- DIAS, R. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.
- DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: SESC e Ed. Perspectiva, 2001.

GAETA, C. Turismo de experiência e novas demandas de formação profissional. *In*: PANOSSO NETO, A.; GAETA, C. (org.). **Turismo de experiência**. 1. ed. São Paulo: Editora Senac, 2010.

GIMENES, M. H. S. G. Sentidos, sabores e cultura: a gastronomia como experiência sensorial e turística. *In*: PANOSSO NETTO, A.; GAETA, C. (org.). **Turismo de experiência**. 1ed. São Paulo: SENAC, 2010.

GOMES, C. L. **Lazer**: trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas. Belo Horizonte: UFMA, 2008.

LUIZ, M. E. T.; MARINHO, A. Lazer e direitos Humanos no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 38-54, mai./ago., 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/35002>. Acesso em: 20 abr. 2022.

MASCARENHAS, F. **Entre o ócio e o negócio**: teses acerca da anatomia do Lazer. 2005. 308 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <https://silو.tips/download/fernando-mascarenhas-entre-o-ocio-e-o-negocio-teses-acerca-da-anatomia-do-lazer>. Acesso em: 21 abr 2022.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e humanização**. 4ed. , Campinas: Papyrus, 2000.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer**: uma introdução. 2ed. , Campinas: Autores Associados, 2000a.

MARCELLINO, N. C. (Org.) **Lazer**: formação e atuação profissional. 3ed. , Campinas: Papyrus, 2000b.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer**: uma introdução. 4. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

MEDEIROS, E. B. **O Lazer no planejamento urbano**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1975.

MEIRA FILHO, A. **Mosqueiro, ilhas e vilas**. Belém: Grafisa, 1978.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Introdução ao turismo**. Tradução: Dolores Martins Rodriguez Córner. São Paulo: Roca, 2001

PEREIRA, C. C. R.; SOUZA, M. C. N. de; BARBOSA, H. D. de A. A tapiquinha de Mosqueiro (Belém-PA): memórias e usos turísticos. *Revista*

Turydes: Turismo y Desarrollo, n. 30 (jun. 2021). Disponível em:

<https://www.eumed.net/es/revistas/curydes/vol-14-no-30-junio-junho-2021/tapioquina-mosqueiro>. Acesso em 15 abr. 2022.

TAVARES, M. G. da C. et al. Turismo e desenvolvimento local em uma ilha fluvial na Região Metropolitana de Belém: o caso da ilha de Mosqueiro na Amazônia brasileira. **Revista Universitária de Geografia**, 16(1), 2007, p.125-145. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=383239097006>. Acesso em 15 abr. 2022.

PARÁ Obra Prima da Natureza. **Sol e praia Mosqueiro**. Disponível em: http://www.paraturismo.pa.gov.br/vejamos_solepraia/belem/mosqueiro. Acesso em: 15 abr. 2022.

PENTEADO, A. R. **Belém: estudo de geografia urbana** (v. 2). Belém: UFPA, 1968. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo).

PEREIRA, C. C. R.; SOUZA, M. do C. N. de. **As tapioqueiras de Mosqueiro (Belém-Pa): memórias e potencialidades turísticas da atividade**. 2018, 101f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo). Faculdade de Turismo. Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

PEREIRA, F. A. A.; MENDES, M. B. P. **Mosqueiro: uma viagem ao passado**. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2013.

PRONOVOST, G. **Introdução a sociologia do lazer**. São Paulo: SENAC, 2011.

REQUIXA, R. **O lazer no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1977.

SILVA JÚNIOR, A. S. S. **Universidade Federal do Pará: redes técnicas, turismo e desenvolvimento socioespacial na Ilha de Mosqueiro, Belém – Pará**. 2007. 119 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2007.

VENTURIERI, A. et al. Avaliação da Dinâmica da Paisagem da Ilha do Mosqueiro, Município de Belém, Pará. In: 9 SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, Santos de 11 a 18 de setembro 1998. **Anais...** Santos: INPE, p. 247-256.

BOLSISTAS VOLUNTÁRIOS NO ENSINO REMOTO: UMA EXPERIÊNCIA NA DISCIPLINA PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS DO IFCE - CAMPUS BATURITÉ

Marcelo Lima dos Santos¹
Temilson Costa²

1 INTRODUÇÃO

Entender a monitoria como oportunidade de estimular o aluno quanto ao interesse pelo ensino, como também incentivando a participação em atividades práticas realizadas em sua vida acadêmica, esta é a proposta que se apresenta neste trabalho, como forma de maior engajamento dos discentes, possibilitando situações extracurriculares que o conduzam à plena formação científica, técnica, cidadã e humanística, sendo este o objetivo determinado pelo IFCE *campus* Baturité para o Edital N° 6/2021 da Monitoria Voluntária em 2021.

Neste sentido, apresenta-se com a elaboração deste artigo, uma proposta de relatar a experiência vivenciada por um discente da monitoria voluntária, ocorrida no ensino remoto, possibilitando ao bolsista relacionar a teoria e a prática no processo de ensino e de aprendizagem, na disciplina Planejamento e Organização de Eventos, do curso de Tecnologia em Hotelaria do IFCE *campus* de Baturité. Permitiu ao mesmo auxiliar o professor e outros alunos a planejar, elaborar e executar um evento virtual, realizado através do Google Meet, nos dias 28 e 29/06/2021.

Vale salientar que os bolsistas acompanharam todo o processo de articulação no sentido de desenvolver e organizar o evento, disponibilizando informações que facilitaram a comunicação entre o professor, monitores e os alunos da disciplina Planejamento e Organização de Eventos. Proporcionou também a utilização de ferramentas que permitiram maior engajamento e facilidade na comunicação entre o bolsista e alunos da disciplina,

¹Acadêmico do curso Tecnologia em Hotelaria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará IFCE *Campus* Baturité. <http://lattes.cnpq.br/4322036063140589>. E-mail: marcelobte35@gmail.com.

²Turismólogo. Mestre em Educação Profissional e Tecnológica. Especialista em Docência na Educação Profissional, Gestão Estratégica e Educação Ambiental. Professor EBTT do IFCE *Campus* Baturité. <http://lattes.cnpq.br/7403452725090187>. E-mail: costatemilson@gmail.com.

utilizando-se de ferramentas como o WhatsApp, e-mail institucional, Google Meet e Google Classroom.

Como objetivos específicos buscou-se auxiliar os alunos em atividades remotas propostas em sala de aula virtual; desenvolver atividades com o professor orientador no sentido de proporcionar maior integração nas aulas; relacionar a teoria e a prática no processo de ensino e de aprendizagem; e transmitir conhecimentos através de práticas pedagógicas realizadas na disciplina Planejamento e Organização de Eventos.

O evento debateu o Turismo, a Hospitalidade e a Gastronomia, evidenciando a importância da prática pedagógica, quando refletiu as dificuldades enfrentadas pelos palestrantes em suas atividades profissionais. Também oportunizou colocar em prática os aspectos disponibilizados na ementa da disciplina, pois além de desenvolver eventos acadêmicos de forma virtual, permitiu-se uma experiência diferente de aprender e ensinar, diante dessa nova realidade de ensino remoto.

Como resultados alcançados na disciplina de Planejamento e Organização de Eventos, o projeto final do evento foi intitulado “DESAFIOS PROFISSIONAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA: experiências vivenciadas nas áreas de Hotelaria e Gastronomia”, percebe-se que a execução da atividade proporcionou grande aprendizagem aos alunos, que ao realizar uma avaliação do evento, conseguiram um feedback sobre a atuação e a participação de cada aluno neste desafio de realizar um evento virtual.

Outro fator que vale destaque trata-se da oportunidade de se proporcionar momentos de aprendizado por parte dos bolsistas, e participar de atividades dessa natureza, no ensino remoto, tornou-se uma maneira de propiciar uma educação mais participativa e integrada, facilitando o entendimento do aluno no planejamento e execução de um evento de boa qualidade.

2 O PROGRAMA DE MONITORIA VOLUNTÁRIA NO IFCE

A monitoria é um recurso acadêmico em que os discentes dão suporte ao docente orientador e aos alunos de um determinado componente curricular que o aluno bolsista já cursou.

Conforme o Art. 1º da Resolução Nº 76, de 09 de setembro de 2019, a Monitoria no IFCE é:

Uma atividade auxiliar a docência exercida por discentes regularmente matriculados em cursos técnicos e de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, e que atendam às condições deste Regulamento. (IFCE, 2019, p.1)

Este envolvimento do aluno monitor em atividades pedagógicas, juntamente com o docente orientador, se torna algo importante para formação acadêmica do bolsista, como também, para os discentes que são acompanhados nas disciplinas escolhidas para ter esse tipo de ação, o que possibilita melhor desenvolvimento das atividades acadêmicas propostas nas ementas da disciplina coordenada pelo professor orientador.

Segundo Garcia, Filho e Silva (2013, p. 977) “a monitoria acadêmica constitui-se em uma modalidade de ensino-aprendizagem que atende às necessidades de formação universitária”. Então, essa participação do estudante em programas de monitoria serve para impulsionar ações educativas que superem as necessidades e obstáculos existentes no processo de ensino e aprendizagem, além de proporcionar o desenvolvimento e melhor adequação do conhecimento nos componentes curriculares em que a ação educacional é realizada.

Neste sentido, e conforme o Art. 2º do Programa de Monitoria do IFCE (2019) entende-se a monitoria como:

Uma ação pedagógica institucional contemplada no Programa de Permanência e Êxito que visa à melhoria do ensino e da aprendizagem e, por conseguinte, à elevação do índice de permanência e êxito dos estudantes matriculados nos cursos técnicos e de graduação ofertados pelo IFCE. (IFCE, 2019, p.1)

Verifica-se, pois, que a monitoria ocorre como forma de aproximar os estudantes de metodologias pedagógicas que permitem relacionar a teoria e a prática, como forma de melhor desenvolver a ação docente, conseqüentemente, determinando uma aproximação do discente com a própria comunidade acadêmica, melhorando o seu aprendizado e a ação pedagógica em sua área de formação.

Essa participação do discente em projetos de monitoria ajuda o mesmo a desempenhar atividades que possibilitam um melhor aproveitamento do seu rendimento educacional, além de proporcionar aos alunos das disciplinas contempladas com o programa, uma adequação das atividades realizadas entre discentes, que permitem ao aluno monitor prestar o serviço de atendimento para tirar dúvidas e auxiliar na ampliação dos conhecimentos dos conteúdos trabalhados no componente curricular em sala de aula.

Destarte, o Programa de Monitoria do IFCE é regulamentado pela Resolução Nº 76, de 09 de setembro de 2019, que possui os seguintes objetivos:

- I. favorecer a melhoria do processo de ensino-aprendizagem e, por conseguinte, a permanência e o êxito estudantil;
- II. prestar suporte ao professor orientador no desenvolvimento das práticas pedagógicas e de novas metodologias de ensino, bem como na produção de material de apoio, com o fim de aprimorar o processo de ensino e aprendizagem;
- III. propiciar ao estudante maior aprofundamento do conhecimento no componente curricular para o qual foi selecionado como monitor;
- IV. estimular o monitor quanto ao interesse pelo ensino e quanto à participação na vida acadêmica em situações extracurriculares e que o conduzam à plena formação científica, técnica, cidadã e humanística;
- V. estimular a participação do discente na vida acadêmica mediante atividades que envolvam pesquisa, execução de projetos e apoio à docência;
- VI. oportunizar ações cooperativas entre os discentes, contribuindo para uma aprendizagem mútua e colaborativa;
- VII. despertar o interesse pela docência. (IFCE, 2019, ps. 1 e 2)

A partir desses objetivos destacados, percebe-se que a relação existente entre a teoria e a prática encontra-se atrelada ao processo do ensino e da aprendizagem, permitindo aos alunos bolsistas, e aos discentes contemplados nas disciplinas participantes dos programas de monitoria, uma melhor adequação daquilo que é proposto nos programas dos cursos e componentes curriculares em que a ação educacional é desenvolvida.

3 A MONITORIA VOLUNTÁRIA E O ENSINO REMOTO NO IFCE CAMPUS BATURITÉ

Detectada inicialmente na China, e identificada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como um surto emergencial de Saúde Pública de Importância Internacional, a disseminação comunitária da COVID-19 mudou a rotina da sociedade em todos os Continentes. Dentre os vários aspectos ocasionados por essa doença, a OMS recomendou três

ações básicas no sentido tentar amenizar os efeitos dessa pandemia, assim definidos: isolamento e tratamento dos casos identificados, testes massivos e distanciamento social.

Observa-se, portanto, que no decorrer desse período de isolamento social, várias Portarias e Medidas Provisórias foram apresentadas pelo Governo Federal levando as Instituições de Ensino adotar providencias em relação as suas ações pedagógicas.

No dia 17 de março de 2020, por meio da Portaria nº 343, o Ministério da Educação (MEC) se manifestou sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia da COVID-19, para instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino. Posteriormente, tal Portaria recebeu ajustes e acréscimos por meio das Portarias nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 356, de 20 de março de 2020. (BRASIL. MEC. Parecer CNE/CP Nº: 5/2020).

No IFCE, a Resolução Nº 11, de 31 de maio de 2020, aprova os procedimentos para o retorno às aulas de forma remota, ocorrendo gradativamente, de acordo com as providencias estabelecidas, de forma que os alunos não saíssem prejudicados. Neste sentido, o suporte de comunicação no IFCE se deu através de aulas planejadas no Google Classroom utilizando como ambiente virtual a plataforma do Google Meet. (IFCE, 2020).

Essa metodologia de ensino forçou os docentes e discentes a aprender a utilizar ferramentas inovadoras, com a finalidade de manter as aulas atrativas e que, didaticamente, não prejudicasse o rendimento do aluno. Neste sentido e de acordo com a proposta do IFCE o docente praticou um movimento de ação-reflexão-ação, fundamental para o êxito do processo ensino-aprendizagem, e essa adaptação foi primordial para o repasse do conhecimento durante o ensino remoto.

Baseado nisso, docentes viram a oportunidade de envolver os discentes em suas atividades pedagógicas, convidando-os a participar do processo seletivo de bolsas voluntárias, visando melhor adequar a sua ação pedagógica, além de possibilitar uma melhor participação dos discentes no processo de ensino e de aprendizagem.

Neste sentido, o Prof. Temilson Costa, responsável pela disciplina Planejamento e Organização de Eventos, do curso de Tecnologia em Hotelaria, do IFCE *campus* Baturité, disponibilizou vagas para bolsistas voluntários, iniciado a partir do processo de seleção de monitores. Esta ação contribuiu com o desenvolvimento dos alunos no repasse de informações, nos atendimentos aos colegas e buscando maior proximidade entre os discentes, auxiliando neste processo, mesmo que realizado de forma virtual.

Com essa proposta, o docente conseguiu motivar os alunos e agregar valor a disciplina ministrada, permitindo que as ferramentas digitais se tornassem parte do processo educativo, fator essencial na busca de novas formas de revolucionar o ensino, tornando as aulas mais participativas e atrativas.

Portanto, e de acordo com o papel da monitoria, principalmente no ensino remoto, a proposta de transformar a vida acadêmica dos discentes e adequar a sala de aula virtual, como suporte necessário para alcançar êxitos, a Resolução nº 76, de 09/09/2019, que regulamentou a Monitoria do IFCE, aborda em seu Capítulo III, Art.24, que dentre as várias atribuições do monitor, os mesmos devem:

- a) participar das aulas teóricas e práticas ministradas pelo professor orientador na disciplina e no horário de estudo dos alunos;
- b) auxiliar o trabalho docente em tarefas didáticas compatíveis com o seu grau de conhecimento;
- c) prestar assistência aos alunos do componente curricular para o qual foi selecionado, na resolução de exercícios e no esclarecimento de dúvidas;
- d) prestar suporte ao professor orientador no desenvolvimento das práticas pedagógicas e de novas metodologias de ensino, bem como na produção de material de apoio, com o fim de aprimorar a aprendizagem da turma;
- e) desenvolver, em conjunto com o professor orientador, a execução do Plano de Monitoria da disciplina. (IFCE, 2019, p.4).

Percebe-se com essas atribuições a importância da monitoria na formação dos discentes, e, segundo MATOSO (2014, p. 79), “a atividade de monitoria diz respeito a uma ação extraclasse que busca resgatar as dificuldades ocorridas em sala de aula e propor medidas capazes de amenizá-las”. Nesta citação, o autor retrata a importância de o aluno monitor participar e auxiliar o docente e os alunos do componente curricular nos momentos de dúvida, contribuindo com o rendimento dos resultados da disciplina evidenciando melhor aprendizado dos discentes num contexto geral.

4 OS EVENTOS ACADÊMICOS NO MODO VIRTUAL

Entender a importância dos eventos na atividade turística trata-se da oportunidade de se colocar em prática ações que visem diminuir a sazonalidade do setor. Zanella (2008, p.19) aponta que “os eventos são apresentados em diversas modalidades, que irão variar de acordo com a sua natureza, o fator que motiva os objetivos, o nível dos participantes, a amplitude, área, local, etc.”.

Brito e Fontes (2006, p.35), entendem que os eventos podem ser compreendidos como um “veículo de comunicação dirigida”, que são destinados a um determinado público. Representam processos estratégicos que permitem a comercialização e divulgação de produtos, debates sobre temas específicos, encontros científicos, feiras, e demais atividades com o intuito comercial ou institucional, tendo como principal objetivo a comunicação (BAHL, org., 2003, p.22). Observa-se, pois, que o setor de eventos torna-se uma estratégia eficiente em benefício de empresas e organizações, seja ele com fins mercadológicos ou não (Brito e Fontes, 2006, p.34).

Diante dessa realidade e da importância deste setor, a atividade turística e o mundo foram surpreendidos em março/2020 com o avanço dos casos de Covid-19, o que determinou critérios que levaram a vigilância sanitária a sugerir o isolamento social. Com isso, a área de turismo, conseqüentemente o turismo de eventos, foi um setor bastante afetado, principalmente pela interrupção das viagens, ocasionado pela paralização de voos, fechamento de restaurantes, cancelamento de eventos presenciais, etc., cujo intuito foi de evitar o contágio e o aumento da doença devido o contato entre pessoas.

Vale salientar que, diante dessa crise econômica, política e de saúde, até o final de 2019 não se imaginava que o mundo passaria por um momento tão crítico de isolamento social, o que mudou a rotina da sociedade num contexto geral. Porém, algumas pesquisas realizadas por profissionais do setor de eventos, já apontava antes da pandemia, um aumento significativo pela procura de Eventos Virtuais e/ou Eventos Híbridos.

Conforme o CROSSHOST - Blog sobre eventos³, devido ao isolamento social e a obrigatoriedade de atividades à distância, os eventos em formato online obtiveram um crescimento exponencial, se tornando uma das formas de comunicação possível entre empresas, profissionais, clientes e fornecedores. Desta forma, o setor de eventos optou por essa saída, como uma forma de fugir da crise e tornar-se rentável e eficiente, utilizando o formato de Eventos Online e/ou as famosas “Lives”. Isto possibilitou a continuidade de alguns projetos de eventos, mesmo afetando um percentual significativo de pessoas que atuavam na realização e execução de encontros, seminários, reuniões, congressos e até conferências, realizados de forma presencial.

Diante desse contexto, as Instituições de Ensino Superior tiveram que se adaptar ao momento, e aprender a utilizar ferramentas que pudessem contribuir com o avanço das

³Fonte: <https://www.crosshost.com.br/blog/eventos-online/>

atividades educacionais. Neste sentido, e com a paralisação das aulas presenciais, as academias determinaram a continuar do processo de ensino e aprendizagem através ensino remoto, surgindo à necessidade e oportunidade de realizarmos na disciplina de Planejamento e Organização de Eventos, do curso de Tecnologia em Hotelaria, do IFCE *campus* Baturité, uma readaptação curricular, tendo como atividade prática da disciplina a realização de eventos virtuais.

Conforme o Guia Prático de Eventos Online do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ, 2020), observa-se que o termo evento virtual, são aqueles que:

Têm o propósito dos presenciais, sendo a principal diferença dentre eles o local onde acontecem, pois, ao contrário dos presenciais, os online ocorrem no ambiente virtual, via tecnologias digitais, podendo ser transmitidos em plataforma especializada em transmissão de eventos ou nas redes sociais. (IFRJ, 2020, p.5)

Vale salientar que, mesmo com algumas facilidades percebidas, no evento virtual, também podem acontecer problemas nos equipamentos de transmissão ou falha de conexão da internet. Porém, neste processo de adaptação do ensino remoto, percebeu-se que esses problemas eram comuns e para lidar com essas situações, buscou-se melhorar a execução daquilo que os docentes e discentes planejaram realizar de acordo com as ferramentas existentes.

Ainda segundo o Guia Prático de Eventos Online (IFRJ, 2020) a realização de um bom evento virtual, passa pela excelência no planejamento, treinamento e organização daquilo que se quer conseguir realizando o evento, tornando possível evitar os transtornos e realizar um excelente evento no ambiente virtual (IFRJ, 2020, p. 5).

Nota-se que o planejamento dos eventos virtuais, torna-se fator fundamental para se conseguir o êxito esperado, pois permite aos executores ter controle daquilo que se planejou realizar, identificando as prioridades e necessidades, como forma de minimizar os problemas e maximizar os resultados.

Analisando as vantagens dos eventos virtuais, baseado no Guia Prático de Eventos Online do IFRJ (2020), observam-se os seguintes aspectos:

- a) Aumento do número de participantes, o qual não se limita ao espaço físico de uma sala ou auditório, por exemplo, mas à quantidade de inscrições permitidas pela plataforma escolhida;
- b) Alcance de público mais abrangente, de diversos lugares e regiões, por não ser necessário o participante se locomover até o local do evento;
- c) Economia de custos operacionais, como passagens, diárias, coffee breaks, transportes, dentre outros;
- d) Maior engajamento dos participantes através da interação online, uma vez que é possível trocar mensagens por meio de comentários;
- e) Possibilidade de o público não só acompanhar o evento no conforto de sua casa, utilizando qualquer aparelho eletrônico conectado à internet, como também (no caso de evento gravado e publicado posteriormente) assistir a ele em qualquer dia e horário ou revê-lo.

Nota-se, portanto, que planejar e/ou realizar um evento virtual torna-se diferente de executá-lo de forma presencial, pois apesar de apresentar etapas parecidas, como definir tema, dia e horário, palestrantes, etc., o organizador do evento virtual deve alinhar os objetivos de acordo com os resultados que pretende alcançar, pensando em uma programação atrativa, que não se torne cansativa, e que atenda às necessidades dos participantes. Isto influenciará na definição dos itens que favorecerão melhor adequar o evento online, como, por exemplo, a escolha da plataforma tecnológica que atenda a esses objetivos.

5 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desse projeto, metodologicamente foram desenvolvidas técnicas de pesquisa, dentre estas a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, permitindo a coleta de dados, observando e analisando documentos oficiais e históricos, favorecendo ao entendimento sobre a importância das atividades dos bolsistas voluntários.

Na pesquisa bibliográfica os dados coletados favoreceram um norte sobre as melhores formas de auxiliar os discentes da disciplina Planejamento e Organização de Eventos, do curso de Tecnologia em Hotelaria, do IFCE campus Baturité, permitindo identificar ações das atividades de bolsistas voluntários, a partir da consulta em matérias publicados em livros, artigos e periódicos sobre o assunto.

Outro fator importante no desenvolvimento do trabalho refere-se ao entendimento dos alunos bolsistas em conhecer o processo de seleção e desdobramento das suas atividades,

dando ênfase na questão metodológica da extensão, o que possibilitou que os mesmos compreendessem como se daria sua atuação no processo, auxiliando colegas de curso, e contribuindo para superar certas carências existentes nesse tipo de atividade, visto que a extensão muitas vezes é entendida como atividade pouco exigente em termos científicos.

Após os primeiros encontros com os bolsistas voluntários e de posse das informações iniciais sobre as pretensões do docente na realização da disciplina, foi elaborado um planejamento inicial, apresentado aos discentes pelo bolsista voluntário, demonstrando a sua proposta de trabalho e de acompanhamento do trabalho durante o semestre, como também, repassando as principais informações acerca daquilo que iria ser desenvolvido pelos alunos do curso para auxiliar na execução do evento virtual, principal objetivo das ações do bolsista.

Essas exigências metodológicas se traduziram na adaptação de métodos conhecidos em várias áreas de conhecimento, como exemplo: na educação, na comunicação, e no desenvolvimento de atividades práticas, facilitando para que bolsistas e alunos do curso em questão, entendessem as nuances aplicadas em projetos de extensão, possibilitando um melhor entendimento sobre a importância da atuação de bolsistas voluntários no processo de ensino e aprendizagem.

A avaliação das atividades foi desenvolvida durante e após a realização do evento virtual, tanto pelos alunos organizadores e bolsistas, como também com o público que participou do evento, demonstrando a importância de se realizar um evento que debateu aspectos da realidade e os desafios enfrentados por profissionais e empresários dos setores de Turismo, Hospitalidade e Gastronomia, considerada uma das áreas bastante afetada pela COVID-19, principalmente devido o isolamento social.

6 RELATO DE EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NA MONITORIA VOLUNTÁRIA

A partir desse capítulo demonstra-se a experiência vivenciada pelo discente, demonstrando aquilo que viveu como bolsista voluntário, principalmente durante o período de atuação do ensino remoto. Vale salientar que foram disponibilizadas duas vagas para monitores voluntários na disciplina de Planejamento e Organização de Eventos, e este trabalho relata a participação de um desses bolsistas.

A atividade desenvolvida pelo bolsista, como já apresentada anteriormente, tratou-se de auxiliar, exercendo o papel de colaborar e ajudar alunos na execução das suas atividades discentes durante o período letivo. Além de ajudá-los a pensar, planejar e executar um evento

virtual, também foi ação dos bolsistas voluntários tirar dúvidas sobre os conteúdos trabalhados pelo docente nas aulas remotas, auxiliando na realização das atividades existentes na disciplina.

Essa comunicação entre os estudantes e os bolsistas foi primordial para os avanços das atividades, e, para essa interação acontecer com praticidade, os bolsistas disponibilizaram seus contatos em formato de cartão virtual, conforme se apresenta na Figura 1, o que facilitou esta relação entre estudantes.

Figura 1: Cartão de atendimento online.



Fonte: Autoria própria (2021).

Vale salientar que os monitores selecionados já tinham experiências em neste tipo de atividade, principalmente de realizar eventos no formato virtual, como também presencial, pois já haviam cursado a disciplina e já haviam atuado como bolsistas no semestre anterior. Então, os bolsistas apresentavam as condições necessárias de auxiliar e orientar alunos em relação ao planejamento e execução das atividades disponibilizadas.

Durante o processo de atuação dos bolsistas, as aulas aconteciam “online”, de forma síncrona, tendo a participação do professor, bolsista e demais alunos sempre ao vivo, utilizando a ferramenta do Google Meet na execução das aulas. Observa-se que a interação existente entre os alunos e os monitores era frequente, e essa ligação ajudou no desenvolvimento do evento, como também durante a realização das aulas remotas, pois existia a inter-relação no repasse de informações para se explicar os conceitos que envolvia eventos, a importância desse setor na formação do profissional de Hotelaria, como também, aspectos relacionados aos tipos de eventos existentes no mercado turístico e quais eram as comissões para desenvolver um evento de pequeno, médio e/ou grande.

Informa-se que essa disciplina é ofertada no terceiro semestre do curso de Tecnologia em Hotelaria, o que facilita o seu entendimento por os alunos já terem cursado disciplinas anteriores que norteiam e contribuem para o desenvolvimento da prática sugerida na disciplina.

Como as aulas ocorriam de forma remota, em virtude da pandemia da COVID-19, a disciplina teve uma participação de poucos alunos, então a comissão organizadora do evento ficou limitada, mesmo assim, os monitores ajudaram bastante na realização do evento, apresentando ferramentas essenciais para execução do evento virtual, como também, buscando o apoio necessário para incentivá-los a desenvolver a atividade. Além disso, o professor da disciplina contribuiu com a sua bagagem de conhecimento adquirido em sua formação profissional e as experiências já vivenciadas em eventos anteriores.

Então, para aprovação na disciplina, os alunos entregaram um projeto contendo toda a estrutura, conceitos e definições do tema escolhido para ser debatido na realização do evento. A partir das análises e definições sobre o evento, iniciaram o processo de planejamento e criação dos cartazes para divulgação do evento, contendo o link de inscrição pelo Google Forms, possibilitando ter uma ideia de público, facilitando da melhor forma possível para desenvolver com qualidade aquilo que foi planejado para o evento.

Foi decidido realizar um evento que agregasse a participação dos alunos do curso de Tecnologia em Hotelaria e do curso de Tecnologia em Gastronomia. Então, a turma escolheu como tema, “DESAFIOS PROFISSIONAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA: experiências vivenciadas nas áreas de Hotelaria e Gastronomia”, e, já providenciaram cartazes para ser distribuídos através das mídias sociais disponíveis para esse fim, conforme cartaz do evento especificado na Figura 2.

Figura 2: Cartaz de divulgação do evento



Fonte: Instagram - @eventshotelaria.ifce.

Na execução do evento, observou-se uma participação maciça de profissionais que atuam nas áreas do Turismo, Hotelaria e Gastronomia, gestores, empreendedores e docentes, mas, principalmente discentes, que além de participarem como organizadores deram palestras comentando as experiências alcançadas na realização dos cursos de Tecnologia em Hotelaria e Tecnologia em Gastronomia, realizados no IFCE *campus* Baturité, conforme a Figura 3.

Figura 3: Execução do evento.

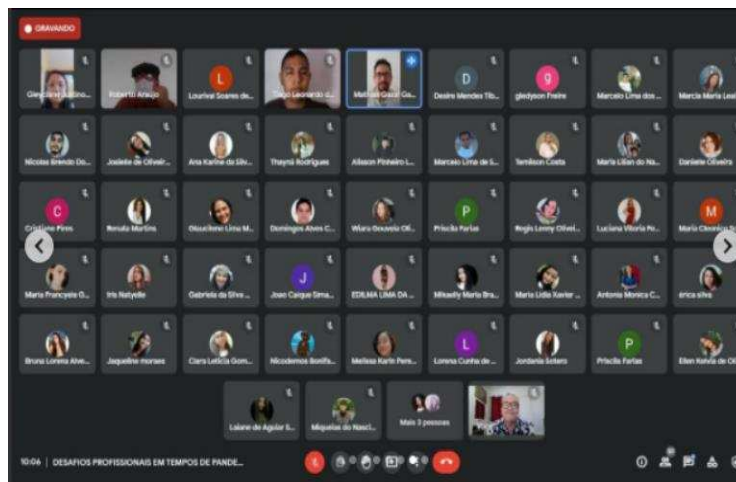


Fonte: Autoria própria (2021).

Percebe-se que este evento também permitiu um debate sobre a realidade dos setores de Turismo, Hospitalidade e Gastronomia, e os desafios enfrentados por empresários e profissionais desta área, principalmente debatendo sobre as dificuldades que o setor enfrentou e ainda enfrenta devido o processo de pandemia, considerada uma das áreas bastante afetada

pela COVID-19, principalmente pelo isolamento social. Esta participando do publico durante o evento encontra-se registrado na Figura 4.

Figura 4: Debates ocorridos durante o evento.



Fonte: Autoria própria (2021).

O evento contou também com o apoio da Direção-Geral do IFCE *campus* Baturité, professores e profissionais da área, que não mediram esforços em repassar os seus conhecimentos e incentivar os alunos a participar de atividades práticas. Mesmo sendo uma atividade realizada no ensino remoto, observou-se durante todos os momentos do evento a participação do Diretor Geral - Prof. Lourival Soares, que fez questão de participar da abertura oficial, demonstrando para os participantes a importância desse tipo de atividade para a formação dos discentes, Conforme Figura 5:

Figura 5: Participação do Diretor-Geral do IFCE *Campus* Baturité



Fonte: Autoria própria (2021)

Vale salientar que essa atividade possibilitou entender que, mesmo sendo realizada no formato de um evento virtual, o seu resultado foi considerado satisfatório, pelo nível de debate e pelo público participante, apontado como uma experiência exitosa dentro do IFCE Baturité, e para o curso de Tecnologia em Hotelaria, por permitir que os alunos colocassem em prática, os conhecimentos teóricos adquiridos nas aulas online.

Após a conclusão de tudo aquilo que foi planejado para a execução do evento virtual, realizou-se o momento da avaliação final, definido como “pós-evento”, em que a turma executora, alunos, bolsistas e docente, analisaram todos os aspectos desenvolvidos no antes, durante e no pós-evento, avaliando os contextos, identificando os pontos positivos e negativos da ação, possibilitando saber a opinião de todos os alunos sobre a participação de cada um, como também dos monitores voluntários sobre aquilo que se conseguiu de melhor na execução da disciplina de Planejamento e Organização de Eventos. Esta ação encontra-se registrada na Figura 6, e foi algo enriquecedor pelo comprometimento de todos na atividade.

Figura 6 - Reunião de avaliação do evento



Fonte: Autoria própria (2021)

Sabe-se que ainda existe muito a se fazer pela Educação Profissional e Tecnológica no país, porém, diante do tudo que foi aqui exposto, mesmo sabendo das dificuldades existentes para uma educação justa e de qualidade para todos, verifica-se que o docente ao ser inovador e motivar os discentes em suas aulas, pode fazer a diferença em sua vida acadêmica, realizando ações e atividades que possibilitem aulas dinâmicas e participativas, que além de oportunizar a relação teoria e prática no processo de ensino e de aprendizagem, evidenciem experiências exitosas, permitindo novas formas de ampliar os saberes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme as diversas reflexões apresentadas neste trabalho, verifica-se que os objetivos propostos na Monitoria Voluntária em proporcionar aos discentes, além de ampliar o seu interesse em participar de forma efetiva das situações extracurriculares, realiza ações que os conduzem a modificar a sua vida acadêmica, buscando na formação científica, técnica, cidadã e humanística, aspectos que permitam mudanças em suas vidas pessoal e profissional.

Portanto, observa-se com a realização deste trabalho, que participar das atividades propostas no decorrer da disciplina Planejamento e Organização de Eventos, mesmo realizada de forma virtual e no ensino remoto, possibilitou aos bolsistas e aos demais alunos relacionar a teoria e a prática no processo de ensino e de aprendizagem, permitindo auxiliar o professor a planejar, elaborar e executar um evento virtual, que permitisse maior interação neste processo.

Verifica-se também, que oportunizou colocar em prática aspectos disponibilizados na ementa da disciplina, pois além de desenvolver um evento acadêmico de forma virtual, permitiu-se uma experiência diferente do aprender e do ensinar, diante dessa nova realidade de ensino remoto que tanto transformou a educação no Brasil.

Enfim, com tudo aqui exposto, observa-se na elaboração deste artigo e na execução do projeto final da disciplina Planejamento e Organização de Eventos, que o evento intitulado “DESAFIOS PROFISSIONAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA: experiências vivenciadas nas áreas de Hotelaria e Gastronomia” alcançou os objetivos desejados, principalmente por oportunizar que os alunos executores colocassem em prática os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula virtual.

Outro fator que cabe destacar trata-se da oportunidade de se proporcionar momentos de aprendizagem tanto por parte dos bolsistas, como também pelos alunos da disciplina em questão, a partir da realização de atividades, mesmo no ensino remoto, que respondem aos anseios da educação por colocar em prática metodologias que reverberam o fazer pedagógico e a oportunidade de o aluno entrar em contato com profissionais do turismo, hospitalidade e gastronomia, permitindo ampliar as suas possibilidades profissionais, através de práticas interdisciplinares durante suas vidas acadêmicas.

Destarte, analisa-se que as melhores formas de atuação dos discentes e do docente, visam melhorar futuras atividades práticas, partindo do princípio que este tipo de atividade permite um ensino mais participativo e de qualidade, condizentes com a proposta e o papel exercido pelo IFCE *Campus* Baturité, em ser um agente de transformação social, tornando o

aluno o protagonista da sala de aula. Tudo isso só será possível quando todos exercerem aquilo que prega a educação brasileira, que o discente se torne o agente responsável pela sua própria formação acadêmica.

REFERÊNCIAS

BAHL, Miguel (org). **Eventos: A Importância para o Turismo do Terceiro Milênio**. São Paulo: Roca, 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. PARECER CNE/CP Nº: 5/2020

BRITO, Janaina; FONTES, Nena. **Estratégia para eventos: Uma ótica do Marketing e do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2006.

GARCIA, Luciane Terra dos Santos; FILHO, Luiz Gomes da Silva; SILVA, Maria Verônica Gomes da. **Monitoria e avaliação formativa em nível universitário: desafios e conquistas**. Perspectiva. v. 31, n. 3, p. 973-1003, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2013v31n3p973>. Acesso em: 12 abr. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Edital Nº 6/2021 de Monitoria Voluntária. CTP-BAT/DE-BAT/DG-BAT/BATURITE-IFCE**. 2021. Disponível em: https://ifce.edu.br/baturite/PDFs/Editaln6_2021.pdf. Acesso em: 14/10/2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Resolução Nº 76, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019. Regulamento do programa de monitoria do IFCE**. Disponível em: https://ifce.edu.br/proen/REGULAMENTO_MONITORIA_09_setembro.pdf. Acesso em: 12 abr. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Orientações aos campi do IFCE com base na Resolução nº 8, de 3 de abril de 2020 - Ofício-Circular nº 5/2020/PROEN/REITORIA-IFCE**. Disponível em: <https://ifce.edu.br/iguatu/menu/diretoria-de-ensino/fic-em-casa/oficio-circ-proemorientacoes-sobre-resolucao-008-aulas-a-distancias.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Orientações Pedagógicas para as Atividades de Ensino Remoto**. Aracati: IFCE, 2020. Disponível em: https://ifce.edu.br/aracati/arquivos-diversos/copy_of_OrientacoesparaasatividadesdeEnsinoRemoto.pdf. Acesso em: 11 abr. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Plano de Contingência do IFCE diante da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19)**. Fortaleza: IFCE, 2020. Disponível em: https://ifce.edu.br/comunicacao-social/PLANODECONTIGENCIAIFCE_03ago20202.pdf. Acesso em: 12 abr. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Guia Prático de Eventos Online**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2020. *E-book*. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/ASCOM/ebook_guiapratico_de_eventos_online.pdf. Acesso em: 12 abr. 2022.

MATOSO, Leonardo Magela Lopes. **A IMPORTÂNCIA DA MONITORIA NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DO MONITOR**: um relato de experiência. *Revista Científica da Escola da Saúde*, [S.L.], v. 2, n. 3, p. 77-83, set. 2014. Disponível em: <https://repositorio.unp.br/index.php/catussaba/article/view/567/461>. Acesso em: 12 abr. 2022

ZANELLA, Luiz Carlos. **Manual de organização dos eventos**: planejamento e operacionalização. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Leila Marcia Ghedin



Doutora em Educação em Ciência e Matemática pela Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT (2018). Mestre no Ensino de Ciências na Amazônia pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA (2013). Mestre em Planificación Integral para el Desarrollo del Turismo pela Universidad del Zulia-Venezuela - LUZ (2006). Especialista em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Roraima - IFRR (2009). Especialista no Uso dos Recursos Naturais pela Universidade Federal de Viçosa - UFV (2001). Licenciada em Pedagogia pela Universidade de Roraima - UFRR (2000). Guia Regional de Turismo do Rio Grande do Norte pelo SENAC (2000). Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Roraima - IFRR (desde 1994). No *Campus* Boa Vista foi Coordenadora Pedagógica, Coordenadora do Curso Técnico em Turismo, Coordenadora do Curso de Tecnologia em Gestão do Turismo. Foi Diretora de Pesquisa e Pós-Graduação, Coordenadora de Pesquisa, Coordenadora da Pós-Graduação. No *Campus* Avançado Bonfim foi Diretora Geral. Na reitoria foi Coordenadora de Editoração e Divulgação Científica do IFRR, membro da equipe Editorial da Revista Norte Científico do IFRR. É professora de cursos Técnicos, de Formação Inicial e Continuada, de Tecnologia, de Licenciatura e de Pós-Graduação nas áreas de turismo, educação, educação científica e matemática. Tem experiência em Planejamento Integral do Turismo, Gestão Comunitária do Turismo, Pesquisa em temas de Turismo, Educação e Etnomatemática fundamentada em Wittgenstein e Atitude Metódica de Pesquisa. É Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Turismo, Tecnologia, Educação e Cultura - GEPTTEC.

Karla de Oliveira



Doutora e Mestre em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Especialista em Docência e Metodologia de Pesquisa em Turismo pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Bacharel em Turismo pela UFPA. Adquiriu experiência em Inventários Culturais por ter integrado as equipes que realizaram os Inventários Nacionais de Referências Culturais (INRCs) Marajó e do Glorioso São Sebastião de Cachoeira do Arari - Ilha do Marajó/ PA. Desenvolveu pesquisas na área Museológica no Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG, como bolsista PCI/CNPQ. Conselheira Regional Suplente do COREM 1R. Professora EBTT no Instituto Federal de Roraima - IFRR. Realiza pesquisas nas áreas de turismo e patrimônio cultural, religiosidade e museologia. Integra o Grupo de Estudo e Pesquisa em Turismo, Tecnologia, Educação e Cultura (GEPTTEC) e a Rede de Pesquisadores de Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas da PanAmazônia (TPP PAN-AMAZÔNIA). Líder do Grupo de Pesquisa Patrimônio, Memória e Território (IFRR).

Luciana de Souza Vitória



Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR. Tem em sua formação acadêmica Mestrado em Turismo e Hospitalidade pela Universidade de Caxias do Sul-UCS e Bacharelado em Turismo pela Universidade Estadual de Roraima-UERR. Atualmente cursa Doutorado em Turismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN. Atua como Professora do Curso superior de Tecnologia em Gestão de Turismo e da Pós-graduação lato sensu em Planejamento e Gestão de Destinos Turísticos. Pesquisadora associada ao Laboratório de Turismo, Ecologia e Meio Ambiente - LABTEMA/UERR, Pesquisadora e Vice-Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Turismo, Tecnologia, Educação e Cultura-GEPTTEC/IFRR. Membro do Conselho Municipal de Turismo. Estuda e pesquisa os seguintes temas: Turismo; Turismo Comunitário; Turismo e Meio Ambiente; Turismo e Pesca Esportiva; Interferências do Turismo.

TURISMO NO CONTEXTO AMAZÔNICO: PESQUISA EM TEMPOS DE ADVERSIDADES

O presente livro eletrônico “Turismo no Contexto Amazônico: pesquisa em tempos de adversidades” é a coletânea dos artigos completos dos trabalhos apresentados no Encontro de Ensino e Pesquisa em Turismo do Extremo Norte em 2021. O tema é a consequência de reflexões e indagações dos pesquisadores do Grupo de Estudo e Pesquisa em Turismo, Tecnologia, Educação e Cultura-GEPTTEC/IFRR a respeito de como se daria continuidade a pesquisa, ao ensino e a produções científicas em um momento pandêmico. Porém, compreendemos que as adversidades do Extremo Norte brasileiro não se limitam a pandemia e sim, a adversidades que se vive o ano todo em todos os anos, tais como: queimadas, garimpo, tempos chuvosos, rios que são estradas e estradas que se tornam rios, questões indígenas e fronteiriças, entre outras demandas adversas e específicas da região. A obra está estruturada em consonância com os Grupos Temáticos do evento – Gestão, Turismo e Desenvolvimento; Turismo, Cultura e Lazer; Temas Emergentes em Turismo. A leitura poderá propiciar o debate sobre as adversidades presentes na região Amazônica e sua relação com a atividade turística. Aos leitores, deixamos um convite à reflexão situada em um lugar turístico com características diferenciadas e que estão presente nos estudos de cada artigo.



Grupo de Estudo e Pesquisa em
Turismo, Tecnologia,
Educação e Cultura



INSTITUTO FEDERAL
Roraima

ISBN: 978-65-00-47973-7



9 786500 479737